



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
DEPARTAMENTO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

PROCESSO N° 001/2017

Salvador/ Bahia, 2017

**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
DEPARTAMENTO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO
DE 2016**

**ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 154,
DE 19 DE OUTUBRO DE 2016**

Relatório de Gestão Individual do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 154/2016, de 19 de outubro de 2016, da Portaria TCU nº 59/2017, de 17 de janeiro de 2017, e das orientações do órgão de controle interno, que dispõem sobre orientações às unidades jurisdicionadas quanto à elaboração dos conteúdos, da forma e dos prazos do relatório de gestão referente ao exercício de 2016.

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/Senac - Departamento Regional na Bahia

Salvador/ Bahia, 20 de fevereiro de 2017

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

DEPARTAMENTO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

TCU – Tribunal de Contas da União

UJ – Unidade Jurisdicionada

CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

AN – Administração Nacional

AR – Administração Regional

CR – Conselho Regional

DR – Departamento Regional

SUPAF – Superintendência de Administração e Finanças

SUDEP – Superintendência de Educação Profissional

CEP – Centro de Educação Profissional

UO - Unidade Operativa

Unidade Operativa de Educação Profissional – Unidades do Senac Bahia que ministram a educação profissional

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAAR – Plano de Ação da Administração Regional

PSG - Programa Senac de Gratuidade

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

EAD – Educação a Distância

BOP – Banco de Oportunidades

MPS – Modelo Pedagógico Senac

SIBOP- Sistema Integrado Banco de Oportunidades

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1 - Identificação da Entidade

Figura 1 – Organograma do Senac Bahia

Quadro 2 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Quadro 3 - Macroprocessos Finalísticos.

Quadro 4 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Quadro 5 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro 6 – Demonstrativo por elemento de Receita

Quadro 7 - Demonstração da despesa, discriminando por elemento de despesas orçada e realizadas

Tabela 1 – Evolução dos Gastos Reais

Tabela 2 – Despesas por Modalidade de Contratação

Tabela 3 – Relação dos dez maiores contratos firmados em 2016

Tabela 4 – Relação das empresas de engenharia contratadas em 2016

Tabela 5 – Dados Gerais do Programa Apoio Administrativo.

Tabela 6 – Dados Gerais do Programa Gestão das Políticas de Execução Financeira, Contabilidade e Controle Interno

Tabela 7 – Dados Gerais do Programa Desenvolvimento de Gerentes e Servidores

Tabela 8 – Dados Gerais do Programa Serviços de Comunicação de Massa

Tabela 9 – Dados Gerais do Programa Assistência ao Trabalhador

Tabela 10 – Dados Gerais do Programa Qualificação Profissional do Trabalhador

Tabela 11 – Dados Gerais da Ação Apoio à Formação Profissional

Tabela 12 – Dados Gerais da Ação Qualificação Profissional na Área de Comércio e Serviço

Tabela 13 – Dados Gerais da Ação Assistência a Educandos

Tabela 14 – Produção Total em Educação Profissional e Ações Extensivas

Tabela 15 – Comparativo da produção 2015/2016

Tabela 16 – Distribuição da Produção por Unidade Operativa

Tabela 17 – Grau de Aproveitamento – Cursos de Educação Profissional 2015/2016.

Gráfico 1 – Principais receitas

Tabela 18 – Principais receitas

Gráfico 2 – Principais despesas

Tabela 19 – Principais despesas

Quadro 8 - Avaliação dos Controles Internos da UJ

Tabela 20 – Força de Trabalho da Entidade - Situação apurada em 31/12/2016

Tabela 21 – Situações que reduzem a força de trabalho da Entidade

Tabela 22 – Quantidade de empregados por faixa etária

Tabela 23 - Quantidade de empregados por nível de escolaridade

Tabela 24 - Valor com pessoal por categoria de despesa (triênio 2014/2016)

Tabela 25 – Composição do quadro de regime de aposentadoria

Tabela 26 – Terceirização de mão de obra

Tabela 27 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância

ostensiva

Tabela 28 – Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 9 - Frota de veículos automotores de propriedade da UJ

Quadro 10 – Despesas com a área de transporte - veículos próprios

Tabela 29 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Propriedade da UJ

Tabela 30 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Tabela 31 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis sob a responsabilidade da Entidade cedidos em Regime de Comodato.

Tabela 32 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis sob a responsabilidade da Entidade cedidos sem ônus

Tabela 33 – Principais sistemas de informação da unidade

Quadro 11 – Gestão da Tecnologia da Informação da Entidade

Quadro 12 - Pessoal alocado na Gerência de Tecnologia da Informação

Tabela 34 – Contratos na área de Tecnologia da Informação

Quadro 13 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 14 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro 15 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro 16 - Cumprimento das deliberações da CGU atendidas no exercício

Quadro 17 - Situação das deliberações da CGU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Documentos de referência

SUMÁRIO

ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 154, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

1. APRESENTAÇÃO

2. VISÃO GERAL

- 2.1 Identificação da unidade
- 2.2 Finalidade e Competências
- 2.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade
- 2.4 Ambiente de atuação
- 2.5 Organograma
- 2.6 Macroprocessos finalísticos

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

- 3.1 Planejamento Organizacional
- 3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos
- 3.3 Desempenho orçamentário
- 3.4 Desempenho operacional
- 3.5 Apresentação de análise de indicadores de desempenho

4. GOVERNANÇA

- 4.1 Descrição das estruturas de governança
- 4.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados
- 4.3 Atuação da unidade de Auditoria Interna
- 4.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos
- 4.5 Gestão de riscos e controles internos
- 4.6 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados
- 4.7 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

- 5.1 Gestão de Pessoas
- 5.2 Gestão do Patrimônio e da infraestrutura
- 5.3 Gestão da Tecnologia da Informação
- 5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

- 6.1 Canais de acesso do cidadão
- 6.2 Carta de serviços do cidadão
- 6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários
- 6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- 7.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos
- 7.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade
- 7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade e cálculos referentes a gratuidade dos cursos
- 7.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

- 8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU
- 8.2 Tratamento de determinações e recomendações do CGU
- 8.3 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

8.4 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

8.5 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993

9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

10. ANEXOS E APÊNDICES

ITENS NÃO ATENDIDOS NESTE RELATÓRIO COM AS RESPECTIVAS JUSTIFICATIVAS

A seguir estão indicados os itens requeridos pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 154/2016 que não se aplicam à realidade da unidade jurisdicionada, assim como os itens que, apesar de serem aplicáveis à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência, com as correspondentes justificativas:

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Justificativa: Não se aplica ao Senac.

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.

Justificativa: Não se aplica ao Senac, a entidade não é regulada pela Lei Orçamentária Anual.

4.6 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Justificativa: Não se aplica. O Senac Bahia não remunera, sob qualquer forma, os membros da presidência e do seu Conselho Regional, cujas atuações são inteiramente gratuitas. Em relação aos Dirigentes do Departamento Regional, estes são funcionários do quadro próprio da Instituição, contratados sob o regime da CLT e sua remuneração obedece ao disposto no Regulamento de Pessoal e no Plano de Cargos e Salários da Instituição.

4.7 Informação sobre empresa de auditoria independente contratada

Justificativa: Não houve ocorrência no período.

5.1.3 Gestão de Riscos relacionados ao Pessoal

Justificativa: Não se aplica. Não existe riscos identificados na gestão de pessoas da unidade jurisdicionada.

6.2. Carta de Serviços ao Cidadão

Justificativa: Não se aplica ao Senac, uma vez que está relacionada às entidades integrantes do Poder Público Federal.

7.1 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Justificativa: Não se aplica ao Regional.

8.1 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

Justificativa: Não se aplica ao Senac. O Departamento Regional da Bahia acata todas as recomendações do Conselho Fiscal. Algumas providências são realizadas de imediato e outras, que

dependem de implantações/ implementações nos sistemas informatizados ou outro fator podem demorar um pouco mais, porém sempre são resolvidas conforme determinado.

8.2 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Justificativa: Não se aplica ao Senac.

8.3 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993

Justificativa: Não se aplica ao Senac.

ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 154, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

1. APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão do exercício de 2016 foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 154/2016, de 19 de outubro de 2016, da Portaria TCU nº 59/2017, de 17 de janeiro de 2017, e das orientações do órgão de controle interno, que dispõem sobre orientações às unidades jurisdicionadas dos Serviços Sociais Autônomos quanto à elaboração dos Relatórios de Gestão e está estruturado de acordo com o modelo proposto, bem como apresenta os quadros contidos nas orientações complementares para elaboração do Relatório de Gestão. Informamos que foram realizadas adequações nos formatos e nos conteúdos de alguns quadros para atender à especificidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac Bahia, instituição enquadrada no grupo dos Serviços Sociais Autônomos.

Visando a consecução dos objetivos e da missão da instituição, a gestão do Senac Bahia desenvolveu inúmeras ações ao longo do exercício de 2016 como poderá ser constatado nesse relatório. Algumas dessas ações merecem destaque, dentre as quais podem ser citadas: consolidação dos cursos existentes e oferta de cursos nos diferentes níveis, desde a formação inicial até programas de pós-graduação; oferta da educação à distância por meio da Rede EAD Senac Nacional; ampliação de oferta de turmas de cursos no modelo pedagógico nacional, que propõe o alinhamento das matrizes curriculares dos cursos em todo o Brasil; realização de diversas parcerias e convênios, principalmente com prefeituras, além da manutenção de acordos de cooperação técnica com outras instituições públicas e privadas; melhoria e ampliação da estrutura de algumas unidades, através de reformas e adequação de espaços físicos destinados aos setores administrativos, salas de aula e ambientes pedagógicos; aquisição de equipamentos e mobiliários; redução do quadro de pessoal e continuidade no desenvolvimento de capacitações realizadas para os servidores dando ênfase na liderança.

Em 2016 o Sistema Senac inicia o ciclo de Planejamento Estratégico 2016-2019 em busca de melhoria da qualidade, do monitoramento e da disseminação das ações, em consonância com a missão institucional de educar para o trabalho em atividades do comércio de bens, serviços e turismo, e em direção de uma visão de futuro. Para tanto, buscou fortalecer sua marca, investindo na ampliação e diversificação da oferta de programas de educação profissional de acordo com o

Modelo Pedagógico Senac nas modalidades presenciais e a distância em vários segmentos, disponibilizando para a sociedade um diversificado portfólio de programas de educação profissional, em várias áreas do conhecimento ligadas ao Setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Esse conjunto de ações tem levado ao reconhecimento, por parte das empresas e da sociedade em geral, da qualidade dos produtos e serviços desenvolvidos pela instituição.

O Senac, como instituição de educação profissional, oferece seus serviços de acordo com as demandas sociais e de mercado, que impõem um diálogo permanente entre a instituição, o setor produtivo e a comunidade. Também desenvolve ações como o Programa de Aprendizagem, Programa Senac de Gratuidade e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), do Governo Federal. A sua atuação na capital e nos municípios do interior do Estado tem contribuído para ampliar significativamente as oportunidades de acesso de uma imensa quantidade de jovens e adultos ao sistema produtivo, pela via da educação profissional. Vale ressaltar, que no ano de 2016 motivado pelo ajuste financeiro o Governo Federal não disponibilizou o início de cursos do Pronatec gerando queda no número de matrículas em algumas das Unidades Operativas do Senac, somado aos reflexos na arrecadação da receita de serviços da Entidade que, junto com o cenário de desaquecimento da atividade econômica e inflação alta representaram um impacto direto no planejamento financeiro e orçamentário da instituição, repercutindo diretamente na realização de cursos pelo Programa Senac de Gratuidade.

Apesar dos desafios encontrados, o Senac findou mais um exercício alcançando de forma satisfatória grande parte dos objetivos e metas definidos para o período. Observa-se que, no Exercício de 2016, o total das Receitas Orçadas situou-se a maior do que a Arrecadada em 11,56% e as Receitas de Serviços que representa a atividade fim da Instituição tiveram um acréscimo de 1,32% da orçada no Exercício.

Por fim, neste documento, estão consolidadas as ações desenvolvidas pelo Senac Bahia durante o exercício 2016, em consonância com o planejamento institucional, incluindo a avaliação do desempenho da gestão.

2. VISÃO GERAL

2.1 Identificação da Unidade

Quadro 1 - Identificação da Entidade

Poder e Órgão de vinculação			
Órgão de Vinculação: Ministério do Trabalho e Emprego		Código SIORG: Não se aplica	
a) Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Administração Regional da Bahia			
Denominação abreviada: Senac Bahia			
Código SIORG: Não se aplica ao Senac	Código LOA: Não se aplica ao Senac	Código SIAFI: Não se aplica ao Senac	
Situação: ativa		CNPJ: 03.682.189/0001-38	
Natureza Jurídica: Serviços Sociais Autônomos. Órgãos e entidades que arrecadem ou gerenciam contribuições parafiscais.			
Telefones/Fax de contato:	(071) 3273-9702	(071) 3273-9709	Fax- (071) 3273-9722
Endereço eletrônico: www.ba.senac.br			
Página da Internet: http://www.ba.senac.br			
Endereço Postal: Av. Tancredo Neves, 1.109 Ed. Casa do Comércio – 10º andar Salvador - Bahia CEP – 41.820-021			
b) Normas de criação e demais normas sobre a gestão e a estrutura da Entidade			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
O Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial foi criado pelo Decreto-Lei nº 8.621 de 10 de janeiro de 1946. Este dispositivo legal atribuiu à Confederação Nacional do Comércio o encargo de instalar e administrar, em todo o País, escolas de aprendizagem comercial a partir dos objetivos, estrutura e funcionamento gerais nele estabelecidos. O Departamento Regional da Bahia, criado em 13 de agosto de 1947, tem jurisdição em todo o Estado e é organizado e dirigido conforme dispõe o Regulamento do Senac, aprovado pelo Decreto nº 6.633, de 5 de novembro de 2008 que altera e acresce dispositivos ao Regulamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac, aprovado pelo Decreto nº 61.843, de 5 de dezembro de 1967.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resoluções CNC Nº 23/68 e SENAC Nº 46/68 de 26 de março de 1968. Aprova o Regulamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac. Portaria MEC 984/2012, de 27 de Julho de 2012. Dispõe sobre a integração dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ao Sistema Federal de Ensino, no que tange aos cursos técnicos de nível médio. Por seu intermédio, os Serviços Nacionais de Aprendizagem - SNA passam a integrar o Sistema Federal de Ensino - SFE, previsto no art. 16 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos termos do art. 20 da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno – Regulamentos – Resoluções dos Conselhos Nacional e Regional do Senac.			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica. O SENAC é uma Instituição de direito privado, nos termos da lei civil e seu orçamento não faz parte do orçamento da União.		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica. O SENAC não consolida outras unidades jurisdicionadas.		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não aplicável à natureza jurídica da UJ		Não aplicável à natureza jurídica da UJ	

2.2 Finalidade e Competências

I. Finalidade

O Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial é uma instituição jurídica de direito privado nos termos da lei civil. Criado, mantido e administrado pelos empresários do setor de comércio de bens, serviços e turismo, sua manutenção se dá, prioritariamente, por meio de contribuições, cujo cálculo é feito sobre a folha de pagamento dos empregados, razão pela qual não executa nem gerencia políticas públicas de governo. A Instituição tem, como órgão executivo os Departamentos Regionais e, como órgão normativo e de decisão superior, os Conselhos Regionais de cada Estado da Federação.

A Instituição tem, como finalidade, oferecer Educação Profissional em todos os níveis e atender a uma clientela diversificada, composta por adolescentes, jovens e adultos, empregados, desempregados, aprendizes, empresários e profissionais autônomos, entre outros. Seu papel na sociedade é o de desenvolver pessoas e empresas através da educação e do trabalho. O Senac prioriza em sua atuação a inclusão, promovendo, através da educação, o desenvolvimento integral do indivíduo, a preparação para o trabalho e o exercício pleno da cidadania. Os Setores da economia local abrangidos pela atuação da Instituição são os do comércio de bens, serviços e turismo. Realizando programações que incluem desde a formação inicial até o nível de pós-graduação, vem assegurando uma formação sólida e abrangente para o trabalho através da gestão do conhecimento, da adoção de metodologias educacionais inovadoras e inclusão das novas tecnologias de comunicação e informação ao processo de ensino e aprendizagem, consolidada no projeto pedagógico da Instituição.

Os propósitos e os compromissos do Sistema Senac estão explicitados no Plano Estratégico Nacional do Sistema Senac que assim define a sua missão, visão de futuro e valores:

Missão

“Educar para o trabalho em atividades de comércio de bens, serviços e turismo”.

Visão de Futuro

“Ser até 2019 instituição brasileira que oferece as melhores soluções em educação profissional, reconhecida pelas empresas.”

Valores

São princípios praticados no Senac Bahia: Transparência nos Relacionamentos, Comprometimento com a sociedade, Inovação em tecnologia educacional, excelência nos produtos e serviços, Inclusão Social, Atitude Empreendedora, Desenvolvimento Sustentável e Educação para a autonomia.

A sua principal competência, é a oferta de educação profissional para todos os níveis da sociedade e a promoção do desenvolvimento de empresas e pessoas através da educação para o trabalho. Sintonizado com a sua missão de educar para o trabalho por meio de ações educacionais de

excelência, o Senac Bahia vem atendendo às crescentes demandas por novas soluções no que se refere à Educação Profissional para o setor de Comércio de Bens, Serviços e Turismo, de forma a atender ao seu Planejamento Estratégico, com vistas à elevação da qualificação profissional dos trabalhadores e à promoção da inclusão social pela educação e pelo trabalho.

Para tanto, o Senac tem que observar e fazer observar, no âmbito de sua jurisdição, as diretrizes gerais da ação do Senac, adaptando-as às peculiaridades regionais, executando as medidas necessárias à observância das diretrizes gerais da ação do Senac no Estado da Bahia através da Direção Regional do Senac Bahia, nomeada pelo Presidente do Conselho Regional do Senac e exercida como viés de todo seu trabalho no Senac.

II. Competência institucional

O Senac é uma entidade vinculada ao segmento econômico do comércio de bens, serviços e turismo, inserido no Sistema Senac Nacional através do seu Departamento Regional no Estado da Bahia. Tem, como principal competência, a oferta de educação profissional para todos os níveis da sociedade e a promoção do desenvolvimento de empresas e pessoas através da educação para o trabalho. Sintonizado com a sua missão de educar para o trabalho por meio de ações educacionais de excelência, o Senac Bahia vem atendendo às crescentes demandas por novas soluções no que se refere à Educação Profissional para o setor de Comércio de Bens, Serviços e Turismo, de forma a atender ao seu Planejamento Estratégico, com vistas à elevação da qualificação profissional dos trabalhadores e à promoção da inclusão social pela educação e pelo trabalho.

O Senac - Administração Regional da Bahia, pessoa jurídica de direito privado, com endereço à Avenida Tancredo Neves nº 1109, Edifício Casa do Comércio – Pituba, Salvador/Bahia, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.682.189/0001-38, com jurisdição em todo o Estado, tem como órgão executivo o Departamento Regional e como órgão normativo e de decisão superior o seu Conselho Regional.

Conselho Regional/CR – Órgão Deliberativo responsável pelo desenvolvimento e a regularidade da Administração Regional, observando e acompanhando as diretrizes gerais das Ações do Senac.

Competências: O Conselho Regional é presidido pelo Presidente da Federação do Comércio a quem compete estabelecer as diretrizes gerais para as ações da Instituição.

Departamento Regional/ DR – Órgão executivo e autônomo com responsabilidade pela Gestão financeira e administrativa do Senac no Estado da Bahia.

Competências: Observar e fazer observar, no âmbito de sua jurisdição, as diretrizes gerais da ação do Senac, adaptando-as às peculiaridades regionais, executando as medidas necessárias à observância das diretrizes gerais da ação do Senac no Estado da Bahia. A Direção Regional do Senac Bahia é exercida por uma Diretora Regional, nomeada pelo Presidente do Conselho Regional do Senac.

2.3 Normas e Regulamentos de criação, alteração e funcionamento da Unidade

O Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial foi criado pelo Decreto-Lei nº 8.621 de 10 de janeiro de 1946. Este dispositivo legal atribuiu, à Confederação Nacional do Comércio, o encargo de instalar e administrar, em todo o País, escolas de aprendizagem comercial a partir dos objetivos, estrutura e funcionamento gerais neles estabelecidos, nos termos do dispositivo constitucional e da legislação ordinária.

O mesmo dispositivo legal, nos seus arts. 9º e 10º, determina que a Confederação Nacional do Comércio fica investida da necessária delegação de poder público para elaborar e expedir o regulamento do Senac e as instruções necessários ao funcionamento dos seus serviços. Entre outras disposições, dá a organização aos órgãos de direção do Senac, constituindo um Conselho Nacional e Conselhos Estaduais ou Regionais. As Administrações Regionais (AA. RR.), portanto, com jurisdição nas bases territoriais correspondentes, compõem-se de: Conselho Regional (CR) - órgão deliberativo e Departamento Regional (DR) - órgão executivo. A ação dos Departamentos Regionais em cada Unidade da Federação é exercida de forma autônoma, porém articulada ao sistema nacional, com vistas à elevação da qualificação social e profissional dos trabalhadores e à promoção da inclusão social pela educação e pelo trabalho.

O Departamento Regional da Bahia, criado em 13 de agosto de 1947, tem jurisdição em todo o Estado e é organizado e dirigido conforme dispõe o Regulamento do Senac, aprovado pelo Decreto nº 6.633, de 5 de novembro de 2008 que altera e acresce dispositivos ao Regulamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac, aprovado pelo Decreto nº 61.843, de 5 de dezembro de 1967.

Nos termos do artigo 20 da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com a redação dada pela Lei nº 12.816, de 05 de junho de 2013, os Serviços Nacionais de Aprendizagem - SNA passam a integrar o Sistema Federal de Ensino - SFE, previsto no art. 16 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, podendo criar Instituições de Educação Profissional, na condição de Unidades de Educação Profissional técnica de nível médio, de formação inicial e continuada e de educação superior, com autonomia para a criação e oferta de cursos e programas de educação profissional e tecnológica, mediante autorização dos respectivos Conselhos Regionais, na qualidade de Órgão Colegiado Superior do correspondente Departamento Regional da Entidade, observada a competência de regulação, supervisão e avaliação da União.

2.4 Ambiente de atuação

O Senac atende ao setor terciário da economia, que envolve a comercialização de produtos em geral, e o oferecimento de serviços comerciais, pessoais ou comunitários a terceiros. Fazem parte desse ramo o comércio, o turismo, os serviços financeiros, de informática, comunicação, arquitetura, engenharia, auditoria, consultoria, propaganda e publicidade, seguro, corretagem, transporte e armazenagem, além das atividades públicas e privadas de segurança, saúde, moda e educação, entre outros. Esse setor constitui, geralmente, a principal fonte de renda dos países

desenvolvidos e é um dos que mais contrata trabalhadores. Vale lembrar que o setor de serviços é muito heterogêneo. Há desde atividades com trabalhadores muito qualificados, com altíssimas remunerações e que geram muito retorno, até aquelas atividades em que o trabalhador tem pouca qualificação, exerce atividades precarizadas, com baixo nível de remuneração e péssimas condições de trabalho.

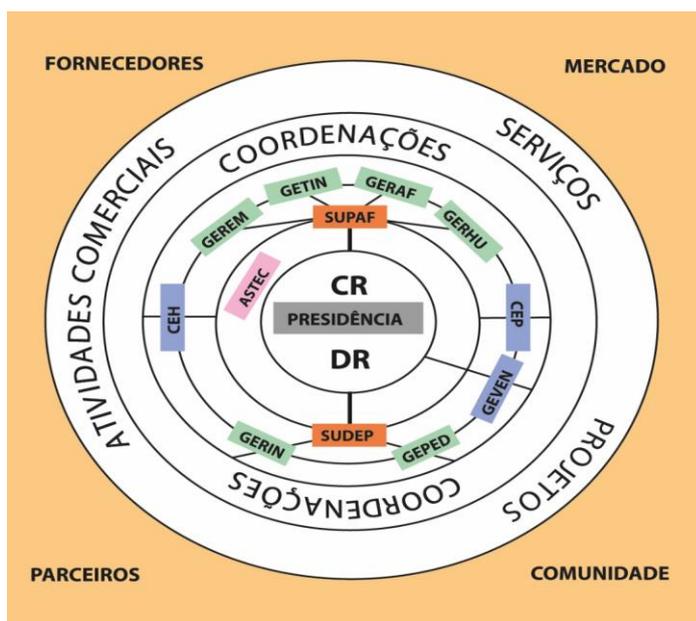
Com a mudança no paradigma de produção e a inserção de novas tecnologias, ocorre o surgimento de outras atividades ou realocação de atividades em decorrência do advento de novos processos, o que acarreta mudanças em muitos perfis profissionais, com exigência de novas habilidades e conhecimentos. O seu ramo moderno, como o de formação de redes de restaurantes, de farmácias e supermercados exige pessoas cada vez mais qualificadas para o trabalho. Entre as áreas de serviços que mais expandiram nos últimos anos, as empresas de turismo, hotelaria, restaurantes e seguros em geral, têm prestado um tipo de serviço, muitas vezes customizado ao consumidor. Exige-se do trabalhador maior capital humano para se inserir no mercado de trabalho ou para assumir outros tipos de função. Por isso é necessária, no mínimo, uma qualificação básica para que os trabalhadores consigam se adaptar de forma mais efetiva às mudanças constantes do mercado de trabalho. Para modernizar as empresas, não é necessário somente investir em equipamentos, mas também em profissionais qualificados para o seu funcionamento.

Considerando a vocação turística do Estado da Bahia, o Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer é um dos grandes destaques, tanto em ampliação e instalação de novos empreendimentos, quanto em geração de emprego e renda, justificando-se ser uma das áreas priorizadas no Planejamento Estratégico do Senac Bahia, juntamente com o eixo de Gestão e Negócios. Destacamos também o segmento da moda, que vem crescendo significativamente no Estado e atraindo cada vez mais pessoas interessadas em ingressar neste mercado em ascensão. Alinhado aos cenários e tendências do mundo do trabalho, o Senac Bahia tem ofertado uma variedade de cursos direcionados aos setores de produção e confecção de moda, modelagem, corte e costura, planejamento de coleções, assim como, cursos no segmento de beleza, em que nosso país é o terceiro mercado mundial de produtos, sem deixar de ressaltar a atuação no segmento de gastronomia, com uma grande demanda para os cursos ofertados e intenso encaminhamento para colocação no mercado de trabalho.

2.5 Organograma

A Estrutura Organizacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac Departamento Regional da Bahia, aprovado pela Resolução nº 09/2008 do Conselho Regional do Senac Bahia, em 1º de agosto de 2008, apresenta a seguinte composição:

Figura 1 – Organograma do Senac Bahia



Fonte: Regimento Interno do Senac. Salvador, Bahia, 2008

LEGENDA:

CR – Conselho Regional

DR – Diretoria Regional

ASTE - Assessoria Técnica

GEVEN – Gerência de Eventos

SUPAF – Superintendência de Administração e Finanças

GERHU – Gerência de Recursos Humanos

GETIN – Gerência Tecnologia da Informação

GEREM – Gerência de Engenharia e Manutenção

GERAF – Gerência de Administração e Finanças

Coordenações:

GERAF/PE - Coordenação de Pessoal

GERAF/PR - Coordenação de Protocolo e Arquivo

GERAF/SU - Coordenação de Suprimentos

GERAF/AD - Coordenação de Serviços Administrativo

GERAF/PA - Coordenação de Patrimônio

GERAF/OC - Coordenação de Orçamento e Contabilidade

GERAF/TE - Coordenação de Tesouraria

GERAF/CR - Coordenação de Contas a Pagar e Receber

GERAF/LC - Coordenação de Licitações e Contratos

SUDEP – Superintendência de Educação Profissional

GEPED – Gerência de Planejamento e Desenvolvimento

GERIN – Gerência de Relações Institucionais

CEP – Centros de Educação Profissional

CEP/SSA - Centro de Educação Profissional Salvador

CEP/SÉ - Centro de Educação Profissional Sé - Salvador

CEP/CHILE - Centro de Educação Profissional Rua Chile - Salvador

CEP/PI - Centro de Educação Profissional – Pituba*

CEP/PS - Centro de Educação Profissional - Porto Seguro

CEP/VC - Centro de Educação Profissional - Vitória da Conquista

CEUM- Centro de Unidade Móvel

CEH/PEL - Centro de Educação Hoteleira do Pelourinho

CEH/CAC - Centro de Educação Hoteleira da Casa do Comércio

CEP/CA - Centro de Educação Profissional – Camaçari

NEP/CA - Núcleo de Educação Profissional de Camaçari. (Subordinado aos CEP/CA) **CEP/FS** - Centro de Educação Profissional - Feira de Santana

NEP/FS - Núcleo de Educação Profissional de Feira de Santana (Subordinado ao CEP/FS).

NEP/LE - Núcleo de Educação Profissional de Lençóis (Subordinado aos CEP/FS).

CEP/SAJ - Centro de Educação Profissional de Santo Antonio de Jesus

*A partir de julho de 2016 a unidade passou a ser denominada CEP/CO - Centro de Educação Profissional - Comércio

Quadro 2 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas Subunidades Estratégica	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
SUPERINTENDÊNCIAS	Órgãos estruturais, característicos de atividade decisória, responsáveis pela gestão organizacional, com objetivo de facilitar o processo de tomada de decisões.			
SUPAF - Superintendência de Administração e Finanças		Luís Carlos Abreu S. de Souza	Superintendente de Administração e Finanças	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016
SUDEP – Superintendência de Educação Profissional		Liana Santiago Brandão	Superintendente de Educação Profissional	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016
ASTEC – Assessoria Técnica	Órgão de Assessoramento Técnico à Direção Regional	Monique Badaró Campos	Assessor Técnico de Diretoria	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016
GERÊNCIAS ESTRATÉGICAS	Órgãos estruturais, característicos de atividade-meio, responsáveis pela gestão de ações corporativas, com objetivo de assessorar e dar suporte a todos os órgãos da Instituição.			

GERHU - Gerência de Recursos Humanos	Programas e Projetos: · Consultoria Interna; · Planejamento, Estratégias e Políticas de RH; · Programa de Educação Corporativa; · Desenvolvimento de Pessoal; · Administração de Cargos e Salários.	Evani Moreira Dias Siqueira	Gerente de Recursos Humanos	01 de janeiro a 25 de fevereiro de 2016
GERHU - Gerência de Recursos Humanos	Programas e Projetos: · Consultoria Interna; · Planejamento, Estratégias e Políticas de RH; · Programa de Educação Corporativa; · Desenvolvimento de Pessoal; · Administração de Cargos e Salários.	Italany Angélica da Silva Barbosa	Gerente de Recursos Humanos	26 de fevereiro a 31 de dezembro de 2016
GERAF – Gerência de Administração e Finanças	Coordenar os Serviços de Administração e Finanças: Pessoal, Protocolo e Arquivo, Suprimentos, Serviços Administrativos, Patrimônio, Licitações e Contratos, Orçamento e Contabilidade, Contas a Pagar e Receber, Tesouraria.	Icilma Pazos Pio	Gerente de Administração e Finanças	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016
GEREM – Gerente de Engenharia e Manutenção	Áreas de Atuação: · Engenharia Civil; · Arquitetura; · Instalações Elétricas, Hidrosanitárias e Telefônicas; · Marcenaria; · Manutenção Patrimonial.	José Marcos de Lima Lopes	Gerente de Engenharia e Manutenção	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016
GERIN – Gerência de Relações Institucionais	Programas e Serviços: · Marketing e Comunicação. · Relacionamento com Mercado: - Banco de Oportunidades; - Atendimento Corporativo.	Urânia Maria da Silva Martins	Gerente de Relações Institucionais	01 de janeiro a 08 de janeiro de 2016
GERIN – Gerência de Relações Institucionais	Programas e Serviços: · Marketing e	Maria da Glória Feitosa Leitão	Gerente de Relações Institucionais	11 de janeiro a 31

	Comunicação. · Relacionamento com Mercado: - Banco de Oportunidades; - Atendimento Corporativo.			de dezembro de 2016
GEPED – Gerência de Planejamento e Desenvolvimento	Programas e Projetos: · Planejamento Estratégico e Avaliação Institucional; · Desenvolvimento Educacional; · Estudos e Pesquisas.	Natália Maria Sudsilowsky	Gerente de Planejamento e Desenvolvimento	01 de janeiro a 03 de outubro de 2016
GEPED – Gerência de Planejamento e Desenvolvimento	Programas e Projetos: · Planejamento Estratégico e Avaliação Institucional; · Desenvolvimento Educacional; · Estudos e Pesquisas.	Ana Rita Marques de Andrade	Gerente de Planejamento e Desenvolvimento	03 de outubro a 31 de dezembro de 2016
GETIN – Gerência de Tecnologia da Informação	Programas e Projetos: · Implementação Tecnológica; · Desenvolvimento de Sistemas; · Suporte a Usuários.	Naira Maria da Silva Duarte	Gerente de Tecnologia da Informação	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016

CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – Unidades Operativas	
CEP – Centros de Educação Profissional	Órgãos estruturais característicos de atividades-fim, responsáveis pela Gestão Administrativa e Técnico-Pedagógica, com objetivo de implementar os Programas de Ações Educacionais. Serviços: · Desenvolvimento de Cursos; · Operacionalização de Cursos; · Secretaria de Cursos; · Pessoal Acadêmico e Administrativo; · Apoio Administrativo, Financeiro e de Materiais.

2.6 Macroprocessos finalísticos

Quadro 3 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
1.Promoção Social	Promover a inclusão social por meio da oferta de educação profissional de qualidade. <u>Principais Programas:</u> Programa Senac de Gratuidade Programa Senac Móvel; Programa Senac de Acessibilidade Programa Educação Ambiental	Cursos e programas de Formação Inicial e Continuada Qualificação Profissional Educação Profissional Técnica de Nível Médio Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação.	Jovens e adultos candidatos ao primeiro emprego, empregados, desempregados, empresários, prestadores de serviços, profissionais autônomos e comunidade em geral.	SUDEP Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Centros de Educação Profissional do Senac
RESULTADOS:	PSG – 13.225 matrículas Senac Móvel – 2513 Pronatec – 824 concluintes Senac Acessibilidade – 219	PARCEIROS:	- Mais de 1600 Empresas aderiram ao Programa Aprendizagem - Prefeituras Municipais de -APADA, ABADEF, APAE	
2.Orientação para o mercado	Fomentar a orientação mercadológica. <u>Principais Programas:</u> Programa Relacionamento com o Mercado Programa EAD Programa Alimentos Seguros	Cursos e programas de Formação Inicial e Continuada Qualificação Profissional Educação Profissional Técnica de Nível Médio Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação. Educação Superior	Jovens e adultos candidatos ao primeiro emprego, empregados, desempregados, empresários, prestadores de serviços, profissionais autônomos e comunidade em geral.	SUDEP Gerência de Relações Institucionais Centros de Educação Profissional do Senac
RESULTADOS	Programa Relacionamento com o Mercado - foram atendidas 144 empresas, em cursos in-company, consultorias e turmas da programação aberta.	PARCEIROS	-Principais Empresas: Plan International Brasil, Consórcio Transoceânico, Bradesco, Hospital Aristides Maltez, Brasmoto Brasileiro Motos (Porto Seguro), Procuradoria Geral do Estado.	

	<p>Programa EAD – 959 matrículas</p> <p>Programa Alimentos Seguros – 235 matrículas</p>		<p>-Senac Sedes, Unidade Operativa CEP-COMÉRCIO</p> <p>-ABASE, SUPERBAHIA</p> <p>VISA- (Vigilância Sanitária) SETUR, Prefeitura Municipal de Uauá, de Santo Amaro e de Jaguaripe, Restaurante Coliseu. SESC</p>	
3. Inovação e Gestão do Conhecimento	<p>Incentivar as iniciativas voltadas à inovação e ao gerenciamento do conhecimento.</p> <p><u>Principais Programas:</u></p> <p>Programa Olimpíada do Conhecimento</p> <p>Programa de Tecnologias Educacionais</p>	<p>Competição de Educação Profissional</p>	<p>Alunos</p> <p>Servidores e docentes da Instituição</p> <p>Formadores de Opinião</p> <p>Público em geral</p>	<p>SUDEP</p> <p>Gerências Estratégicas</p> <p>Centros de Educação Profissional do Senac</p>
RESULTADOS	<p>-Não houve Olimpíada do Conhecimento, mas o Senac-Bahia participou na Wordskills Internacional, maior competição de educação profissional do mundo, a aluna do Senac Bahia, Leiliane Muniz, foi medalha de prata na etapa nacional da Competição Senac de Educação Profissional - ocupação Cuidados de Saúde e Apoio Social.</p> <p>- Aproximadamente 160 pessoas aprimoraram a metodologia proposta pelo Modelo Pedagógico do Senac, buscando a incorporação de práticas de ensino-aprendizagem ativas e críticas da realidade e reafirmando as marcas formativas do SENAC.</p>	PARCEIROS	<p>- Alunos, docentes, coordenadores, gestores das unidades operativas, e Departamento Nacional</p> <p>- Unidades Operativas, Superintendência de Educação Profissional e Gerhu.</p>	
4. Gestão Institucional	<p>Desenvolver gestão institucional integrada com foco em resultados.</p> <p><u>Principais Programas:</u></p> <p>Programa de Educação Corporativa</p>	<p>Programas de gestão corporativa</p>	<p>Servidores da Instituição</p>	<p>SUPAD</p> <p>SUDEP</p> <p>Gerência de Recursos Humanos</p> <p>Gerência de Tecnologia da</p>

	Gestão da Tecnologia de Informação.			Informação Centros de Educação Profissional do Senac
RESULTADOS	<p>- Dentre as principais ações do Programa de Educação Corporativa em 2016, podemos citar: Escola de Liderança, Programa de Bolsa de Estudos para servidores, Curso de Especialização em Docência para Educação Profissional, Cursos de Capacitação para Docentes e Técnicos para Implantação do Modelo Pedagógico do Senac, Programas de Intercâmbio de Educação para o Trabalho ou outras atividades de interesse da Instituição.</p> <p>- Implantação de um novo sistema ERP, o MXM.</p>	PARCEIROS	<p>- Geraf</p> <p>- Gerhu</p> <p>- Getin</p>	
Imagem Institucional	<p>Fortalecer a marca da Instituição</p> <p><u>Principais Programas:</u></p> <p>Programa Visibilidade Institucional</p> <p>Programa de Relacionamento com a Sociedade</p>	Peças de divulgação institucional.	Comunidade em geral	SUDEP Gerência de Relações Institucionais Centros de Educação Profissional do Senac.
RESULTADOS	<p>- O número de pessoas que reconhecem positivamente a marca Senac pode ser comprovada através de 121.930 ligações para o Serviço de Informação Senac.</p> <p>- 9.585 e-mails, enviados através do Fale Conosco do Site, foram respondidos aos clientes que buscaram informações sobre cursos e demais serviços do Senac.</p> <p>- Foram atualizados o site e intranet, criadas páginas específicas de ações no site e foi intensificado o relacionamento com o cliente através da fanpage oficial no Facebook.</p> <p>- No alcance das publicações foi registrada uma alta de 162%, para o facebook, na comparação de 2015 com 2016.</p> <p>- Em 2016 4.742.891 pessoas foram impactadas pelos</p>	PARCEIROS	- Sudep, Gerin e Unidades Operativas	

	conteúdos do Senac Bahia. - Houve um grande aumento no número de fãs da página, que passou de 44 mil seguidores.			
--	---	--	--	--

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento Organizacional

A construção do Plano de Ação da Administração Regional (PAAR) é anual e alinhado às diretrizes nacionais do Sistema Senac. A sua elaboração envolve os diversos níveis da Instituição que, com base nas orientações da Direção Regional, da Superintendência de Administração e de Finanças e Superintendência de Educação Profissional, apresentam e submetem à aprovação superior os seus planos de trabalho anuais.

A metodologia de elaboração do documento tem, como referencial teórico, o sistema Balanced Scorecard (BSC), uma das ferramentas de gestão de desempenho mais difundidas nas organizações. Segundo Robert Kaplan e David Norton, seus criadores, o BSC é um modelo de gestão estratégica cuja finalidade é traduzir a missão e a estratégia de uma unidade de negócio em objetivos e medidas tangíveis, financeiras e não-financeiras, que permitam avaliar o seu desempenho global.

Visando o alinhamento estratégico institucional o Senac Bahia articulou seu planejamento ao Planejamento Estratégico do Sistema Senac em nível nacional, para o horizonte 2016 a 2019, que definem quatro perspectivas estratégicas, para a melhoria da qualidade, do monitoramento e da disseminação das ações, em consonância com a missão institucional e na direção da visão de futuro, que são: Clientes e Sociedade, Aprendizado e Crescimento, Financeira e Processos Internos.

A perspectiva de **Clientes e Sociedade** traduz a missão e o direcionamento estratégico da empresa em objetivos específicos para segmentos focalizados, permitindo a clara identificação e avaliação das propostas dirigidas a esses segmentos. Tem como principais orientadores: aumentar o nível de satisfação dos clientes, retenção e fidelização de clientes, retorno de clientes para novos cursos/serviços. No caso do Senac, inclui a responsabilidade social e os processos de inclusão social. O foco é o que precisamos fazer para atender bem e atrair novos clientes e atingirmos nossas metas.

A perspectiva de **Processos Internos** constitui-se na análise dos processos internos da organização, incluindo a identificação dos recursos e das capacidades necessárias para elevar o nível interno de qualidade. Considera os processos de toda a cadeia de valor da empresa e inclui o processo de inovação, de operações e de pós-venda. Criar produtos inovadores que tenham aderência ao mercado, melhorar a qualidade dos produtos e serviços e a qualidade do atendimento. O foco é de que forma temos que nos estruturar para melhor oferecer nossos serviços.

A perspectiva de **Aprendizagem e Crescimento** apresenta objetivos voltados à habilidade de uma organização inovar, melhorar e aprender, relacionada à capacidade e desenvolvimento das competências estratégicas dos funcionários, a gestão e o fornecimento de informações estratégicas, sistemas de informação, motivação e alinhamento. Para alcançarmos nossa visão, o foco é como sustentaremos nossa capacidade de mudar e melhorar.

A perspectiva **Financeira** entre os indicadores financeiros que podem ser considerados, constam o retorno sobre o investimento, aumento de receitas, a redução de custos, entre outros objetivos de cunho financeiro que estejam alinhados à estratégia da organização. Os objetivos e medidas das outras perspectivas devem estar inseridos em uma cadeia de causas e efeitos, que resultam em melhoria do desempenho financeiro da organização. O foco é como controlar despesas e captar receitas para alcançar o equilíbrio financeiro sem fugir dos objetivos da instituição.

A elaboração do Orçamento Programa ocorre como parte do processo de planejamento, no qual os gestores elaboram os orçamentos das suas unidades com base na previsão orçamentária do exercício e na análise dos resultados do exercício anterior. Esse processo é realizado com o acompanhamento da Superintendência de Administração e Finanças e da Coordenação de Contabilidade e Orçamento. O Comitê de Orçamento, designado pela Direção Regional, analisa e procede aos ajustes necessários, apresentando suas conclusões à Direção Regional e ao Conselho Regional do Senac para apreciação e posterior envio aos órgãos superiores competentes, após aprovação.

Anualmente, no mês de agosto, é feita a reformulação orçamentária com o objetivo de adequar as receitas e despesas ao desenvolvimento das atividades e às receitas e despesas executadas.

Diante das mudanças políticas do Brasil o cenário econômico e social sofreu algumas alterações, tais como: perda de postos de trabalho, aumento do desemprego e elevada inflação, reduzindo o poder de compra das famílias brasileiras, o aperto da política monetária, bem como o ajuste fiscal, que tem reduzido os gastos do governo contribuindo para o fraco desempenho econômico, o baixo nível da confiança na gestão pública, afetando os investimentos e consumo privado, tanto de empresários quanto dos consumidores e a redução dos recursos para a Educação e seus principais programas, como Pronatec.

Inicialmente o Senac-Bahia projetou para 2016 uma meta de **93.000** atendimentos, distribuídos entre a capital e o interior do Estado, mas devido a crise econômica vivenciada no país, gerando retenção no comércio em nível nacional, e conseqüentemente o déficit orçamentário proveniente da diminuição de receita compulsória, e a não efetivação de pactuações com o governo federal para execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, a instituição compreendeu a necessidade de reduzir sua projeção para **80.000** atendimentos e finalizou o exercício com um total de **83.302** atendimentos.

Com o objetivo de oferecer ações de educação profissional e desenvolvimento da cidadania, o Senac Bahia mantém convênios e parcerias com instituições públicas e privadas que oferecem suporte operacional aos projetos da área na capital e no interior do Estado, entre elas Secretarias Estaduais, Prefeituras Municipais e também com Instituições privadas e ONGs, entre outras, com a

finalidade de disponibilizar acesso à educação profissional à pessoas e empresas, democratizando o acesso ao conhecimento por meio da ampliação das oportunidades e oferta de educação à sociedade em geral.

Destacamos também a participação da instituição em eventos gastronômicos nacionais e regionais a exemplo dos Festivais Gastronômicos durante os quais o Senac marcou presença e confirmou o título de referência no segmento gastronomia.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os principais objetivos estratégicos para o exercício alinhados às perspectivas adotadas com vistas ao alcance do que foi estabelecido estão elencados abaixo com seus respectivos responsáveis.

Objetivos estratégicos alinhados a perspectiva Clientes e Sociedade

- 1. Monitorar a produção educacional geral**
Responsável – Gerência de Planejamento e Desenvolvimento.
- 2. Ampliar o atendimento corporativo**
Responsável – Gerência de Relações Institucionais
- 3. Fortalecer a Imagem Institucional**
Responsável – Gerência de Relações Institucionais

Objetivos estratégicos alinhados a perspectiva Financeira

- 1. Garantir a aplicação de recursos compulsórios na gratuidade**
Responsável – Gerência de Planejamento e Desenvolvimento.
- 2. Promover o equilíbrio financeiro**
Responsável – Gerência de Administração e Finanças

Objetivos estratégicos alinhados a perspectiva de Aprendizado e Crescimento

- 1. Valorizar e qualificar pessoas**
Responsável – Gerência de Recursos Humanos.

Objetivos estratégicos alinhados a perspectiva de Processos Internos

- 1. Desenvolver a infra-estrutura e recursos de TI integrados e voltados ao negócio**
Responsável – Gerência de Tecnologia da Informação.
- 2. Consolidar o Modelo Pedagógico**
Responsável – Gerência de Planejamento e Desenvolvimento.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O Senac iniciou seus esforços na construção do novo ciclo do Planejamento Estratégico, que tem como horizonte os exercícios de 2016 a 2019. A implementação desse ciclo estabeleceu critérios e ferramentas de acompanhamento da gestão dos resultados tendo em vista os objetivos estratégicos definidos no planejamento estratégico unificado sob a coordenação do Departamento Nacional e participação dos Departamento Regionais tornando o Senac mais forte e conectado: todos estarão caminhando em uma mesma direção e buscando os mesmos objetivos.

Para tanto, o Departamento Nacional implantou ao final do exercício um Painel de Metas, no qual todos os regionais imputam seus dados de meta e execução mensalmente, de acordo com os dez indicadores em consonância com as quatro perspectivas estratégicas (Aprendizagem e Crescimento, Clientes e Sociedade, Financeira e de Processos Internos), previamente definidas, visando a melhoria da qualidade, da disseminação das ações, em consonância com a missão institucional e na direção da visão de futuro, possibilitando o monitoramento de suas ações no nível estadual, regional e nacional.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Visando ao alinhamento estratégico institucional e considerando a necessidade de coordenar a construção coletiva e colaborativa do Planejamento Estratégico do Sistema Senac em nível nacional, o Departamento Nacional constituiu o Comitê Gestor do Planejamento Institucional, composto pelos Diretores Regionais que são, também, Coordenadores dos Núcleos Corporativos, além de um Diretor Regional convidado para, sob a coordenação do Diretor-Geral do Departamento Nacional, propor, em representação de todo o Sistema, as ações necessárias à construção e à implementação do Plano Estratégico Nacional.

Para subsidiar o processo de tomada de decisões do Comitê Gestor do Planejamento foi constituído o Comitê Técnico de Planejamento, composto pelos Departamentos Regionais: AM, BA, CE, DF, GO, MS, MG, PR, PE, RN, RS, SC e SP, com o objetivo de formular a proposta dos novos orientadores estratégicos institucionais – missão, visão e valores - bem como os seus desdobramentos, de acordo com as diretrizes metodológicas estabelecidas para a construção do novo ciclo de planejamento do Senac.

Por sua vez, o Senac Bahia, vinculou o seu Plano de Ação de Administração Regional ao Planejamento Estratégico do Senac alinhando as Unidades Operativas para uma mesma direção e na busca dos mesmos objetivos, com o apoio, incentivo e orientação do Conselho Regional do Senac.

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Os planos de ação das unidades são acompanhados e avaliados por meio dos controles internos definidos através de portarias, resoluções, ordens de serviço, normas e demais procedimentos técnicos, administrativos e financeiros.

A avaliação das metas financeiras e de produção é feita através da emissão de relatórios gerenciais e monitoradas através dos sistemas informatizados e em reuniões gerenciais. Semestralmente é realizada uma avaliação geral, visando o acompanhamento das metas projetadas e para o exercício, visando a retificação e/ou replanejamento das mesmas e/ou a inclusão de novas metas, quando necessário.

Dentre as ferramentas de prospecção e monitoramento de cenários utilizadas, destaca-se o relatório de Mapeamento de Mercado, elaborado e distribuído mensalmente para os gestores e técnicos da Instituição pela Gerência de Relações Institucionais que contempla, além das informações da demanda interna e do mercado de trabalho, informações de institutos oficiais, de pesquisas e de indicadores do governo que influenciam no comportamento do mercado de trabalho (renda média, desemprego por região, gênero, entre outras), visando dar suporte às ações de planejamento/replanejamento da Instituição como um todo.

3.3 Desempenho orçamentário

No ano de 2016, em virtude da recessão que o país vem atravessando, o novo cenário econômico financeiro proporcionou uma redução de 7,19% das despesas em relação ao Exercício de 2015, houve a necessidade de fechamento de Unidades levando a uma reduzindo o número dos alunos nos cursos do SENAC mas o mesmo não ocorreu com as despesas que permaneceram num patamar elevado não prevista no Orçamento Inicial gerando um Deficit de R\$ 3.358.109,50.

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.

A entidade não é regulada pela Lei Orçamentária Anual.

3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Descrito no Item 3.3

3.3.3 Execução descentralizada com transferência de recursos

Este item tem por objetivo informar sobre a descentralização de recursos para outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, para a execução de ações ou atividades concernentes a missão institucional do Senac.

O repasse das Federações do Comércio, estão embasados pelo Decreto nº 61.843 de 05 de dezembro de 1967, no Capítulo VIII, Art. 33.

Os contratos de patrocínio são disciplinados por meio da Resolução nº 14/2015, do Conselho Regional do Senac, que estabelece Normas para a concessão de patrocínio pela Entidade.

Quadro 4 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Tipo	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
	Patrocínio	0	03	0	0,00	47.000,00
Repasse Federações	01	01	1	2.016.455,97	2.020.176,14	1.930.546,11
Totais	01	04	0	2.016.455,97	2.067.176,14	1.930.546,11

Fonte: Coordenação de Licitações e Contratos e Coordenação de Orçamento e Contabilidade 2016

3.3.4 Informações sobre a realização das receitas

3.3.4.1 Identificação das Unidades Orçamentárias

QUADRO 5 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Sigla	Código da UO
Presidência	PRESIDÊNCIA	2001
Direção Regional	DR	2001
Superintendência de Administração e Finanças	SUPAF	2002
Superintendência de Educação Profissional	SUDEP	2012
Centro de Unidades Móveis	CEUM	2015
Centro de Educação Profissional - Salvador	CEP/SSA	2015
Centro de Educação Hoteleira Pelourinho	CEH/PEL	2015
Centro de Educação Hoteleira Casa do Comércio	CEH/CAC	2015
Centro de Educação Profissional de Vitória da Conquista	CEP/VC	2015
Centro de Educação Profissional de Feira de Santana	CEP/FS	2015
Centro de Educação Profissional de Camaçari	CEP/CAM	2015
Centro de Educação Profissional da Pituba*	CEP/PI	2015
Centro de Educação Profissional de Porto Seguro	CEP/ P. S.	2015
Centro de Educação Profissional da Sé	CEP/SÉ	2015
Centro de Educação Profissional do Chile	CEP/CHILE	2015
Centro de Educação Profissional de Santo Antonio de Jesus	CEP/SAJ	2015
Núcleo de Educação Profissional de Lençóis	NEP/LENÇÓIS	2015

*A partir de julho de 2016 a unidade passou a ser denominada CEP/CO - Centro de Educação Profissional - Comércio

Fonte: Coordenação de Orçamento e Contabilidade 2016

3.3.4.2 Demonstração da Receita, discriminando por natureza, previsão e arrecadação efetiva, justificando as eventuais oscilações significativas
Quadro 6 – Demonstrativo por Elemento de Receita

POR ELEMENTO DE RECEITA							
Código	Especificação	2016			2015		
		Orçado	Realizado	Diferenças	Orçado	Realizado	Diferenças
1.0.0.0.00	Receitas Correntes	90.174.000,00	89.772.471,15	401.528,85	89.616.000,00	91.808.570,37	-2.192.570,37
1.2.0.0.00	Receitas de Contribuições	74.034.000,00	73.562.392,05	471.607,95	76.443.000,00	74.849.886,92	1.593.113,08
1.2.1.0.00	Contribuições Sociais	74.034.000,00	73.562.392,05	471.607,95	76.443.000,00	74.849.886,92	1.593.113,08
1.2.1.0.33	Contribuições para o SENAC	74.034.000,00	73.562.392,05	471.607,95	76.443.000,00	74.849.886,92	1.593.113,08
1.3.0.0.00	Receita Patrimonial	5.055.000,00	5.057.318,66	-2.318,66	5.079.000,00	5.894.321,79	-815.321,79
1.3.1.0.00	Receitas Imobiliárias	39.000,00	36.534,95	2.465,05	39.000,00	44.289,26	-5.289,26
1.3.2.0.00	Receitas de Valores Mobiliários	5.016.000,00	5.020.783,71	-4.783,71	5.040.000,00	5.787.784,71	-747.784,71
1.3.9.0.00	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	62.247,82	62.247,82
1.6.0.0.00	Receitas de Serviços	10.944.000,00	11.088.797,71	-144.797,71	7.734.000,00	10.747.576,78	-3.013.576,78
1.6.0.0.16	Serviços Educacionais	10.944.000,00	11.088.797,71	-144.797,71	7.734.000,00	10.747.576,78	-3.013.576,78
1.9.0.0.00	Outras Receitas Correntes	141.000,00	63.962,73	77.037,27	360.000,00	316.784,88	43.215,12
1.9.1.0.00	Multas e Juros de Mora	9.000,00	7.853,46	1.146,54	0,00	0,00	0,00
1.9.1.8.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	9.000,00	7.853,46	1.146,54	0,00	0,00	0,00
1.9.1.8.99	Outras Multas e Juros de Mora	9.000,00	7.853,46	1.146,54	0,00	0,00	0,00
1.9.2.0.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	252.000,00	100.805,48	151.194,52
1.9.2.2.00	Restituições	0,00	0,00	0,00	252.000,00	100.805,48	151.194,52
1.9.2.2.99	Restituições	0,00	0,00	0,00	252.000,00	100.805,48	151.194,52
1.9.9.0.00	Receitas Diversas	132.000,00	56.109,27	75.890,73	108.000,00	215.979,40	-107.979,40
1.9.9.0.99	Outras Receitas	132.000,00	56.109,27	75.890,73	108.000,00	215.979,40	-107.979,40
2.0.0.0.00	Receitas de Capital	11.331.000,00	0,00	11.331.000,00	14.208.000,00	42.310,00	14.165.690,00
2.2.0.0.00	Alienação de Bens	12.000,00	0,00	12.000,00	36.000,00	42.310,00	-6.310,00
2.2.1.0.00	Alienação de Bens Móveis	12.000,00	0,00	12.000,00	36.000,00	42.310,00	-6.310,00
2.5.0.0.00	Outras Receitas de Capital	11.319.000,00	0,00	11.319.000,00	14.172.000,00	0,00	14.172.000,00
2.5.8.0.00	Saldo de Exercícios Anteriores	11.319.000,00	0,00	11.319.000,00	14.172.000,00	0,00	14.172.000,00
TOTAL		101.505.000,00	89.772.471,15	11.732.528,85	103.824.000,00	91.850.880,37	11.973.119,63

Fonte: Coordenação de Orçamento e Contabilidade.

Justificativa: Observa-se que, no Exercício de 2016, o total das Receitas Arrecadadas situou-se a menor do que a Orçada em 11,56%, evidenciado principalmente pela diminuição na Receita de Contribuições e da Receita Patrimonial em virtude da retração no cenário econômico que o país vem atravessando, onde o Regional teve uma redução de 1,72% da Arrecadação Compulsória.

As Receitas de Serviços que representa a atividade fim da Instituição demonstrou em 2016 um acréscimo de 1,32% da orçada no Exercício.

3.3.5 Informações sobre a execução das despesas

3.3.5.1 Demonstração da despesa, discriminada por Elemento de Despesas Correntes e Capital

Quadro 7 - Demonstração da despesa, discriminando por elemento de despesas orçada e realizadas

POR ELEMENTO DE DEPESA							
Código	Especificação	2016			2015		
		Orçado	Realizado	Diferenças	Orçado	Realizado	Diferenças
3.0.00.00	Despesas Correntes	98.157.000,00	89.889.676,09	8.267.323,91	98.760.000,00	96.659.033,56	2.100.966,44
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	53.256.000,00	47.563.122,73	5.692.877,27	54.444.000,00	48.326.682,45	6.117.317,55
3.1.90.00	Aplicações Diretas	53.256.000,00	47.563.122,73	5.692.877,27	54.444.000,00	48.326.682,45	6.117.317,55
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	37.200.000,00	32.628.336,61	4.571.663,39	35.640.000,00	31.770.125,67	3.869.874,33
3.1.90.13	Obrigações Patronais	12.300.000,00	11.354.702,12	945.297,88	13.824.000,00	12.452.212,63	1.371.787,37
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.500.000,00	1.041.700,90	458.299,10	3.000.000,00	2.154.408,87	845.591,13
3.1.90.91	Sentenças Judiciais - Pessoal e Encargos	216.000,00	185.456,95	30.543,05	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	2.040.000,00	2.352.926,15	-312.926,15	1.980.000,00	1.949.935,28	30.064,72
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	44.901.000,00	42.326.553,36	2.574.446,64	44.316.000,00	48.332.351,11	-4.016.351,11
3.3.50.00	Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	1.926.000,00	2.016.455,97	-90.455,97	2.136.000,00	2.020.176,14	115.823,86
3.3.50.41	Contribuições	1.926.000,00	2.016.455,97	-90.455,97	2.136.000,00	2.020.176,14	115.823,86
3.3.90.00	Aplicações Diretas	42.975.000,00	40.310.097,39	2.664.902,61	42.180.000,00	46.312.174,97	-4.132.174,97
3.3.90.14	Diária - Pessoal Civil	480.000,00	466.638,71	13.361,29	828.000,00	928.204,68	-100.204,68
3.3.90.18	Auxílio Financeiro a Estudantes	318.000,00	235.814,00	82.186,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30	Material de Consumo	10.200.000,00	9.940.487,54	259.512,46	12.000.000,00	12.509.922,85	-509.922,85
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	885.000,00	877.802,05	7.197,95	1.200.000,00	1.349.558,53	-149.558,53
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.840.000,00	3.506.986,16	333.013,84	4.440.000,00	5.785.349,06	-1.345.349,06
3.3.90.37	Locação de Mão de Obra	3.720.000,00	3.334.331,26	385.668,74	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	23.412.000,00	21.878.862,25	1.533.137,75	23.652.000,00	25.692.514,46	-2.040.514,46
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	120.000,00	69.175,42	50.824,58	60.000,00	46.625,39	13.374,61
4.0.00.00	Despesas de Capital	3.348.000,00	3.240.904,56	107.095,44	5.064.000,00	3.691.769,58	1.372.230,42
4.4.00.00	Investimentos	3.348.000,00	3.240.904,56	107.095,44	5.064.000,00	3.691.769,58	1.372.230,42
4.4.90.00	Aplicações Diretas	3.348.000,00	3.240.904,56	107.095,44	5.064.000,00	3.691.769,58	1.372.230,42
4.4.90.51	Obras e Instalações	468.000,00	301.485,21	166.514,79	960.000,00	266.401,29	693.598,71
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	2.880.000,00	2.939.419,35	-59.419,35	4.104.000,00	3.425.368,29	678.631,71
TOTAL		101.505.000,00	93.130.580,65	8.374.419,35	103.824.000,00	100.350.803,14	3.473.196,86

Fonte: Coordenação de Orçamento e Contabilidade.

Justificativa: Observa-se que, no Exercício de 2016, o total das Despesas Realizadas situou-se a menor do que a Orçada em 8,25% e em 7,18% em relação ao Exercício de 2015, em virtude de algumas medidas que foram adotadas pelo Regional para conter despesas como fechamento de Unidades, redução do número de alunos e consequentemente redução de Outras Despesas Correntes.

Tabela 1 - Evolução de gastos gerais

Principais gastos ocorridos (despesas pagas), ao longo dos últimos 3 (três) anos.

Descrição	Ano		
	2014	2015	2016
1. PASSAGENS	1.330.818,05	1.349.558,53	877.802,05
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	815.913,00	928.204,68	466.638,71
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	-	-	-
3.1. Publicidade	247.685,07	327.711,36	481.190,87
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	2.713.683,44	2.823.857,61	3.334.197,13
3.3. Tecnologia da informação	3.144.557,09	4.256.794,92	1.655.045,94
3.4. Outras Terceirizações	0,00	0,00	0,00
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	Não se aplica ao Senac	Não se aplica ao Senac	Não se aplica ao Senac
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS **	210.325,41	218.953,62	201.205,33
Totais	8.462.982,06	9.905.080,72	7.016.080,03

Fonte: Coordenação de Orçamento e Contabilidade 2016

** **Suprimento de Fundos** – despesas com Fundo Rotativo utilizados pelas Unidades Operativas.

Ao longo desses últimos três anos, ocorreram uma redução da receita compulsória e da receita do Pronatec; não havendo o mesmo comportamento nas despesas operacionais principalmente em virtude da recessão do país e do cenário econômico financeiro atual.

3.3.5.2 Despesas por Modalidade de Contratação

Tabela 2 - Despesas por Modalidade de Contratação

EXECUÇÃO DE DESPESA POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO				
MODALIDADE	NATUREZA			TOTAL/MODALIDADE
	OBRAS	SERVIÇOS	COMPRAS	
CONCORRÊNCIA	R\$ 301.432,38	R\$ 6.991.909,97	R\$ 21.975.872,61	R\$ 29.269.214,96
CONVITE	R\$ 31.776,72	R\$ 357.862,00	R\$ 0,00	R\$ 389.638,72
PREGÃO PRESENCIAL	R\$ 0,00	R\$ 943.259,13	R\$ 431.606,38	R\$ 1.374.865,51
PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 0,00	R\$ 2.208.057,88	R\$ 5.848.130,32	R\$ 8.056.188,20
DISPENSAS/COLETA DE PREÇO	R\$ 72.224,11	R\$ 307.301,82	R\$ 2.346,00	R\$ 381.871,93
INEXIGIBILIDADE	R\$ 0,00	R\$ 656.159,89	R\$ 0,00	R\$ 656.159,59
TOTAL/NATUREZA	R\$ 405.433,21	R\$ 11.464.550,69	R\$ 28.257.955,31	R\$ 40.127.938,91

Fonte: GERAF/Coordenação de Licitações e Contratos

O volume de Despesas com processos de Dispensa de licitação, para atendimento de demandas do SENAC, foram justificados pelo inciso I do art. 9º e incisos I e II do art. 6º, bem como inciso XI do art. 9º da Resolução 958/2012 que versam sobre as situações em que são possíveis a realização de Dispensas de licitação. Já as inexigibilidades atenderam ao quanto exigido nos incisos I e II art. 10 da Resolução 958/2012.

Segue abaixo as planilhas com as despesas e respectivos processos de Dispensas e Inexigibilidades, nos quais estão identificadas as justificativas de acordo com a legislação específica.

Tabela 3 - Despesas por Modalidade de Contratação - Inexigibilidade

DESPESAS COM INEXIGIBILIDADE - RELATÓRIO DE GESTÃO							
ANO	Nº	OBJETO	EMPRESA	VALOR DO CONTRATO	VALOR PAGO	BASE LEGAL	JUSTIFICATIVA
2015	INEXIG. 03/2015	Manutenção, preventiva e corretiva, do tipo VRF HITACHI, e da central de exaustão e ventilação da cozinha central e do centro de convenções, do Centro de Educação Profissional de Porto Seguro – CEP/PS, com endereço na Rua dos Cacaueiros, s/n, Anexo do Loteamento Taperapuan, Porto Seguro	COMERCIAL HITECH COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE AR CONDICIONADO LTDA – EPP	R\$ 220.320,00	R\$ 117.029,80	Inexigibilidade com base no Art. 10,I	Inexigibilidade autorizada, com base no inciso I do art. 10, considerando a inviabilidade de competição, haja vista que a empresa contratada é a única autorizada para a prestação desse serviço na região de Porto Seguro.
2015	INEXIG. 04/2015	Prestação dos serviços de manutenção evolutiva e corretiva do Sistema MXM-Web Manager, pelo período de 12 (doze) meses, mantendo o Sistema constantemente atualizado e em perfeito estado de funcionamento	MXM SISTEMAS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S/A	R\$ 163.270,92	R\$ 301.602,00	Inexigibilidade com base no Art. 10,II	Inexigibilidade autorizada, com base no inciso I do art. 10, tendo em vista a indicação de um sistema integrado de gestão, e consequente padronização referente à adoção do Sistema MXM, o qual é exclusivo e utilizado pelo Departamento Nacional e 13 Regionais.
2015	INEXIG. 05/2015	Contrato de Licença de uso, manutenção e suporte de software dos sistemas: 1) Senior Gestão de Pessoas (Vetorh) Multiempresa/Multiusuário, para SGBD MS SQL Serve para até 2.100 colaboradores, com os módulos Rubi Windows, Ronda P1510 Win, Recrutamento e Seleção Win, Treinamento Win, Cargos e Salários Win, Quadro de	HELP INFORMÁTICA LTDA	R\$ 274.299,60	R\$ 199.956,21	Inexigibilidade com base no Art. 10,I	Inexigibilidade autorizada, com base no inciso I do art. 10, considerando os fatores de constinuidade sistêmica, economicidade nos investimentos, operabilidade dos usuários e redução novas instalações.
2015	INEXIG. 05/2015	Contrato de licença de uso, manutenção e suporte de software do Sistema Sapiens Administrativo - Módulos: Mercado, Suprimentos, Finanças, Controladoria e Qualidade (multiempresa), com 05 conexões flutuantes (acesso simultâneo).	HELP INFORMÁTICA LTDA	R\$ 31.538,76	R\$ 23.654,07	Inexigibilidade com base no Art. 10,I	Inexigibilidade autorizada, com base no inciso I do art. 10, considerando os fatores de constinuidade sistêmica, economicidade nos investimentos, operabilidade dos usuários e redução novas instalações.
2016	INEXIG. 01/2016	Assinatura Anual para acesso aos SERVIÇOS DO SISTEMA BANCO DE PREÇOS – Ferramenta de pesquisa e comparação de preços	NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA	R\$ 7.990,00	R\$ 7.990,00	Inexigibilidade com base no Art. 10,I	Inexigibilidade autorizada, com base no inciso I do art. 10, considerando a inviabilidade de competição, haja vista que a empresa contratada é a detentora exclusiva da ferramenta BANCO DE PREÇOS.
2016	INEXIG. 02/2016	Contratação de empresa de consultoria para a execução dos serviços de adequação e aprovação dos Projetos de Proteção Contra Incêndio e Pânico do Ed. Casa do Comércio, no Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Bahia (CBMBA).	Sanear Consultoria, Gerenciamento e Projetos S/S LTDA EPP	R\$ 36.000,00	R\$ 2.107,26	Inexigibilidade com base no Art. 10.	Inexigibilidade autorizada, com base no art. 10, considerando a inviabilidade de competição, haja vista a necessidade de atualização de projeto anteriormente elaborado pela empresa Sanear Consultoria, Gerenciamento e Projetos S/S LTDA EPP.
2016	INEXIG. 03/2016	Contratação de empresa especializada para desenvolvimento de projeto, adequações normativas e aprovação da subestação a ser executada no conjunto de serviços de requalificação do Edifício da Casa do Comércio, junto à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA)	BM&FAS ENGENHARIA, CONSULTORIA & PROJETOS LTDA EPP	R\$ 23.500,00	R\$ 3.820,55	Inexigibilidade com base no Art. 10.	Inexigibilidade autorizada, com base no art. 10, considerando a inviabilidade de competição, haja vista a necessidade de atualização de projeto anteriormente elaborado pela empresa BM&FAS ENGENHARIA, CONSULTORIA & PROJETOS LTDA EPP.
2016	INEXIG. 04/2016	Aquisição de upgrade para licenças de uso do software MAKER e a prestação dos serviços de suporte técnico pelo período de 12 meses, a fim de manter a ferramenta constantemente atualizada e em perfeito estado de funcionamento.	Sudoeste Informática e Consultoria Eireli EPP	R\$ 16.390,00	R\$ 0,00	Inexigibilidade com base no Art. 10,I	Inexigibilidade autorizada, com base no inciso I do art. 10, considerando a inviabilidade de competição, haja vista que a empresa contratada é a única autorizada para a prestação desse serviço.
VALOR TOTAL DE DESPESAS COM INEXIGIBILIDADE					R\$ 656.159,89		

Tabela 4 - Despesas por Modalidade de Contratação com Dispensas

DESPESAS COM DISPENSA - RELATÓRIO DE GESTÃO							
ANO	Nº	OBJETO	EMPRESA	VALOR DO CONTRATO	VALOR PAGO	BASE LEGAL	JUSTIFICATIVA
2014	DISP 17/2014	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 3 (TRÊS) MÁQUINAS DE CAFÉ COM MOINHO DOSADOR ELETRÔNICO, pelo o período de 12 (doze) meses	INDUSTRIA E COMERCIO DONA FLOR LTDA ME	R\$ 41.124,84	R\$ 12.198,84	Dispensa com base no Art.9,I	Dispensa autorizada considerando que o valor está abaixo do limite estabelecido na alínea "a" do inciso II do art. 6º.
2014	DISP 19/2014	SERVIÇOS DE LAVANDERIA INDUSTRIAL	MASTER LAVANDERIA INDUSTRIAL LTDA	R\$ 1.062.160,90	R\$ 193.653,41	Dispensa com base no Art.9,XI	Dispensa autorizada considerando que o valor está abaixo do limite estabelecido no inciso XI do art. 9º. Foi realizado processo de licitação anterior, o qual foi cancelado.
2015	DISP 19/2015	Contratação de empresas para a EXECUÇÃO DE BARRAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO TELHAO unidade do SENAC ALAGOINHAS	BASTOS ENGENHARIA ESPECIALIZADA – LUCAS NEPOMUCENO BASTOS - ME	R\$ 33.950,00	R\$ 33.950,00	Dispensa com base no Art.9,I	Dispensa autorizada considerando que o valor está abaixo do limite estabelecido no inciso I do art. 9º.
2016	DISP 01/2016	Contratação de empresa para a realização de intervenções físicas (Reparos Gerais) que serão realizadas na sede do Sindicato do Comércio da cidade de Santo Amaro da Purificação, localizada na Av. Ferreira Bandeira, nº 18 – Centro, para a implantação de uma unidade do SENAC	CFA CONSTRUTORA EIRELI – EPP	R\$ 72.224,11	R\$ 72.224,11	Dispensa com base no Art.9,I	Dispensa realizada, tendo em vista o cancelamento de 02 licitações realizadas para esse objeto e a necessidade de realização das intervenções. Serviço de engenharia
2016	DISP 03/2016	Contratação de empresa de prestadora de serviço no ramo da engenharia objetivando a repintura do Edifício onde está em funcionamento o SENAC, localizado na Av. Otavio Mangabeira, nº 1623, Pituba – Salvador/Ba – CEP - 41.830-050	CM PROJETOS INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES EIRELE-ME	R\$ 39.910,00	R\$ 39.910,00	Dispensa com base no Art.9,I	Autorizada a Dispensa, com o intuito de não gerar prejuízo ao SENAC, considerando a inexistência de tempo hábil de realização de licitação, tendo em vista que o imóvel seria devolvido à menos de 1 mês da autorização do serviço. Serviço de engenharia.
2016	DISP 04/2016	Execução dos Serviços de Instalações Elétricas na Unidade do SENAC, localizado na Rua Miguel Calmon nº 39, Edifício Nelson de farias 2º andar, Comercio – Salvador/Ba – CEP - 40.015-010	THIJO SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA - ME	R\$ 21.339,57	R\$ 21.339,57	Dispensa com base no Art.9,I	Autorizada a Dispensa, considerando que a Unidade da Pituba foi transferida para o 2º andar do Edifício Nelson de Farias, sem o sistema elétrico e já em funcionamento, prejudicando as atividades da referida Unidade. Serviço de Engenharia.
2016	DISP 06/2016	Realização de diagnóstico da situação atual das instituições que compõem o sistema Fecomércio Bahia (Fecomércio/SENAC/SESC), no que tange a descrição das competências (essenciais e técnicas) de todos os cargos e funções constantes nos respectivos Planos de Cargos e Salários, incluindo a prestação dos serviços de consolidação da governança corporativa	INSTITUTO PLANOS LTDA	R\$ 25.000,00	R\$ 6.250,00	Dispensa com base no Art.9,I	Dispensa autorizada considerando que o valor está abaixo do limite estabelecido na alínea "a" do inciso II do art. 6º.
2016	DISP 07/2016	Aquisição de FARDAMENTOS/UNIFORMES, para as diversas Unidades do SENAC na Bahia	HEBERT UNIFORMES LTDA -EPP	R\$ 11.617,31	R\$ 1.526,00	Dispensa com base no Art.9,I	Dispensa para demanda de cursos, tendo em vista que o processo de licitação ainda não havia sido autorizado, considerando que o valor está abaixo do limite estabelecido na alínea "a" do inciso II do art. 6º.
			BARRETOS IND. DE CONFECÇÕES LTDA	R\$ 2.112,00	R\$ 820,00		
VALOR TOTAL DE DESPESAS COM DISPENSAS				R\$ 381.871,93			

3.3.5.2.1 Informações sobre os principais contratos vigentes no exercício de 2016

Tabela 3 - Relação dos dez maiores contratos vigentes em 2016

Nº DO CONTRATO	CONTRATADA	PROCESSO LICITATÓRIO	OBJETO	INÍCIO DA VIGÊNCIA	TÉRMINO DA VIGÊNCIA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL	NATUREZA DA CONTRATAÇÃO	OBSERVAÇÕES
33/2014	PROMÉDICA - Proteção Médica à Empresas S.A	CP 09/2014	Cobertura de custos ou reembolso, pela CONTRATADA, das despesas com os procedimentos de assistência médica na segmentação médico-hospitalar com obstetrícia e ambulatorial, métodos complementares de diagnóstico e tratamento, e serviços auxiliares, com coparticipação, que vierem a ser prestados aos beneficiários regularmente cadastrados, nos limites e condições de cobertura estabelecidos pelo plano escolhido, e demais cláusulas deste contrato, em obediência ao que estabelece a Lei 9.656, de 03 de junho de 1998, alterações posteriores e regulamentação.	01/07/14	30/06/17	Variável	R\$ 9.460.488,17 (1)	Prestação de Serviços	O valor total informado do contrato nº 33/2014 corresponde a soma dos valores pagos nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, e foi considerado tendo em vista que o valor do contrato é variável e estabelecido a partir da quantidade de adesões dos servidores ao plano de saúde. Ressalta-se que o valor pago não corresponde aos valores efetivamente desembolsados pelo SENAC, tendo em vista que o pagamento pela assistência médica é assumido parcialmente pelos servidores.
41/2016	Comdados Comércio e Serviços Eletrônicos Ltda	PE 02/2016	Fornecimento de equipamentos de informática (switch e cabo de empilhamento), incluindo os serviços de instalação, configuração, garantia e suporte técnico, para o CPD's de diversas Unidades e Núcleos do SENAC na Bahia (Casa do Comércio, Aquidabã, Pelourinho, Comércio, Praça da Sé, Camaçari, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Porto Seguro e Lençóis).	25/07/16	30/09/16	-	R\$ 2.323.680,00	Aquisição de equipamentos	
18/2016	Estrela Serviços de Segurança Ltda	PE 01/2016 (SESC/BA)	Prestação de Serviço de Vigilância Integrada, Física, Armada, Segurança Pessoal e Locação de Equipamentos de Vigilância Eletrônica, com Monitoramento, Instalação e Manutenção.	02/05/16	01/08/17	R\$ 264.738,19	R\$ 3.176.858,28	Prestação de Serviços	

13/2012	Estrela Serviços de Segurança Ltda	CP 09/2011	Serviços de segurança patrimonial integradas, física e armada e segurança pessoal.	02/05/12	01/05/16	R\$ 113.706,4	R\$ 7.451.997,96	Prestação de Serviços	
33/2011	Cangussu Empreendimentos Imobiliários Ltda	CONTRAT DIRETA	Locação do imóvel situado à Av. Otávio Mangabeira, nº 1623, Edifício Cangussu Lima Center, Pituba, Salvador/BA.	01/08/11	31/07/16	R\$ 65.000,00	R\$ 3.831.878,40		
11/2012	Estrela Locação de Equipamentos Eletrônicos Ltda	CP 08/2011	Serviços de instalação e manutenção do serviço de vigilância eletrônica, através do monitoramento por sistema eletrônico.	16/04/12	01/05/16	R\$ 102.628,76	R\$ 5.923.246,08		
08/2009	Santa Casa de Misericórdia da Bahia	CONTRAT DIRETA	Locação de imóvel situado na Rua da Misericórdia, nº 07/09, Centro Histórico (CEP/SÉ)	15/08/08	31/07/18	R\$ 28.071,61	R\$ 2.460.537,84		
SEM NÚMERO	Tectenge Tecnologia e Serviços Ltda	CP 10/2010	Contratação de empresa especializada para Manutenção dos Aparelhos de Ar Condicionado das Unidades do SENAC - BAHIA localizadas em Salvador e Camaçari.	03/01/11	06/07/16	R\$ 20.657,28	R\$ 1.334.451,38		
40/2012	Santa Casa de Misericórdia da Bahia	CONTRAT DIRETA	Loja térrea com sub-solo, 1º, 2º e 3º andares superiores, do imóvel situado à Rua Chile, nº 19, Centro. (CEP/Chile)	01/01/13	31/12/22	R\$ 11.520,00	R\$ 1.435.145,40		
36/2014	Comdados Comércio e Serviços Eletrônicos Ltda	CP 15/2014	Contratação do serviço de implantação e execução da Rede Física e Lógica para as Unidades e Núcleos (Alagoinhas, Aquidabã, Camaçari, Comércio, Chile, Ilhéus, Pelourinho, Praça da Sé, Santo Antônio de Jesus e Vitória da Conquista)	25/07/14	17/02/17	-	R\$ 3.519.398,8		

3.3.5.2.2 Contratos para execução de obras de engenharia

Tabela 4 - Relação das empresas de engenharia contratadas em 2016

Nº DO CONTRATO	CONTRADA / LOCADORA	LICITAÇÃO	OBJETO	INÍCIO DA VIGÊNCIA	TÉRMINO DA VIGÊNCIA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (incluindo prorrogações)	OBSERVAÇÕES
78/2016	AC Projetos Serviços de Instalações Elétricas Ltda ME	CC 05/2016	Contratação de empresa de engenharia de construção civil e/ou de instalações, objetivando a instalação de uma subestação aérea na Unidade do SENAC de Alagoinhas, localizado na Rua Manoel Vitorino, nº 48, Teresópolis.	15/12/2016	15/03/2017	-	R\$ 33.684,30	
39/2016	CFA Construtora Eireli EPP	DISP 01/2016	Contratação de empresa para a realização de intervenções físicas (Reparos Gerais) que serão realizadas na sede do Sindicato do Comércio da cidade de Santo Amaro da Purificação, localizada na Av. Ferreira Bandeira, nº 18 – Centro, para a implantação de uma unidade do SENAC.	05/07/2016	14/10/2016	-	R\$ 72.224,11	
43/2016	CM Projetos Instalações e Construções Eireli	DISP 03/2016	Contratação de empresa do ramo da engenharia para execução da repintura do edifício onde funcionava uma das Unidades Operacionais do SENAC, o Centro de Educação e Tecnologia, localizado na Av. Otávio Mangabeira, nº 1623, Pituba, CEP 41.830-050, Salvador/BA.	11/07/2016	30/07/2017	-	R\$ 39.910,00	
01/2016	Lucas Nepomuceno Bastos - ME (Bastos Engenharia Especializada)	-	Prestação do serviço de fornecimento de mão de obra para a execução de um barracão, para guarda de móveis, e para a realização da recuperação do telhado, da nova Unidade do SENAC no Município de Alagoinhas/BA.	22/02/2016	23/03/2016	-	R\$ 33.057,68	
01/2016 1º Aditivo	Lucas Nepomuceno Bastos - ME (Bastos Engenharia Especializada)	-	Prestação do serviço de fornecimento de mão de obra para a execução de um barracão, para guarda de móveis, e para a realização da recuperação do telhado, da nova Unidade do SENAC no Município de Alagoinhas/BA.	23/03/2016	31/03/2016	-	R\$ 33.950,70	
46/2016	Lucas Nepomuceno Bastos - ME (Bastos Engenharia Especializada)	CP 05/2016	Contratação de empresa de engenharia do ramo da construção civil objetivando a execução de serviços de Reforma e Ampliação do Sindicato do Comércio de Alagoinhas, localizado na Rua Manoel Vitorino, nº 48, Teresópolis, no qual será instalada Unidade do SENAC.	03/08/2016	13/02/2017	-	R\$ 387.786,45	
29/2016	Santos Oliveira Construções e Serviços Ltda	CC 04/2016	Contratação de empresa para a realização de intervenções físicas (Reparos Gerais) que serão realizados no Sindicato dos Feirantes, localizado na Rua Henrique Devoto nº 23, Centro – Ilhéus/Ba.	12/05/2016	09/10/2016	-	R\$ 31.776,72	

Fonte: GERA/Coordenação de Licitações e Contratos

3.3.5.3 Execução Física e Financeira dos Programas realizados pelo DR

3.3.5.3.1 Programa 01 – Apoio Administrativo

Subfunção – Administração Geral

Tabela 5 – Dados gerais do Programa Apoio Administrativo

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Ações desenvolvidas com à adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução dos objetivos da Entidade.
Objetivos Específicos	Não há
Gerente do programa	Não se aplica ao Senac
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Direção Regional - DR
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Percentual de Execução Orçamentária
Público-alvo (beneficiários)	Servidores da Entidade.
Indicador – Percentual de Execução Orçamentária	
Despesas totais orçadas no programa	21.935.000,00
Despesas totais realizadas no programa	21.005.318,47
Percentual de execução das despesas	95,76%
Análise do Resultado Alcançado	
As ações desenvolvidas pela Administração Geral (recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais) assegurando a eficiência e economicidade dos processos decisórios no Exercício de 2016.	

Fonte: Coordenação de Orçamento e Contabilidade 2016

Execução Financeira das Atividades realizadas pela UJ

Atividades	Previstas	Realizadas	Realização %
Gestão Administrativa	1.669.000,00	1.628.524,33	97,57%
Manutenção dos Serv. Administrativos.	7.341.000,00	6.798.940,30	92,62%
Manutenção dos Serviços de Transportes	126.000,00	105.737,46	83,92%
Ações de Informática	7.661.000,00	8.074.193,57	105,39%
Manutenção Serv.de Doc. e Comunicação	1.380.000,00	1.196.673,98	86,72%
Manutenção e Conserv. de Bens Imóveis	2.470.000,00	2.598.306,08	105,19%
Modernização e Melhoria da Rede Física	1.288.000,00	602.942,75	46,81%
Total Geral	21.935.000,00	21.005.318,47	95,76%

Fonte: Coordenação de Orçamento e Contabilidade 2016

3.3.5.3.2 Programa 02 – Gestão das Políticas de Execução Financeira, Contabilidade e Controle Interno

Subfunção – 02 – Administração Financeira

Tabela 6 – Dados gerais do Programa Gestão das Políticas de Execução Financeira, Contabilidade e Controle Interno

Tipo de programa (1)	Gestão das Políticas de Execução Financeira, Contabilidade e Controle Interno	
Objetivo geral	Ações desenvolvidas visando à captação, aplicação, orientação e controle dos recursos financeiros melhorando o poder aquisitivo da Entidade.	
Objetivos Específicos	Não há	
Gerente do programa (2)	Não se aplica ao Senac	
Gerente executivo (2)	Não se aplica ao Senac	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ (3)	Superintendência de Administração e Finanças - SUPAF	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (2)	Percentual de Execução Orçamentária	
Público-alvo (beneficiários)	Servidores da Entidade.	
Indicador – Percentual de Execução Orçamentária		
Despesas totais orçadas no programa		5.181.000,00
Despesas totais realizadas no programa		5.008.592,93
Percentual de execução das despesas		96,67%
Análise do Resultado Alcançado		
As ações são desenvolvidas pelos Setores de Contabilidade e Orçamento, Tesouraria e Contas a Pagar e Receber, cujo objetivo é a gestão, captação, controle e registro das operações comerciais e financeiras da Entidade no Exercício de 2016, fornecendo aos usuários internos e externos informações úteis e relevantes que auxiliaram na análise e tomada de decisões pelo Regional.		

Fonte: Coordenação de Orçamento e Contabilidade 2016

Execução Financeira das Atividades realizadas pela UJ

Atividades	Previstas	Realizadas	Realização %
Serv. de Adm. e Controle Financeiro	3.255.000,00	2.992.136,96	91,92%
Ass. Financeira a Entidades	1.926.000,00	2.016.455,97	104,70%
Total Geral	5.181.000,00	5.008.592,93	96,67%

Fonte: Coordenação de Orçamento e Contabilidade 2016

3.3.5.3.3 Programa 03 – Desenvolvimento de Gerentes e Servidores.
Subfunção 03 – Formação de Recursos Humanos

Tabela 7 – Dados gerais do Programa Desenvolvimento de Gerentes e Servidores

Tipo de programa (1)	Formação de Recursos Humanos	
Objetivo geral	Programa destinado ao desenvolvimento de ações com a formação de pessoal. Melhorando a eficiência e produtividade dos serviços executados.	
Objetivos Específicos	Não há	
Gerente do programa (2)	Não se aplica ao Senac	
Gerente executivo (2)	Não se aplica ao Senac	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ (3)	Gerencia de Recursos Humanos - GERHU	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (2)	Taxa de crescimento dos atendimentos Percentual de Execução Orçamentária	
Público-alvo (beneficiários)	Servidores da Entidade.	
Indicador - Taxa de Crescimento dos Atendimentos		
Atendimentos realizados no programa em 2015		399
Atendimentos realizados no programa em 2016		617
Taxa de aumento em relação ao ano anterior		54,64%
Indicador – Percentual de Execução Orçamentária		
Despesas totais orçadas no programa		1.989.000,00
Despesas totais realizadas no programa		1.226.750,98
Percentual de execução das despesas		61,68%
Análise do Resultado Alcançado		
Ações necessárias ao aprimoramento técnico e funcional dos empregados (efetivos e temporários) dos diversos setores da administração, visando a aumentar a eficiência e produtividade dos serviços por esses executados. O Senac Bahia, através do Programa de Educação Corporativa, vem realizando ações voltadas para o desenvolvimento de pessoas em níveis, gerencial, técnico administrativo e docente, com o objetivo de oferecer um conjunto de atividades educacionais, comprometidas com a missão, visão e estratégias da Entidade. Esse Programa tem como proposta, estimular o autodesenvolvimento, por meio de processos de aprendizagem ativa e contínua.		
Fonte: Coordenação de Orçamento e Contabilidade 2016		

Execução Financeira das Atividades realizadas pela UJ

Atividades	Previstas	Realizadas	Realização %
Capacitação de Recursos Humanos	1.989.000,00	1.226.750,98	61,68%
Total Geral	1.989.000,00	1.226.750,98	61,68%

Fonte: Coordenação de Orçamento e Contabilidade 2016

3.3.5.3.4 Programa 04 – Serviços de Comunicação de Massa
Subfunção 04 - Comunicação Social

Tabela 8 – Dados gerais do Programa Serviços de Comunicação de Massa

Tipo de programa (1)	Comunicação Social	
Objetivo geral	Ações que visam dar conhecimento público dos fatos, atos e obras da Entidade, por meio de relatórios, promoções e propaganda, quer sejam utilizados nos meios de comunicação próprios ou de terceiros.	
Objetivos Específicos	Não há	
Gerente do programa (2)	Não se aplica ao Senac	
Gerente executivo (2)	Não se aplica ao Senac	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ (3)	Gerencia de Relações Institucionais	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (2)	Taxa de crescimento dos atendimentos Percentual de Execução Orçamentária	
Público-alvo (beneficiários)	Jovens e adultos, trabalhadores empregados e desempregados, profissionais autônomos, proprietários de empresas, demais empregadores e comunidade em geral.	
Indicador - Taxa de Crescimento dos Atendimentos		
Atendimentos realizados no programa em 2015		8.035.000
Atendimentos realizados no programa em 2016		14.860.000
Taxa de aumento em relação ao ano anterior		84,94%
Indicador – Percentual de Execução Orçamentária		
Despesas totais orçadas no programa		1.506.000,00
Despesas totais realizadas no programa		1.458.401,03
Percentual de execução das despesas		96,84%
Análise do Resultado Alcançado		
Conjunto de ações que visam dar conhecimento público dos fatos, atos e obras da Entidade, através de relatórios técnicos, promoções e propaganda, quer sejam utilizados os meios de comunicação próprios ou de terceiros. O total de atendimentos refere-se ao número de pessoas atingidas por campanhas publicitárias veiculadas em vários tipos de mídia: impressa, eletrônica, televisiva e radiofônica. Esse número é calculado através da soma dos públicos-alvo ou potenciais de cada veículo de comunicação utilizado nas campanhas.		

Fonte: Coordenação de Orçamento e Contabilidade 2016

Execução Financeira das Atividades realizadas pela UJ

Atividades	Previstas	Realizadas	Realização %
Divulgação de Ações Institucionais	1.506.000,00	1.458.401,03	96,84%
Total Geral	1.506.000,00	1.458.401,03	96,84%

Fonte: Coordenação de Orçamento e Contabilidade 2016

3.3.5.3.5 Programa 05 – Assistência ao Trabalhador
Subfunção 05 – Atenção Básica
Subfunção 06 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador

Tabela 9 – Dados gerais do Programa Assistência ao Trabalhador

Tipo de programa	Assistência social
Objetivo geral	Prestar aos servidores e seus dependentes assistência médica e odontológica para uma melhor qualidade do trabalhador.
Objetivos Específicos	Não há
Gerente do programa	Não se aplica ao Senac
Gerente executivo	Não se aplica ao Senac
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Superintendência de Administração e Finanças - SUPAF Gerência de Administração e Finanças – GERAFA
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (2)	Percentual de Execução Orçamentária
Público-alvo (beneficiários)	Servidores da Entidade e seus dependentes.
Indicador – Percentual de Execução Orçamentária	
Despesas totais orçadas no programa	3.576.000,00
Despesas totais realizadas no programa	4.595.130,66
Percentual de execução das despesas	128,50%
Análise do Resultado Alcançado	
O percentual de 128,50% das despesas ocorreram em virtude do custeio da assistência médica dos servidores da Entidade, auxílio-transporte, seguro de vida, auxílio-funeral, refeição, exames periódicos terceirizados e outros serviços sociais que visaram uma melhor qualidade de vida aos servidores.	

Fonte: Coordenação de Orçamento e Contabilidade 2016

Execução Financeira das Atividades realizadas pela UJ

Atividades	Previstas	Realizadas	Realização %
Assistência Méd. e Odontológica aos Servidores	2.780.000,00	3.729.438,97	134,15%
Assistência-Transporte aos Servidores	790.000,00	747.282,93	94,59%
Assistência Social aos Servidores	6.000,00	118.408,76	1.973,48%
Total Geral	3.576.000,00	4.595.130,66	128,50%

Fonte: Coordenação de Orçamento e Contabilidade 2016

3.3.5.3.6 Programa 06 - Qualificação Profissional do Trabalhador
Subfunção 07 – Empregabilidade

Tabela 10 – Dados gerais do Programa Qualificação Profissional do Trabalhador

Tipo de programa	Finalístico – Empregabilidade	
Objetivo geral	Propiciar a educação de adolescentes e adultos que não cursaram a escola e/ou não concluíram na idade própria ou que pretendem completar, aperfeiçoar ou atualizar seus conhecimentos, e/ou que necessitam de formação metódica no trabalho ou de formação profissional.	
Objetivos Específicos	Desenvolver cursos e programas de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação Superior e Ações Extensivas à Educação Profissional.	
Gerente do programa	Não se aplica ao Senac	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Superintendência de Educação Profissional - SUDEP	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de crescimento dos atendimentos Percentual de Execução Orçamentária	
Público-alvo (beneficiários)	Jovens e adultos, trabalhadores empregados e desempregados, profissionais autônomos, proprietários de empresas, demais empregadores e comunidade em geral.	
Indicador – Taxa de Crescimento dos Atendimentos		
Atendimentos realizados no programa em 2015	106.432	
Atendimentos realizados no programa em 2016	83.302	
Taxa de redução em relação ao ano anterior	21,73%	
Indicador – Percentual de Execução Orçamentária		
Despesas totais orçadas no programa	67.318.000,00	
Despesas totais realizadas no programa	59.836.386,58	
Percentual de execução das despesas	88,89%	
Análise do Resultado Alcançado		
<p>Conjunto de ações que visam proporcionar a educação de adolescentes, jovens e adultos que não cursaram a escola ou não concluíram seus estudos na idade própria, e/ou aqueles que pretendem completar, aperfeiçoar ou atualizar seus conhecimentos e que necessitam de formação para ingressar no mercado de trabalho, como também o pessoal empregado que necessite de qualificação. A meta física total prevista para o Regional da Bahia para 2016, de 80.000 atendimentos em Educação Profissional e ações extensivas, foi superada, atingindo 83.302 atendimentos, o que representa a realização de 104,13% da meta prevista.</p> <p>Foram orçados para o programa de Qualificação do Trabalhador, recursos de R\$ 67.318.000,00 e foram gastos R\$ 59.836.386,58 representando uma redução de 11,11% em relação ao previsto para o Exercício.</p>		

Fonte: Gerência de Planejamento e Desenvolvimento e Coordenação de Orçamento e Contabilidade 2016

Execução Financeira das Atividades realizadas pela UJ

Atividades	Previstas	Realizadas	Realização %
Apoio da Formação Profissional	53.285.000,00	47.970.388,54	90,03%
Qualificação Prof. na Área Com. e Serviços	13.762.000,00	11.532.562,19	83,80%
Assistência a Educandos	271.000,00	333.435,85	123,04%
Total Geral	67.318.000,00	59.836.386,58	88,89%

Fonte: Coordenação de Orçamento e Contabilidade 2016

3.3.5.3.7 Principais Ações do Programa Qualificação Profissional do Trabalhador

3.3.5.3.7.1 Ação 001 – Apoio à Formação Profissional

Tabela 11 – Dados gerais da Ação Apoio à Formação Profissional

Tipo	Apoio à Formação Profissional
Finalidade	Garantir os meios necessários ao desenvolvimento dos programas finalísticos.
Descrição	Ações de caráter administrativo, exercidas continuamente, visando a prover as condições necessárias à formação profissional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Não se aplica ao Senac
Coordenador nacional da ação (1)	Não se aplica ao Senac
Unidades executoras (1)	Não se aplica ao Senac
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Superintendência de Educação Profissional - SUDEP Gerências Estratégicas e Funcionais
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Administrativa, Financeira e Educação Profissional.

Fonte: Gerência de Planejamento e Desenvolvimento e Coordenação de Orçamento e Contabilidade 2016

A realização da meta física está diretamente relacionada ao pessoal da atividade Finalística, visando prover as condições necessárias ao desenvolvimento da Educação Profissional.

Execução Financeira das Atividades realizadas pela UJ

Atividades	Previstas	Realizadas	Realização %
Apoio da Formação Profissional	53.285.000,00	47.970.388,54	90,03%
Total Geral	53.285.000,00	47.970.388,54	90,03%

Fonte: Coordenação de Orçamento e Contabilidade 2016

3.3.5.3.7.2 Ação 002 –Qualificação Profissional na Área de Comércio e Serviços

Tabela 12 – Dados gerais da Ação Qualificação Profissional na Área de Comércio e Serviços

Tipo	Finalística – Empregabilidade
Finalidade	Elevação da qualificação social e profissional dos trabalhadores e promoção da inclusão social pela educação e pelo trabalho
Descrição	Ação desenvolvida com programas de formação profissional. Consigna as ações relacionadas à formação profissional, qualquer que seja sua natureza, através de cursos, seminários, encontros, e/ou qualquer outro tipo de ensino profissionalizante, inclusive as ações de capacitação nas empresas, além de várias outras ações extensivas à formação profissional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Não se aplica ao Senac
Coordenador nacional da ação (1)	Não se aplica ao Senac
Unidades executoras (1)	Não se aplica ao Senac
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Superintendência de Administração e Finanças - SUPAF Superintendência de Educação Profissional - SUDEP Gerências Estratégicas e Funcionais
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Administrativa, Financeira e de Educação Profissional
Análise do Resultado Alcançado	
O Senac desenvolve programações nos seguintes níveis: formação inicial e continuada de trabalhadores com cursos de aprendizagem, capacitação, aperfeiçoamento, programas socioprofissionais e culturais e programas instrumentais. Educação Profissional técnica de nível médio com cursos de qualificação e habilitação técnica de nível médio e Educação Superior com cursos de pós-graduação. Além dessas modalidades, também desenvolve Ações Extensivas: palestras, seminários, conferências, simpósios e eventos similares, concursos, desfiles, exposições, festivais e eventos similares, encaminhamento e acompanhamento de egressos no mercado de trabalho, exposições ou feira de produtos e equipamentos, campanhas e outros eventos de caráter sociocultural, pesquisas, análises e outros estudos, assessoria e consultoria.	

Fonte: Gerência de Planejamento e Desenvolvimento e Coordenação de Orçamento e Contabilidade 2016

Execução Física e Financeira das Atividades realizadas pela UJ

Atividades	Previstas	Realizadas	Realização %
Meta Física 2016	80.000	83.302	104,13%
Qualif. Prof. na Área Com. e Serviços	13.762.000,00	11.532.562,19	83,80%

Fonte: Coordenação de Orçamento e Contabilidade 2016

3.3.5.3.7.3 Ação 003 – Assistência a Educandos

Tabela 13 – Dados gerais da Ação Assistência a Educandos

Tipo	Apoio à Formação Profissional
Finalidade	Garantir os meios necessários ao desenvolvimento dos programas finalísticos.
Descrição	Ação executada com a prestação de assistência social ao educando, seja financeira, profissional, educacional ou religiosa através de serviço médico-odontológico, bolsa de estudo, lazer, alimentação escolar, acompanhamento de egressos, etc.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Não se aplica ao Senac
Coordenador nacional da ação (1)	Não se aplica ao Senac
Unidades executoras (1)	Não se aplica ao Senac
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Superintendência de Administração e Finanças - SUPAF Superintendência de Educação Profissional - SUDEP
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Administrativa, Financeira e de Educação Profissional

Fonte: Gerência de Planejamento e Desenvolvimento e Coordenação r de Orçamento e Contabilidade 2016

Execução Física e Financeira das Atividades realizadas pela UJ

Atividades	Previstas	Realizadas	Realização %
Meta Física 2016	6.432	6.843	106,39%
Assistência a Educandos	271.000,00	333.435,85	123,04%

Fonte: SIBOP e Coordenação de Orçamento e Contabilidade 2016

O programa de Assistência a Educandos compreende acompanhamento, assistência social, profissional, educacional e médica aos alunos durante sua permanência nos cursos e colocação e acompanhamento dos egressos no mercado de trabalho. Por meio do Banco de Oportunidades, o Regional da Bahia ampliou o atendimento no programa, realizando 6.843 encaminhamentos de egressos para processos seletivos nas empresas cadastradas.

3.4. Desempenho Operacional

Os indicadores definidos no Planejamento Estratégico são utilizados para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos, permitindo a formação de séries históricas e a informação e comunicação de seus resultados, uma vez que tem sua evolução acompanhada pelos responsáveis pelas diversas unidades operativas e funcionais. O acompanhamento é feito através da emissão de relatórios mensais, reuniões com a Direção Regional e Superintendências. A avaliação sistemática do Plano de Ação por meio dos indicadores ocorre duas vezes por exercício em junho e dezembro do ano em curso.

3.5 Apresentação e Análise de indicadores de desempenho

Para cada uma das perspectivas o Senac estabeleceu indicadores de monitoramento de resultados.

Na perspectiva Clientes e Sociedade definiu os indicadores de matrícula total, carga horária efetiva e evolução do atendimento corporativo. Na perspectiva Financeira os indicadores estabelecidos foram de resultado financeiro, evolução da receita de serviços e execução financeira do PSG. Na perspectiva de Aprendizagem e Crescimento temos o indicador de Investimento em Qualificação dos Colaboradores. Na perspectiva Processos Internos o Senac estabeleceu os indicadores de Matrículas em Cursos no Modelo Pedagógico Senac, Oferta de Planos de Cursos Nacionais do Modelo Pedagógico Senac e Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

No exercício de 2016, levando-se em conta ser o primeiro ano que estamos avaliando o desempenho operacional do Regional, e diante do cenário crítico enfrentado pelas empresas no país, após análise dos resultados levantados observou-se que em alguns aspectos precisamos melhorar e em outros necessitamos rever as estratégias, como mostra os dados a seguir:

Clientes e Sociedade

1- Evolução do Atendimento Corporativo

Objetivo: Medir a evolução do atendimento corporativo entre períodos.

Nº de Empresas contratantes dos serviços do Senac previstas - 100

Nº de Empresas contratantes dos serviços do Senac atendidas – 146

2- Matrícula Total

Objetivo: Medir a execução da matrícula da produção educacional

Nº de matrícula total prevista – 73.245

Nº de matrícula total executada – 47.039

3- Carga Horária Efetiva

Objetivo: Medir a execução da carga horária da produção educacional

Carga Horária Efetiva prevista – 4.450.700

Carga Horária Efetiva realizada – 6.808.472

Financeira

1- Resultado Financeiro

Objetivo: Medir a capacidade de gerar resultado financeiro

Receita total arrecadada – R\$89.772.471,15

Despesa total executada – R\$93.130.580,65

2- Evolução real da receita de serviços

Objetivo: Medir a variação real da receita de serviços

Receita de Serviço do período anterior ajustada – R\$7.133.824,70

Receita de Serviço do período atual – R\$11.088.797,71

3- Execução financeira do PSG

Objetivo: Medir a execução financeira no Programa Senac de Gratuidade

Compromisso PSG – R\$58.253.512,40

Recurso Efetivamente Aplicado no PSG – R\$48.078.365,37

Processos Internos

1- Matrículas em cursos do Modelo Pedagógico Senac

Objetivo: Medir a capacidade de gerar resultado financeiro

Matrícula prevista – 3686

Matrícula executada – 2465

2- Oferta de Planos de Cursos Nacionais

Objetivo: Medir a quantidade de planos de cursos no Modelo Pedagógico ofertados ao mercado

Quantidade de Planos de Cursos Nacionais do MPS previstos pelo DR - 17

Quantidade de Planos de Cursos Nacionais do MPS ofertados pelo DR - 21

3- Implantação do Plano Diretor de TI

Objetivo: Medir a quantidade de projetos desenvolvidos do Plano Diretor de TI

Número de Projetos previstos do PDTI – 34

Número de Projetos executados do PDTI – 3

Aprendizagem e Crescimento

4- Matrículas em cursos do Modelo Pedagógico Senac

Objetivo: Medir o investimento do DR na qualificação de seus colaboradores

Valor do investimento previsto – R\$929.000,00

Valor do investimento executada – R\$333.168,04

3.5.1 Gestão Finalística – Matrículas e Atendimentos Previstos

a) **Utilidade:** Medir o percentual de realização da meta de matrículas em educação profissional e atendimentos em ações extensivas prevista para o exercício. Medir a taxa de crescimento em relação ao ano anterior.

b) **Tipo:** Eficácia

c) **Fórmula de cálculo:** Resultados de Alunos e Participantes (RAP) = Total de Atendimentos Realizados / Total de Atendimentos Previstos (EP+AE) * 100).

Avaliação do Resultado do Indicador - Igual ou maior que 1.

d) **Método de aferição:** Dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Acadêmica - SIAA (Atendimentos Realizados) e do Plano de Ação da Administração Regional - PAAR 2016 (Atendimentos Previstos).

e) **Área responsável pelo cálculo e/ou medição:** Gerencias de Planejamento e Desenvolvimento e de Tecnologia da Informação.

f) **Resultados do indicador em 2016:** $RAP = [83.302 / 100.000] * 100$

RAP = 83,302%

Tabela 14 - Produção total em Educação Profissional e Ações Extensivas

Meta (EP+AE)	Previsão 2016	Execução 2016	Previsão/ Execução %
Física/ Produção Matrículas em Educação Profissional	73.245	45.967	62,7
Participantes em ações extensivas	6.755	37.335	552,70
Total	80.000	83.302	104,13%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Acadêmica - SIAA e SEI – Sistema Escolar Integrado

Tabela 15 - Comparativo da Produção 2015/2016

Meta	Previsão 2015	Execução 2015	Execução/ Previsão %	Previsão 2016	Execução 2016	Execução/ Previsão %
Física/ Produção Matrículas em Educação Profissional	87.074	64.462	74,03	73.245	45.967	62,7
Participantes em ações extensivas	12.926	41.970	324,69	6.755	37.335	552,70
Total	100.000	106.432	106,43%	80.000	83.302	104,13%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Acadêmica - SIAA e SEI – Sistema Escolar Integrado

Indicador - Taxa de Crescimento EP+AE	
Atendimentos realizados em 2015	106.432
Atendimentos realizados em 2016	83.302
Taxa de crescimento em relação ao ano anterior	-21,73%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Acadêmica - SIAA e SEI – Sistema Escolar Integrado

A meta planejada de 80.000 atendimentos para cursos e programas de educação profissional no exercício de 2016, alcançou um total de 83.302, superando a previsão em 4,13%.

A realização de um número elevado de ações extensivas, muito acima do planejado justifica-se pela necessidade de compensar a redução de matrículas no Pronatec, motivada por determinação do Governo Federal, gestor do Programa, e da necessidade de redução do Programa Senac de Gratuidade – PSG, devido a saldo a maior de anos anteriores.

Produção por Unidade Operativa

A maior parte das Unidades Operativas superaram as metas previstas para o exercício. Entretanto, algumas não atingiram a meta de produção de matrículas previsto para 2016. Vale ressaltar que a não realização dos cursos do Pronatec e PSG previstos para o exercício, impactou sobremaneira nos resultados.

Tabela 16 – Distribuição da Produção por Unidade Operativa

UNIDADES OPERATIVAS	Produção Prevista 2016	Produção Realizada 2016	Execução/ Previsão %
Centro de Unidade Móvel - CEUM	6500	5903	90,82
Centro de Educação Profissional Salvador - CEP/SSA	12000	11168	93,07
Centro de Educação Profissional Vitória da Conquista - CEP/VC	8000	8572	107,15
Centro de Educação Profissional Comércio - CEP/CO	5000	5682	113,64
Centro de Educação Profissional Feira de Santana - CEP/FS	10000	10695	106,95
Centro de Educação Profissional Camaçari - CEP/CA	6500	6858	105,51
Centro de Educação Profissional Casa do Comércio - CEH/CAC	4500	4175	92,78
Centro de Educação Profissional Porto Seguro - CEP/PS	7000	7043	100,61
Centro de Educação Profissional Pelourinho - CEH/PEL	3000	3114	103,80
Centro de Educação Profissional Sé - CEP/SE	6000	5719	95,32
Centro de Educação Profissional Chile- CEP/CHILE	4000	3847	96,18
Centro de Educação Profissional de Santo Antônio de Jesus - CEP/SAJ	3500	3683	105,23
Banco de Oportunidades	4000	6843	171,08
TOTAL	80000	83302	104,13

Fonte: Sistema Integrado de Administração Acadêmica - SIAA e SEI – Sistema Escolar Integrado

Grau de aproveitamento de alunos concluintes/ matrículas efetivas. (Educação Profissional)

O Grau de Aproveitamento representa o total de alunos que concluem os cursos e tem direito de receber certificado. Com base no total de alunos concluintes e evadidos em relação às matrículas efetivas, o aproveitamento dos cursos ministrados pelo Regional, no período analisado, atingiu 86,87%.

O número de desistentes, ou seja, pessoas que se matriculam nos cursos, porém não compareceram às primeiras aulas ou não realizaram qualquer atividade nos cursos de educação à distância, foi de 2.652 alunos, representando 5,76% do total da matrícula realizada.

O índice de evasão ficou em 4,62% das matrículas efetivadas. Os alunos relatam os motivos mais variados que vão desde mudança de endereço, problemas de saúde próprios ou de familiares, horário de trabalho incompatível e até mesmo a dificuldade de acompanhar os conteúdos das aulas, levando os estudantes a evadirem dos cursos. Considerando que o percentual de 10% de evasão é considerado como tecnicamente aceitável, o índice apresenta-se dentro da faixa de normalidade.

Considerando que o índice de reprovação no nível médio, do Brasil, de acordo com os indicadores do IBGE, situa-se em 13,1%, o percentual de reprovados nos cursos do Senac Bahia de 7,74% pode ser considerado muito baixo.

Tabela 17 - Grau de Aproveitamento – Cursos de Educação Profissional 2015/2016

Descrição	2015	%	2016	%
Matrícula Total Realizada	64.462	100,00	45.967	100,00
Desistentes	4.170	6,47	2.652	5,76
Matrículas efetivas	60.292	93,53	43.315	94,22
Concluintes/aprovações	48.517	75,26	37.627	81,85
Evasão	3.454	5,36	2.127	4,62
Reprovações	8.321	12,91	3.561	7,74
Grau de Aproveitamento(*)	-	80,47%	-	86,87%

Fonte: SEI – Sistema Escolar Integrado

(*) Cálculo efetuado sobre as matrículas efetivas, ou seja, matrícula total menos os desistentes e alunos que concluem os cursos e tem direito de receber certificado.

Conceitos:

Matrícula total realizada - Número total de matriculados nos cursos de educação profissional.

Desistentes: Pessoas que se inscrevem no curso, mas não comparecem às aulas, ou não realizam qualquer atividade nos cursos a distância.

Matrícula Efetiva: Diferença entre “matrícula total” e “desistência”.

Concluintes: Alunos que concluíram o total de carga horária do curso ou realizaram todas as atividades nos cursos a distância e tem direito a receber certificado.

Evasão: Quando o aluno deixa de frequentar as aulas. Se houver apenas um comparecimento, a matrícula será considerada como “evasão”.

Reprovações: Alunos que não desenvolveram as competências previstas no perfil de conclusão do curso ou tiveram frequência inferior a 75% do total de carga horária do curso. Os alunos reprovados não têm direito a receber certificado.

Grau de Aproveitamento: Total de alunos que concluem os cursos e tem direito de receber certificado.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não houve disfunções. A meta planejada de educação profissional e ações extensivas alcançou 104,13% do total previsto de 80.000 matrículas e atendimentos, totalizando 83.302 matrículas/atendimentos, o que indica que a oferta de cursos do Regional está atendendo os anseios da clientela. O grau de aproveitamento dos alunos de 86,87% pode ser considerado como muito bom.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Apesar do bom resultado alcançado neste indicador, ocorrendo inclusive redução do percentual de evasão, continuaremos implementando medidas visando reduzir o número de evasões nos cursos, garantindo a permanência e o êxito dos alunos no processo educacional.

Responsáveis: Superintendência de Educação Profissional, Gerência de Planejamento e Desenvolvimento e Gerências das Unidades Operativas.**3.5.2 Indicador de Qualidade – Encaminhamento ao Mercado de Trabalho**

O Banco de Oportunidades desenvolve o serviço de intermediação dos egressos dos cursos do Senac com o mercado de trabalho. Além de encaminhar, gratuitamente, os profissionais capacitados pela Instituição para participar de processos de seleção nas empresas, realiza também de forma gratuita, as seguintes ações: cadastro de empresas e oferta de vagas, palestras de orientação para o mercado e participação em eventos relacionados à área de Gestão de Pessoas divulgando os serviços e realizando cadastramento de candidatos e empresas interessadas.

a) Utilidade: Medir o nível de encaminhamento dos egressos dos cursos Senac ao mercado de trabalho. Entende-se que o ato de solicitação do empresariado ao Senac é uma demonstração de que está satisfeita com o serviço oferecido.

b) Tipo: Qualidade

c) Fórmula de cálculo: $TEE = [(Total\ de\ egressos\ encaminhados\ por\ Ano / Total\ de\ encaminhamento\ de\ egressos\ previsto) * 100$

d) Método de aferição: Dados extraídos do SIBOP- Sistema Integrado Banco de Oportunidades.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Gerências de Relações Institucionais/ Coordenação do Banco de Oportunidades.

f) Resultado do indicador em 2016: $(6.843 / 4.000) * 100$

$$1,7107 * 100 = 171,07\%$$

$$TEE = 171,07\%$$

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Não ocorreram disfunções. O resultado obtido demonstra a eficácia do DR na orçamentação de suas despesas, significando uma correta avaliação e previsão de seus gastos.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: não se aplica devido ao bom resultado alcançado neste indicador.

i) Responsáveis: Superintendência de Educação Profissional, Gerência de Relações Institucionais e Coordenação do Banco de Oportunidades.

3.5.3 Percentual de Execução Orçamentária

- a) **Utilidade:** Medir a proporção do orçamento previsto que foi executado no ano.
- b) **Tipo:** Eficácia
- c) **Fórmula:** $PEOD = [Despesa\ Total\ Executada / Despesa\ Total\ Orçada] * 100$
 $PEOR = [Receita\ Total\ Arrecadada / Receita\ Total\ Orçada] * 100$
- d) **Método de aferição:** Dados extraídos do Orçamento Anual
- e) **Área responsável pelo cálculo e/ou medição:** Gerência de Administração e Finanças – Coordenação de Orçamento e Contabilidade
- f) **Resultado do indicador em 2016:** $PEOD = [93.130.580,65/101.505.000,00] * 100$
 $PEOR = [89.772.471,15/101.505.000,00] * 100$

PEOD = 91,75% (Do valor orçado foram gastos 91,75%, resultando numa menor despesa de R\$ 8.374.419,35 que equivale a 8,25%)

PEOR = 88,44% (Do valor orçado na receita, o Regional arrecadou 88,44%, resultando numa menor receita de R\$ 11.732.528,85 que equivale a 11,56%).

3.5.4 Indicadores econômico-financeiros

Da Receita

Da Receita de Contribuição, arrecadada pelo DR/BA em 2016, no montante de R\$ 73.562.392,05 (Setenta e três milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, trezentos e noventa e dois reais e cinco centavos) foram aplicados 81,34% que equivale a R\$ 59.836.386,58 (Cinquenta e nove milhões, oitocentos e trinta e seis mil, trezentos e oitenta e seis reais, cinquenta e oito centavos) no Programa de Empregabilidade para a manutenção da estrutura e na execução de ações desenvolvidas, pelo Regional, vinculadas à atividade-fim.

GRÁFICO 1 – Principais receitas**TABELA 18 – Principais receitas**

Principais receitas (em milhares de reais)	2015	2016
Receitas de Contribuições Sociais	74.849.886,92	73.562.392,05
Receita Patrimonial	5.894.321,79	5.057.318,66
Receitas de Serviços	10.747.576,78	11.088.797,71
Outras Receitas Correntes	316.784,88	63.962,73
Receitas de Capital	42.310,00	0,00
...		
Total	91.850.880,37	89.772.471,15

Análises: Ao longo do período de 2015 a 2016 ocorreu uma redução nas Receitas de 2,26%, proveniente da retração do Governo Federal com relação a pactuação do PRONATEC e em virtude da crise econômica do país reduzindo o Orçamento Inicial e conseqüentemente o número de alunos.

Da Despesa

GRÁFICO 2 – Principais despesas

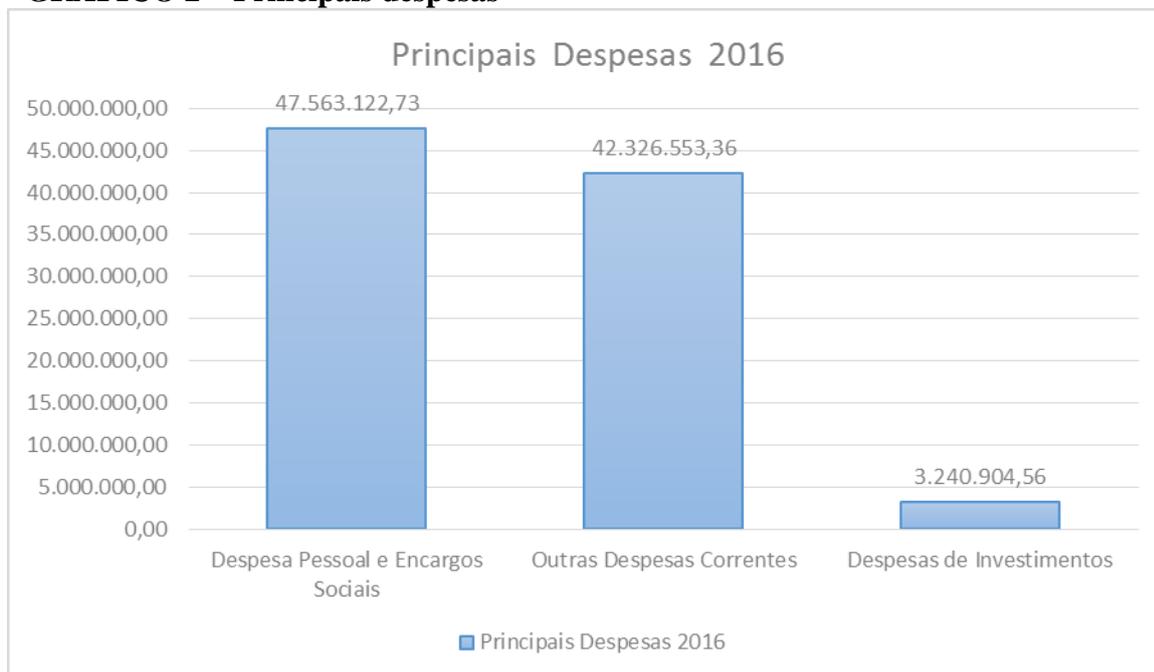


TABELA 19 – Principais despesas

Principais despesas (em milhares de reais)	2015	2016
Despesa Pessoal e Encargos Sociais	48.326.682,45	47.563.122,73
Outras Despesas Correntes	48.332.351,11	42.326.553,36
Despesa de Investimentos	3.691.769,58	3.240.904,56
...		
Total	100.350.803,14	93.130.580,65

Análise: No ano de 2016, em virtude da recessão que o país vem atravessando, o novo cenário econômico financeiro proporcionou uma redução de 7,19% das despesas em relação ao Exercício de 2015, conseqüentemente reduzindo o número dos alunos nos cursos do SENAC.

Programa de trabalho

Despesas por Subfunção	Realizada em 2015 (R\$)	Realizada em 2016 (R\$)	Varição 2015/2016
Administração Geral	22.735.999,35	21.005.318,47	-7,61%
Administração Financeira	4.957.293,73	5.008.592,93	1,03%
Formação de RH	1.829.547,36	1.226.750,98	-32,95%
Comunicação Social	1.380.017,31	1.458.401,03	5,68%
Atenção Básica	2.978.116,08	3.729.438,97	25,23%
Proteção e Benefício ao Trabalhador	1.028.086,10	865.691,69	-15,80%
Empregabilidade	65.441.743,21	59.836.386,58	-8,57%
Total	100.350.803,14	93.130.580,65	-7,19%

No Programa Empregabilidade ocorreu um decréscimo de -8,57% em relação ao Exercício de 2015; não comprometendo as metas para o Exercício onde o número de aluno ultrapassou em 4,13% do total previsto.

- g) **Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** Não ocorreram disfunções. O resultado obtido demonstra a eficácia do DR na orçamentação de suas despesas, significando uma correta avaliação e previsão de seus gastos.
- h) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** Não se aplica devido ao bom resultado alcançado neste indicador.

1 - Índice de Liquidez Imediata

$$\frac{\text{Caixa e Equivalente de Caixa}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{35.595.940,80}{13.654.059,51} = 2,61$$

A Entidade dispõe de R\$ 2,61 como recursos de pronta utilização para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo.

2 - Índice Liquidez Corrente

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{52.152.469,85}{13.654.059,51} = 3,82$$

A Entidade dispõe de R\$ 3,82 em recursos disponíveis, bens e direitos a curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo.

3 - Índice de Liquidez Geral

$$\frac{\text{Ativo Circulante + Ativo Realizável a L.P.}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}} = \frac{62.508.541,29}{15.878.096,34} = 3,94$$

A Entidade dispõe de R\$ 3,94 como recurso para a liquidação das obrigações de curto e longo prazo para cada R\$ 1,00.

4 - Grau de Imobilização do Patrimônio Líquido

$$\frac{\text{Investimentos + Imobilizado + Intangível}}{\text{Patrimônio Líquido + Superávit ou Déficit Acumulado até o Mês}} = \frac{62.215.203,51}{108.845.648,46} = 57,16$$

Cerca de 57 % dos recursos próprios estão aplicados em bens móveis, imóveis e intangíveis.

5 - Grau Endividamento Geral

$$\frac{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}} = \frac{15.878.096,34}{124.723.744,80} = 0,13$$

Demonstra-se que R\$ 0,13 representa quanto a empresa tomou de recurso de terceiros para causa R\$ 1,00 em relação aos recursos investidos.

6 - Reserva Técnica

$$\frac{\text{Disponibilidade Efetiva}}{\text{Despesa Média - Despesa de Capital dos 12 meses}} = \frac{35.595.940,80}{7.490.806,34} = 4,75$$

A reserva é suficiente para cobrir despesas de 4,75 meses

4. GOVERNANÇA

4.1 Descrição das Estruturas de Governança

A estrutura de governança do Senac Bahia tem como base normativa seu Regimento Geral, nos quais as atividades das instâncias de governança são disciplinadas. Descrevemos, de maneira sucinta, as atribuições e a forma de atuação de cada instância.

De acordo com o artigo 21 do Regulamento do Senac, aprovado pelo Decreto nº 61.843, de 5 de dezembro de 1967, no Estado onde existir federação sindical do comércio será constituído um Conselho Regional - CR, com sede na respectiva capital e jurisdição na base territorial correspondente. O seu Parágrafo único assim determina, “Os órgãos regionais, embora sujeitos às diretrizes e normas gerais prescritas pelos órgãos nacionais, bem como à correição e fiscalização inerentes a estes, são autônomos no que se refere à administração de seus serviços, gestão dos seus recursos, regime de trabalho e relações empregatícias”.

A estrutura de governança do Senac compreende:

I - Administração Nacional (AN), com jurisdição em todo país e que se compõe de:

- a) Conselho Nacional (CN) - órgão deliberativo;
- b) Departamento Nacional (DN) - órgão executivo;
- c) Conselho Fiscal (CF) - órgão de fiscalização financeira, com sede no Rio de Janeiro.

II - Administrações Regionais (AA.RR.), com jurisdição nas bases territoriais correspondentes e que se compõem de:

- a) Conselho Regional (CR) - órgão deliberativo;
- b) Departamento Regional (DR) - órgão executivo.

4.2 Informação sobre os Dirigentes e Colegiados

Conselho Regional do Senac

Art. 22 - O Conselho Regional (CR) compõe-se:

- a) do Presidente, representando o respectivo grupo de enquadramento sindical do comércio;
- b) de um representante de cada um dos demais grupos sindicais do comércio a que se refere o enquadramento sindical previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, nas Administrações Regionais que abrangem até cem mil comerciários inscritos no INPS;
- c) de um representante do mesmo grupo sindical do comércio já representado pelo Presidente e de dois representantes dos demais grupos sindicais do comércio, a que se refere o enquadramento sindical previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, nas Administrações Regionais que abrangem mais de cem mil comerciários inscritos no INPS;
- d) de um representante das Federações Nacionais, nos Estados onde exista um ou mais Sindicatos a elas filiados e pelos mesmos escolhidos;
- e) de um representante do Ministério da Educação e Cultura, designado pelo titular da Pasta, com um suplente;

- f) de um representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social designado pelo titular da Pasta, com um suplente;
- g) do Presidente da Federação dos Empregados no Comércio, ou, não existindo esta, do Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio da mesma sede do CR;
- h) do Diretor do Departamento Regional;
- i) de um representante do INPS, indicado pelo seu Superintendente Regional, com um suplente.

Parágrafo único - O mandato dos membros do CR terá a mesma duração prevista para os mandatos sindicais, podendo ser interrompidos os das letras "e" e "f", por atos das autoridades que os designaram. Nesta hipótese, o substituto completará o tempo do substituído.

Art. 23 - À Presidência do CR cabe:

- a) na unidade federativa onde houver apenas uma Federação do Comércio, ao seu Presidente em exercício;
- b) na unidade federativa onde houver duas Federações do Comércio, ao Presidente, em exercício, da Federação cujo grupo sindical abranger maior contingente de comerciários inscritos no INPS;
- *c) na unidade federativa onde houver mais de duas Federações do Comércio, a Presidência do CR caberá ao Presidente, em exercício, da Federação eleita pelo Conselho Nacional. (*Redação dada pelo Decreto 1.244, de 15 de setembro de 1994.)

§ 1o - Para o exercício da Presidência do CR, de que trata a alínea "b", assim como para integrar o Colégio Eleitoral, ou para ser eleito, na forma da alínea "c" deste artigo, é indispensável que a respectiva Federação do Comércio:

- 1 - prove, perante a Confederação Nacional do Comércio, seu efetivo funcionamento, bem como o transcurso de, pelo menos, três mandatos completos de sua administração, segundo o disposto na Lei Sindical;
- 2 - tenha âmbito estadual;
- 3 - esteja filiada à Confederação Nacional do Comércio e em dia com as suas obrigações previstas no estatuto dessa Entidade.

§ 2o - O mandato do Presidente do CR, previsto nas alíneas "a", "b" e "c" deste artigo, não poderá exceder ao seu mandato na Diretoria da respectiva Federação.

§ 3o - Às Federações de Comércio, desde que de âmbito estadual, é assegurado o direito de indicar o representante do respectivo grupo sindical no CR.

§ 4o - No caso das letras "b" e "c" deste artigo, observado o disposto no §4o, não poderá a Presidência do CR ser acumulada com a Presidência do CR do Sesc.

§ 5o - Em suas ausências ou impedimentos, o Presidente do CR será substituído de acordo com o princípio estabelecido no estatuto da respectiva Federação do Comércio.

Art. 24 - Os membros do CR, e seus respectivos suplentes, a que se refere a alínea "b" do art. 22, representarão cada um dos grupos de atividades comerciais da respectiva unidade federativa enquadrados no plano de enquadramento sindical da Confederação Nacional do Comércio, e serão eleitos pelo Conselho de Representantes das correspondentes Federações de Comércio, obedecidas as normas do respectivo estatuto.

Papéis e funcionamento dos colegiados

Art. 25 - Ao Conselho Regional (CR) compete:

- a) deliberar sobre a Administração Regional, apreciando o desenvolvimento e a regularidade dos seus trabalhos;
- b) fazer observar, no âmbito de sua jurisdição, as diretrizes gerais da ação do Senac adaptando-as às peculiaridades regionais;
- c) apresentar ao CN sugestões para o estabelecimento e alteração das diretrizes gerais da ação do Senac;
- d) aprovar o programa de trabalho da AR;
- e) fazer observar as normas gerais baixadas pelo CN para o plano de contas, orçamento e prestação de contas;
- f) aprovar o orçamento, suas retificações, a prestação de contas e o relatório da AR, encaminhando-os à AN, nos prazos fixados;
- g) examinar, anualmente, o inventário de bens a cargo da AR;
- h) autorizar as transferências e as suplementações de dotações orçamentárias da AR submetendo a matéria às autoridades oficiais competentes, quando a alteração for superior a 25% (vinte e cinco por cento) em qualquer verba;
- i) aprovar as operações imobiliárias da AR;
- j) estabelecer medidas de coordenação e amparo às iniciativas dos empregadores no campo de aprendizagem comercial, inclusive pela concessão de subvenções e auxílios;
- l) aprovar o quadro de pessoal da AR, com os respectivos padrões salariais, fixando as carreiras e os cargos isolados;
- m) referendar os atos do Presidente do CR, praticados sob essa condição;
- n) aprovar as instruções padrão para os concursos e referendar as admissões de servidores e as designações para as funções de confiança e para os cargos de contrato especial;
- o) estabelecer a verba de representação do Presidente e fixar diárias e ajudas de custo para seus membros;
- p) cumprir as resoluções do CN e do CF e exercer as funções que lhe forem por eles delegadas;
- q) autorizar convênios e acordos com a Federação do Comércio dirigente e com outras entidades, visando aos objetivos institucionais, ou aos interesses recíprocos das signatárias, na área territorial comum;
- r) aplicar, a qualquer de seus membros, nas circunstâncias indicadas, o disposto no art. 14, § 1o - com recurso voluntário, sem efeito suspensivo, pelo interessado, no prazo de 30 dias, para o CN;
- s) aprovar seu regimento interno;
- t) atender às deliberações do CN, encaminhadas pelo DN, a cujos membros facilitará o exercício das atribuições determinadas, prestando-lhes informações ou facultando-lhes o exame ou inspeção de todos os seus serviços, inclusive de contabilidade;
- u) acompanhar a administração do DR, verificando, mensalmente, os balancetes, o livro "Caixa", os extratos de contas bancárias, posição das disponibilidades totais e destas em relação às exigibilidades, bem como a apropriação da receita da aplicação dos duodécimos, e determinar as medidas que se fizerem necessárias para sanar quaisquer irregularidades, inclusive representação ao CN;

v) aplicar multa ao empregador do comércio que não cumprir os dispositivos legais, regulamentares e regimentais;

x) interpretar, em primeira instância, o presente Regulamento, com recurso necessário ao CN.

§ 1º - O CR reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou por dois terços de seus membros.

§ 2º - O CR se instalará com a presença de 1/3 (um terço) de seus membros sendo necessário o comparecimento da maioria absoluta para as deliberações.

§ 3º - As decisões serão tomadas por maioria de sufrágios, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos empates verificados.

§ 4º - Qualquer membro do CR poderá recorrer ao CN se lhe forem negadas informações ou se lhe for dificultado o exame da AR.

§ 5º - O Presidente enviará, sob comprovante, a cada membro do CR, cópia da previsão orçamentária, de prestação de contas e do relatório, até 10 (dez) dias antes da reunião em que devam ser apreciados.

4.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Conforme o Regimento do Senac, aprovado pelas Resoluções CNC Nº 23/68 e SENAC Nº 46/68, os controles internos e auditoria são exercidos pelo Conselho Fiscal do Senac.

Segundo o art. 19, compete ao Conselho Fiscal:

a) acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária da AN e das AA.RR.;

b) representar o CN contra irregularidades verificadas nos orçamentos ou nas contas da AN e das AA.RR., e propor, fundamentadamente, ao Presidente do CN, dada a gravidade do caso, a intervenção ou outra medida de menor alcance, observadas as normas estabelecidas no Título IX;

c) emitir parecer sobre os orçamentos da Administração Nacional e das AA.RR., e suas retificações;

d) examinar, emitindo parecer fundamentado e conclusivo, as prestações de contas da AN e das AA.RR.;

e) propor ao CN a lotação da Assessoria Técnica e da Secretaria, requisitando do DN os servidores necessários a seu preenchimento;

f) elaborar seu regimento interno e submetê-lo à homologação do Conselho Nacional;

§ 1º - A competência referida nas alíneas “a”, “c” e “d” será exercitada com o objetivo de verificar o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares, bem como das Resoluções do CN, e dos CC.RR., pertinentes à matéria.

§ 2º - As reuniões do CF serão convocadas por seu Presidente, instalando-se com a presença de um terço e deliberando com o *quórum* mínimo de dois terços de seus membros.

Cabe destacar que o Conselho Fiscal do Senac se configura em um órgão de fiscalização interna, conforme determinado pela Legislação do Senac e Regimento Interno do Conselho Fiscal. Sendo assim, possui papel fundamental nos esforços e melhorias empregadas em prol da excelência e autocontrole da gestão, contribuindo para garantia da governança da entidade.

4.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A Administração Regional do Senac Bahia busca desenvolver um trabalho preventivo no que se refere a atos lesivos ao patrimônio da Instituição, instaurando ou determinando a instauração de procedimentos e processos disciplinares, sempre que necessário, em observância aos padrões de imparcialidade, moralidade, isenção e probidade. No eventual desaparecimento de um bem patrimonial da Entidade, a unidade do Senac responsável pelo bem, providencia o registro da queixa na Delegacia competente e, de posse do Boletim de Ocorrência, informa oficialmente o ocorrido à Direção Regional. A Direção, por meio de ato administrativo, designa uma Comissão para proceder a um Inquérito Administrativo com a incumbência de avaliar a situação e apurar as responsabilidades, onde são ouvidas todas as pessoas do setor onde houve a ocorrência, e, principalmente, as envolvidas diretamente com o fato.

Após análise dos depoimentos é emitido um Parecer pela Comissão de Inquérito e enviado a Direção e Presidência, que analisam o mesmo e autorizam baixar o bem do Patrimônio e o valor correspondente dos registros contábeis, responsabilizando os responsáveis a substituírem o bem desaparecido.

4.5 Gestão de riscos e controles internos

Os riscos relacionados ao processo administrativo, são aqueles entendidos como possibilidade de ocorrência de eventos indesejados que possam vir a gerar impactos negativos para a gestão. Ao realizar a avaliação de riscos do negócio, o gestor poderá identificar os possíveis acontecimentos indesejados, relacionados a determinados processos, setores ou atividades, bem como os impactos resultantes da ocorrência destes eventos indesejados. Com base nessa avaliação, é feito o planejamento das medidas necessárias para impedir ou minimizar os seus efeitos, visando proporcionar os melhores resultados operacionais e administrativos possíveis.

Os controles internos constituem o conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos utilizados com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e concorrer para o alcance dos objetivos e metas estabelecidos para a entidade. Nesse sentido, os indicadores utilizados pelo Senac Bahia visam o acompanhamento do planejamento estratégico institucional, permitindo a informação e comunicação de seus resultados, uma vez que tem sua evolução acompanhada pelos gestores responsáveis pelas respectivas áreas de atuação.

O acompanhamento é feito pela Direção Regional, Superintendências e Gerências que monitoram o desenvolvimento do Plano através da emissão de relatórios informatizados e da realização de reuniões periódicas, visitas e despachos individuais com as Unidades Operativas e Funcionais.

No nível regional, a avaliação do Planejamento é focado em resultados, através do cumprimento das metas qualitativas e quantitativas definidas nos planos de ação e devem ser revistos e atualizados sempre que necessário. As metas físicas e financeiras estabelecidas no Planejamento Estratégico são monitoradas periodicamente de acordo com cronogramas pré-estabelecidos, mediante a emissão de

relatórios de acompanhamento e avaliação mensais, semestrais e anuais, de acordo com os indicadores de resultados definidos.

QUADRO 8 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados	Valores				
	1	2	3	4	5
Ambiente de controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da Unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da Unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			x		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da Unidade.				x	
12. É prática da Unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da Unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da Unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da Unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da Unidade.					x
Procedimentos de controle	1	2	3	4	5

19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, claramente estabelecidas para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise crítica:					
Escala de valores da avaliação:					
(1) Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ .					
(4) Parcialmente válida: o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido: significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

4.6 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Não se aplica. O Senac Bahia não remunera, sob qualquer forma, os membros da presidência e do seu Conselho Regional, cujas atuações são inteiramente gratuitas. Em relação aos Dirigentes do Departamento Regional, estes são funcionários do quadro próprio da Instituição, contratados sob o regime da CLT e sua remuneração obedece ao disposto no Regulamento de Pessoal e no Plano de Cargos e Salários da Instituição.

4.7 Informação sobre empresa de auditoria independente contratada

Não houve ocorrência no período.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 GESTÃO DE PESSOAS

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

a) Demonstração da força de trabalho e dos afastamentos que refletem sobre ela

Tabela 20 – Força de Trabalho – situação apurada em 31.12.2016

Regime de contratação	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
Celetistas	932	809	50	159
Pessoal cedido sem ônus	-	-	-	-
Total	932	809	50	159

Fonte: Gerencia de Recursos Humanos

Tabela 21 – Situações que reduzem a força de trabalho

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
Cedidos	
Com ônus	
Sem ônus	
Afastamentos	
Aposentadoria por invalidez	17
Licença-maternidade	02
Licença remunerada	
Complementação salarial para empregado afastado por doença/acidente	07
Licença não remunerada	
Empregado afastado por doença/acidente	16
Total de empregados afastados/cedidos	42

Fonte: GERAf/ Coordenação de Pessoal

b) Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade

**Tabela 22 – Quantidade de empregados por faixa etária
2016**

Tipologias do cargo	Faixas etárias				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
Celetistas	141	322	225	99	22

Fonte: Gerencia de Recursos Humanos

2016

Distribuição	Quantidade
Efetivos	785
Temporários	24
Total	809

Fonte: Gerencia de Recursos Humanos

Tabela 23 – Quantidade de empregados por nível de escolaridade

Tipologias do cargo	Classificação do nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Celetistas (curso completo)	-	-	33	291	166	134	3	1	-
Celetistas (curso incompleto)	-	-	19	17	78	66	1	-	-
Total			52	308	244	200	4	1	-
Classificação do nível de escolaridade:									
1 - Analfabeto;									
2 - Alfabetizado sem cursos regulares;									
3 - Primeiro grau;									
4 - Segundo grau ou técnico;									
5 - Superior;									
6 - Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-graduação;									
7 - Mestrado;									
8 - Doutorado/Pós-doutorado/PhD/Livre docência;									
9 - Não classificada.									

Fonte: Gerencia de Recursos Humanos

d) Descrição das iniciativas da unidade jurisdicionada para capacitação e treinamento dos servidores nela lotados

- Programa Bolsa de Estudos (Graduação e Pós Graduação)
- Curso Especialização em Docência para Educação Profissional
- Treinamento de Atendimento ao Cliente: “ Um novo olhar sobre o atender”
- Cursos de Capacitação do Modelo Pedagógico Senac (Conhecendo o Modelo Pedagógico Senac; Elaboração do Plano de Trabalho Docente; Avaliação da Aprendizagem por Competência; Revisão do Plano de Trabalho Docente, Definição e Redação de Competências);
- Programa Escola de Liderança
- Realização de outras ações como participação em Congressos, Seminários, Fóruns e outros cursos para desenvolvimento de Competências específicas.

5.1.2 Demonstrativo das despesas com Pessoal -

Tabela 24 – Valor com pessoal por categoria de despesa – Triênio 2014/2016

Exercícios	Celetistas				Total (R\$)
	Vencimentos e vantagens fixas (R\$)	Indenizações/Decisões Judiciais (R\$)	Benefícios assistenciais e previdenciários (R\$)	Demais despesas variáveis (R\$)	
2014	23.318.661,11	381.999,65	3.152.045,09	2.122.120,64	28.974.826,49
2015	30.489.318,31	1.540.293,25	4.012.357,62	2.671.013,65	38.712.982,83
2016	32.628.336,61	2.538.383,10	4.391.723,14	1.041.700,90	40.600.143,75

Análise crítica: Houve um aumento nos valores de Indenizações/Decisões Judiciais devido ao Plano de Desligamento Incentivado – PDI.

Categorização dos itens:

Vencimentos e vantagens fixas
Adicional de férias 1/3 (art. 7º inciso XVII da Constituição Federal) /Adicional de insalubridade/Adicional de periculosidade/Adicional de tempo de serviço/Adicional noturno/Auxílio para diferença de caixa/Aviso prévio cumprido (trabalhado)/Gratificação de função (não eventual) /13º salário/Férias/Salário (ajustado de acordo com o cargo efetivo ou constante do contrato) /Salário de cargo em comissão.

Indenizações e decisões judiciais
Indenizações por tempo de serviço como não optante/Aviso prévio indenizado/Férias indenizadas/13º indenizado /Multa rescisória/Decisões judiciais – outras indenizações trabalhistas

Benefícios assistenciais e previdenciários
Assistência médica/Previdência privada/Seguro de vida/Auxílio-funeral/Auxílio-creche/Alimentação/Outras assistências

Demais despesas variáveis
Abono pecuniário (opcional)/Ajudas de custo/Horas extraordinárias/Substituição/Gratificação de função (eventual)/Outras

Fonte: GERAF/ Coordenação de Pessoal

d) Composição do quadro de regime de aposentadoria

Tabela 25 – Composição do quadro de regime de aposentadoria

Tipo	De empregados Aposentados até 31/12/2014	De aposentadorias iniciadas no exercício de referência
Complementação de aposentadoria	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: GERAF/ Coordenação de Pessoal

e) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Quadro de Pessoal

A elaboração do Quadro de Pessoal é da competência da Gerência de Recursos Humanos em parceria com os Gestores da Instituição, onde é discutido, analisado e consolidado para aprovação e

autorização da Direção Regional. Anualmente é submetido à apreciação da Presidência e homologado pelo Conselho Regional, considerando as Normas de Gestão do Plano de Cargos e Salários e as Normas de Gestão de Pessoas, e as necessidades previstas no Planejamento Estratégico.

Educação continuada

O Programa de Educação Corporativa desenvolve ações de aprendizagem visando desenvolver as Competências Profissionais e Pessoais dos empregados, buscando a melhoria do desempenho do indivíduo e da Organização como um todo. Este Programa visa oferecer aos empregados, um conjunto de atividades educacionais relacionadas às Competências das funções que exercem, bem como estimular a Educação Formal, em nível de Graduação e Pós-Graduação, através do Programa Bolsa de Estudo.

Remuneração e Manutenção de Pessoal

O Plano de Cargos e Salários da Instituição, aprovado pela Resolução Senac Nº 23/2014 no qual está representada a Remuneração dos Servidores, através da Estrutura de Cargos e Salários, pelo sistema de Classificação de cargos por Processo, que estabelece Graus para os Cargos e Funções equivalentes, bem como os Níveis de Competência certificadas, na qual é observado em sua composição salarial a média de salários existentes no Mercado, para os Cargos e Funções, com as devidas adequações à Política Salarial da Instituição, de acordo com Plano de Cargos e Salários vigente.

Desempenho Funcional

Visando subsidiar a Gestão de Remuneração e a Gestão do Programa de Educação Corporativa, o Regional da Bahia, encontra-se em fase de contratação de Consultoria especializada para apresentar uma Proposta de um Modelo de Avaliação de Desempenho, a ser apresentado às Entidades Federação do Comércio, Sesc e Senac.

Política de Contratação de Pessoal

A política para contratação de pessoal adotada pelo Senac/Ba segue as recomendações das “Normas de Processo Seletivo para contratação de empregados” – Resolução Senac nº 1018/2015 de 04/05/2015. Os Processos Seletivos são realizados pela People to People Consultoria Ltda- ME, desde 11/10/2013. Os procedimentos para o Processo Seletivo seguem as seguintes etapas:

Recebimento da Requisição de Pessoal- RP, encaminhada pelo órgão solicitante, constando o perfil exigido, qualificações e características da função, bem como a justificativa para contratação;

Divulgação das vagas através de publicações de Anúncios em Jornal de grande circulação, TV, avisos/editais nos murais internos da Instituição, intranet, órgãos especializados em cadastro de mão-de-obra (SINE, ABADEF), em parceria com a People to People Consultoria Ltda.- ME;

Envio do perfil da vaga para a People to People Consultoria Ltda.- ME;

Recebimento, através da People to People Consultoria Ltda.- ME, do candidato aprovado nas etapas do processo seletivo e selecionado para a vaga;

A People to People Consultoria Ltda.- ME informa aos candidatos a conclusão do Processo Seletivo;

A People to People Consultoria Ltda.- ME informa ao Senac os candidatos que ficaram no Cadastro Reserva;

O Senac encaminha o candidato selecionado para a Coordenação de Pessoal, a fim de dar início ao Processo Admissional.

Absenteísmo

Falta não justificada - O índice de absenteísmo (faltas e atrasos descontados) ocorrido no ano de 2016 registrou um percentual acumulado de 3,54%.

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Foram registrados acidentes de trabalho durante o ano de 2016, atingindo o percentual de 0,61% do total de servidores do quadro fixo. Com relação às doenças ocupacionais, o percentual foi de 2,10%.

Rotatividade (turnover)

A rotatividade entre os servidores que foram admitidos e entre os que se desligaram durante o ano de 2016 ficou em 11,94%.

Ações Disciplinares

As ações disciplinares são regulamentadas pelo Regimento Interno do Senac Bahia e aplicadas aos servidores são: advertência verbal, escrita, suspensão e demissão nos casos de reincidência, ou de acordo com a gravidade da infração cometida. Durante o ano de 2016 foram aplicadas 11(onze) advertências escritas e 01(uma) suspensão, que visaram proporcionar ao servidor uma oportunidade de retroceder seu mau comportamento.

Análise crítica da Gestão de Recursos Humanos

Alinhados às tendências e Cenários apontados, o Senac Bahia, através da Gerência de Recursos Humanos, em parceria com o Departamento Nacional e outros Departamentos Regionais, vem desenvolvendo ações de Desenvolvimento e Programas de Aprendizagem contínua e permanente, com o objetivo de identificar, modelar, difundir e aperfeiçoar as Competências essenciais, voltadas

para a Missão, Visão de Futuro, Princípios e Valores da Instituição, contemplados no Plano de Ação da Administração Regional – PAAR. Atenta as demandas atuais, a Gerência de Recursos Humanos, vem promovendo incentivo ao Aprendizado permanente e o Desempenho dos empregados, através de ações voltadas para capacitação técnica dos profissionais das diversas categorias funcionais, atingindo no exercício 2016 um percentual de 76,27% de Servidores Capacitados do Quadro **Efetivo** de Pessoal. Dentre as ações destacam-se as Visitas Técnicas, o Cursos de Especialização em Docência para Educação Profissional, Programa de Desenvolvimento de Líderes, Cursos de Capacitação visando a implantação do Modelo Pedagógico Senac, Encontros, Congressos, Fóruns, entre outros. Vale ressaltar, a importância do Programa de Bolsa de Estudos Educação Corporativa (Graduação e Pós Graduação), que vem estimulando o auto desenvolvimento e a formação contínua dos profissionais das diversas áreas de atuação.

Terceirização de mão de obra e quadro de estagiários

A Política de contratação de estagiários segue os procedimentos adotados pelo próprio SENAC/Ba, em conformidade com a Lei de Estágio Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

a) Quantidade de empregados terceirizados (ingressos e egressos)

Tabela 26 – Terceirização de mão de obra

Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
Observações: Não se aplica ao SENAC													

Fonte: GERAf/Coordenação de Pessoal.

Tabela 27 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Fonte: GERA/Coordenação de Licitações e Contratos

Informações sobre os Contratos													
Ano	Área	Natureza	Identificação do contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2016	(V)	(O)	18/2016	Estrela Serviços de Segurança Ltda. (CNPJ: 96.823.398/0001-35)	02/05/2016	01/08/2017	-	-	-	-	-	-	(A)
<p>Observações: Não há informações sobre o nível de escolaridade dos trabalhadores, tendo em vista que o contrato é com a empresa Estrela Serviços de Segurança Ltda., responsável por adotar todas as medidas necessárias à perfeita execução do serviço. O serviço contratado inclui 13 postos de vigilância, distribuídos entre as Unidades do SENAC/BA do seguinte modo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • SENAC Salvador: 02 Postos de Vigilância Ostensiva; • SENAC Sé: 02 Postos de Vigilância Ostensiva; • SENAC Chile: 02 Postos de Vigilância Ostensiva; • SENAC Pelourinho: 01 Posto de Vigilância Ostensiva; • SENAC Vitória da Conquista: 02 Postos de Vigilância Ostensiva; • SENAC Feira de Santana: 02 Postos de Vigilância Ostensiva; • SENAC Porto Seguro: 02 Postos de Vigilância Ostensiva; 													
<p>Legenda: Ano do contrato: ano em que foi celebrado o contrato Área: área do contrato – “Limpeza e Higiene” (L) ou Vigilância Ostensiva (V) Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial Identificação do contrato: número de identificação do contrato Empresa contratada: número do CNPJ Período contratual de execução das atividades contratadas: datas de início e fim do contrato Nível de escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior – distinguindo-se, para cada nível, o número de contratações previstas no contrato (P) e a quantidade efetiva de empregados contratados (C). Situação do contrato: (A) Ativo normal; (P) Ativo prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

Tabela 28 – Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custos no exercício (valores em R\$)
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	
1. Nível superior					
1.1. Área-fim	23	18	17	14	175.274,58
1.2. Área-meio	09	08	09	11	137.715,74
2. Nível					
2.1. Área-fim					
2.2. Área-meio					
3. Total (1+2)	32	26	26	25	312.990,32

Fonte: GERA/Coordenação de Pessoal

5.1.3 Gestão de Riscos relacionados ao Pessoal

Justificativa: Não se aplica. Não existe riscos identificados na gestão de pessoas da unidade jurisdicionada.

5.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA

5.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

- a. Legislação que regula a constituição e a forma de utilização de veículos;

A constituição e utilização dos veículos está disciplinada no Manual de Normas e Procedimentos aprovado pela Ordem de Serviço nº 02/2009.

- b. Importância e impacto dos veículos sobre as atividades da Unidade Jurisdicionada;

O impacto da frota de veículos próprios representa 1,37% das despesas correntes.

- c. Plano de substituição de veículos;

A frota de veículos é renovada a cada cinco anos.

- d. Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Razões econômicas e de gestão. Em atendimento ao princípio da economicidade, bem como o elevado uso da frota em visitas técnicas e condução de servidores nas suas atribuições institucionais.

- e. Estrutura de controles que a área dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

As atividades do setor de transporte são controladas através de mapa contendo os roteiros diários assinados pelos usuários do veículo e pelo motorista e pela emissão de relatórios mensais por veículo onde são contemplados gastos com combustíveis e manutenção.

- a) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;
A frota é composta por 11 (onze) veículos sendo 01 (um) de representação e 10 (dez) de transporte institucional.

5.2.1.1 Frota de veículos automotores de propriedade da entidade

Quadro 9 - Frota de veículos automotores de propriedade da Unidade Jurisdicionada

Planilha de veículos – próprios									
Item	Veículo	Placa	Cor	Ano	Combustível	Renavam	Chassi	Média anual (km)	Idade média
Grupo 1: Transporte de pessoas									
1	VW KOMBI	NTR2217	BRANCA	2010/2011	FLEX	233133062	9BWF07X4BP009688	1.195	7
2	RENAULT BOXER	NCZ7301	BRANCA	2011/2011	DIESEL	334092310	936ZBXMMBB2071423	628	6
3	HONDA CIVIC	OUF3855	PRETA	2013/2014	FLEX	536504849	93HBF2530EZ1141	1.180	4
4	KIA SPORTAGE	OUF5719	BRANCA	2013/2013	FLEX	537095870	KNAPB817AD7456980	599	4
5	GM COBALT	OUH9518	PRETA	2013/2013	FLEX	541806360	9BGJC69XODB325243	1.573	4
6	GM COBALT	OUH4722	PRETA	2013/2013	FLEX	543354474	9BGJC69XODB331001	1.328	4
7	GM SPIN	OZK3211	BRANCA	2014/2015	FLEX	1215032479	9BGJC75ZOFB124352	1.583	3
8	RENAULT LOGAN	PJJ6286	PRETA	2015/2016	FLEX	1055949744	93Y4SRD64GJ930156	1.976	2
9	RENAULT LOGAN	PJJ2073	PRETA	2015/2016	FLEX	1055952354	93Y4SRD64GJ930149	1.962	2
10	RENAULT LOGAN	PJJ7580	PRETA	2015/2016	FLEX	1055949175	93Y4SRD64GJ930207	2.026	2
Grupo 2: Transporte de carga - utilitário									
11	FIAT FIORINO	OZL5399	BRANCA	2014/2015	FLEX	1016512594	9BD265122F9019432	1.281	3

Veículos vendidos em 2016:

Item	Veículo	Placa	Cor	Ano	Combustível	Renavam	Chassi	Média anual (km)	Idade média
1	GM CORSA	JSU9933	PRETA	2009/2010	FLEX	183390237	9BGXH68POAC169872	1.135	6
2	GM CORSA	JSU5666	PRETA	2009/2010	FLEX	180620916	9BGXH68POAC168294	1.332	6
3	FORD FIESTA	NYL4160	PRETA	2010/2011	FLEX	274525321	9BFZF55P6B8162959	1.382	5

Quadro 10 - Despesas com a área de transporte – veículos próprios

Despesa	Valor
Manutenção de peças e serviços	53.344,20
Combustíveis e lubrificantes	257.252,20
Seguro de 13 veículos	11.402,82
Seguro obrigatório e licenciamento de 13 veículos	2.463,65
Despesas com pessoal e encargos	911.978,92
Total	1.236.441,79

Frota de veículos automotores locados de terceiros

- a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;
Não há.
- b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;
RÓTULA CAR TRANSPORTE LTDA ME – CNPJ 63.234.405/0001-04
Locação de três Vans para transporte noturno dos alunos de Hotelaria da Casa do Comércio, as sextas e sábados.
- c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;
Tipo de licitação efetuada: Pregão Presencial 09/2013
Nº do contrato assinado - 33/2013
Vigência do contrato: 01/10/2013 a 30/09/2017
Valor contratado R\$ 188,00 x nº de viagens, podendo incidir o valor de R\$ 1,50 por cada quilômetro excedido.
Valores pagos: 2011 - R\$ 72.712,32, 2012 - R\$ 64.611,36,
2013 – R\$ 81.509,87, 2014 – R\$ 77.461,46.
2015 – R\$ 50.117,85 –2016 - R\$ 41.182,50
- d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
Não se aplica.
- e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;
0,05% das despesas correntes.
- f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;
03 vans para transporte institucional.

- g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;
Não se aplica
- h) Idade média anual, por grupo de veículos;
Menos de três anos.
- i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;
Não se aplica.
- j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.
O serviço é atestado, diariamente, pela Gerência do Centro de Educação Hoteleira da Casa do Comércio.

5.2.2 Gestão do patrimônio imobiliário e imóveis locados de terceiros

Tabela 29 - Distribuição espacial dos bens imóveis de propriedade da UJ

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UJ		
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
NO ESTADO	CIDADE	-	-	-
	Salvador (CEH/CAC, CEH/PEL, CEP/SSA e CEUM)	4	4	4
	CIDADE	-	-	-
	Porto Seguro	1	1	1
Subtotal Brasil		5	5	5
BRASIL	CIDADE	-	-	-
	Município 1	-		
	Município 2	-		
	Município “n”	-		
Subtotal Exterior		0	0	0
Total (Brasil + Exterior)		5	5	5

Fonte: GERA/PA

A unidade não procedeu à aquisição ou venda de imóveis no exercício de 2016. Neste período, a entidade teve à disposição um total de cinco imóveis de sua propriedade, sendo quatro unidades na capital do Estado e uma no município de Porto Seguro. Todos são utilizados como Centros de Educação profissional em áreas de demanda mapeada.

5.2.3 Informações sobre os imóveis próprios e locados de terceiros

Os imóveis de terceiros, locados, cedidos em regime de comodato ou sem ônus para o Senac, são utilizados com a mesma finalidade, ou seja, de abrigar Centros ou Núcleos de Educação Profissional, para atender às demandas já consolidadas, bem como às novas demandas de cursos, com a expansão e interiorização das ações, assim como o atendimento às demandas originada das ações vinculadas ao PRONATEC, Programa Senac de Gratuidade e Programa de Aprendizagem.

Tabela 30- Distribuição espacial dos bens imóveis de uso da UJ locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE TERCEIROS LOCADOS PELA UJ		
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
NO ESTADO	CIDADE	-	-	-
	Salvador	5	5	6
	CIDADE	-	-	-
	Camaçari	1	1	1
	CIDADE	-	-	-
	Feira de Santana	3	2	2
	CIDADE	-	-	-
	Vitória da Conquista	2	2	2
	CIDADE	-	-	-
	Santo Antônio de Jesus	1	1	1
	CIDADE	-	-	-
	Alagoinhas	2	1	1
CIDADE	-	-	-	
Lençóis	1	1	1	
CIDADE:	-	-	-	
Jacobina	1	1	1	
CIDADE:	-	-	-	
Eunápolis	1	1	1	
CIDADE:	-	-	-	
Jequié	2	1	1	
CIDADE:	-	-	-	
Itabuna	-	1	1	
CIDADE:	-	-	-	
Teixeira de Freitas	2	1	1	
CIDADE:	-	-	-	
Ilhéus	2	1	1	
CIDADE:	-	-	-	
Luis Eduardo Magalhães	1	1	1	
CIDADE:	-	-	-	
Paulo Afonso	1	1	1	
CIDADE:	-	-	-	
Irecê	-	1	1	
CIDADE:	-	-	-	
Vera Cruz	-	0	1	
CIDADE:	-	-	-	
Barreiras	2	1	-	
CIDADE:	-	-	-	
Juazeiro	1	1	-	
CIDADE:	-	-	-	
Valença	-	1	-	
CIDADE:	-	-	-	
Santo Amaro	1	-	-	
Subtotal Brasil	29	25	24	

BRASIL	CIDADE	-	-	-
	Município 1	0	0	
	Município 2	0	0	
	Município "n"	0	0	
Subtotal Exterior		0	0	
Total (Brasil + Exterior)		29	25	24

Fonte: GERAf/Coordenação de Licitações e Contratos

Tabela 31 - Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ cedidos em regime de comodato

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE TERCEIROS CEDIDOS EM REGIME DE COMODATO		
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
	CIDADE	-	-	-
	Feira de Santana	1	1	1
	CIDADE	-	-	-
	Vitória da Conquista	1	1	1
Subtotal Brasil		2	2	2
BRASIL	CIDADE	-	-	-
	Município 1	0	0	0
	Município 2	0	0	0
	Município "n"	0	0	0
			0	0
Subtotal Exterior		0	0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	2	2

Fonte: GERAf/Coordenação de Licitações e Contratos

Tabela 32 - Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ cedidos sem ônus

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE TERCEIROS CEDIDOS EM REGIME DE COOPERAÇÃO	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
	CIDADE	-	-
	Camaçari	1	1
Subtotal Brasil		1	1
BRASIL	CIDADE	-	-
	Município 1	0	0
	Município 2	0	0
	Município "n"	0	0
		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: GERAf/Coordenação de Licitações e Contratos

5.3 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5.3.1. Principais sistemas de informação

Visando dar suporte tecnológico às ações educacionais e administrativo-financeiras, a gestão da tecnologia da informação foi priorizada no exercício, no qual as equipes técnica e administrativa se empenharam no desenvolvimento de ações que viabilizassem a implantação de um novo sistema ERP, o MXM. O processo de implantação, teve início em janeiro de 2016, e as equipes das gerências de tecnologia da informação, administrativa e financeira do Departamento Regional reuniram-se sistematicamente com a equipe do Departamento Nacional para alinhar conceitos, capacitar as equipes e efetuar as implementações necessárias a um empreendimento desse porte.

Os sistemas utilizados no Senac Bahia em 2016 estão relacionados na tabela abaixo:

Tabela 33 – Principais sistemas de informação da unidade

Sistemas	Área de Utilização	Área Responsável	Proprietário do Sistema	Suporte	Desenvolvimento
Avaliação de Premiação	SENAC/BA	GETIN	SENAC/BA	GETIN	Interno
Central Telefônica	SENAC/BA	GETIN	Telsystem	Telsystem e Getin	Terceiro
Colibri	CEH-CAC e CEH- PEL	GETIN	Esys Colibri	Netoworkin e Getin	Terceiro
E-Portal	SENAC/BA	GETIN	Tao Interativa	Tao Interativa e Getin	Terceiro
Girasol	CEH-CAC e CEH-PEL	GETIN	Esys Colibri	Netoworkin e Getin	Terceiro
Help Desk	SENAC/BA	GETIN	Evolua Software	Getin	Terceiro
DirectWeb	SENAC/ EAD	GETIN	Jet News	Jet News e Getin	Terceiro
DBA	SENAC/BA	GETIN	Provide	Getin	Terceiro
Protocolo	SENAC/BA	GETIN	SENAC/BA	Getin	Interno
Sapiens	Supaf, Geraf's, Un. Operativas e Funcionais.	GETIN	Sênior Sistemas	Help Gestão e Getin	Terceiro
SIAA	SUPAF, GERAf, Unidades Operativas e Funcionais.	GETIN	SENAC/BA	GETIN e Softwell	Interno
SIBOP	GERIN, Banco de Oportunidades e Un. Operativas.	GETIN	SENAC/BA	GETIN e Softwell	Interno
SIEP	GERAF, Unidades Operativas e Funcionais.	GETIN	SENAC/BA	GETIN	Interno
SEI	SENAC/BA	GETIN	DR/GO	DR/GO e Getin	Terceiro (outro Regional do Senac)
SIS	SENAC/BA	GETIN	SENAC/BA	GETIN e Softwell	Interno
MXM	SENAC/BA	GETIN	SENAC/BA	GETIN E MXM	Terceiro

Vetorh	GERAF/PE, GERHU, Unidades Operativas e Funcionais.	GETIN	Sênior Sistemas	Help Gestão e Getin	Terceiro
--------	--	-------	-----------------	---------------------	----------

Fonte: Gerencia de Tecnologia da Informação

5.3.2 Informações sobre o planejamento estratégico de Tecnologia da Informação e sobre o Plano diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

A unidade tem sua metodologia para desenvolvimento de sistemas baseada no Manual de Procedimentos e Normas da Gerência de Tecnologia da Informação – GETIN. Nesse documento os Processos de Sistemas são tratados sob duas perspectivas distintas, a área acadêmica e a área sistêmica. Os procedimentos na área acadêmica dizem respeito ao atendimento das necessidades dos alunos, professores e funcionários através da viabilização de ferramentas que agreguem novas funcionalidades para a rotina da instituição. Para a área sistêmica os processos têm a função de auxiliar o corpo administrativo através de avaliação e aprimoramento dos sistemas existentes bem como análise de viabilidade de novos recursos e ferramentas. Estão previstas as etapas e ações vinculadas aos Processos de Sistemas com definição do espectro de atuação da área responsável e a metodologia propriamente dita aplicada a Processos Gerais de Atendimento, Treinamento e Projetos. Mediante aos resultados analisados são elaborados projetos evidenciando o custo/benefício para a execução dos mesmos, que estão relacionados no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).

A Gestão de TI durante o exercício de 2016 procurou realizar as metas dentro dos critérios estabelecidos no Planejamento Estratégico, mas nos deparamos com novas diretrizes e atividades não previstas nos planos de trabalho, o que resultam no desvio da produtividade para a execução das metas estabelecidas e na transferência de outras para o próximo exercício. Contudo, os resultados alcançados foram muito satisfatórios, pois além de investirmos mais de três milhões de reais em atualizações técnicas e tecnológicas, conseguimos desenvolver todos os processos “desafios” que foram apresentados seguindo as normatizações do Departamento Nacional.

Tivemos investimentos em equipamentos e softwares que proporcionarm a ampliação técnica e tecnologia a Rede Corporativa e a Rede Acadêmica com investimento de quase dois milhões de reais: ampliamos a Rede de Dados do Regional com a inclusão de 01 nova CPDs, nas Unidade Operativa de Alagoinhas, com um investimento acima de trezentos mil reais. Atualizamos cerca de 10% do parque de equipamentos do Regional, além de efetuarmos todas as atualizações de versões para os sistemas informatizados, além de efetuarmos o acompanhamento e atualização das “novidades” no e-Portal do DR-Ba.

Os resultados qualitativos no período de janeiro a dezembro de 2016 foram satisfatórios, pois conseguimos superar as diversidades e os desafios que foram constantes, visto que as diretrizes muitas vezes foram modificadas com os procedimentos em execução. É evidente a satisfação, pois constatamos quando analisamos todas as atividades globalizadas e percebemos que todos os esforços foram além das expectativas.

Quando avaliamos os resultados quantitativos do exercício em comparação com as metas elaboradas no planejamento estratégico, fica claro que o desempenho em relação ao plano de ação foi de 35%. As metas não realizadas foram em conseqüências de muitas atividades não planejadas, mas com um grau de importância que as demais foram transferidas para próximo exercício.

Para que o Regional Bahia tenha uma noção real de todos os projetos e investimentos que foram planejados para a área da tecnologia da informação é que elaboramos o Plano Diretor de Informática – onde adotamos a nomenclatura de Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) – o plano estará apresentando o planejamento estratégico, a gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades técnicas e tecnológicas do Regional para o período. O Planejamento é, portanto, uma etapa fundamental para verificar a viabilidade da adoção da TI na automação dos serviços para o Departamento Regional e suas Unidades Operativas.

O PDTIC, em vista disso, deve estabelecer o planejamento da TI na Instituição, provendo diretrizes básicas que nortearão as atividades desenvolvidas e relacionadas com a tecnologia, a fim de garantir a otimização dos produtos e serviços.

Nesta primeira versão, procuramos privilegiar o Plano Estratégico e o Plano de Ação da Instituição, alinhar os objetivos e projetos sugeridos, com resultados nas diretrizes estabelecidas no planejamento estratégico.

Optamos por desenvolver um Plano Diretor com a participação efetiva dos técnicos do setor de TI, como exercício de amadurecimento e de valorização. Preferimos trabalhar também com uma vigência contemporânea com o planejamento estratégico do Senac, mas com revisão anual, na qual avaliar-se-á o sucesso deste processo, corrigindo-se as falhas naturais, e realinhando-se com o PAAR do Regional do respectivo exercício e com o Comitê Gestor de TI.

O Comitê de TI deve ser alçado ao nível de Diretoria e contar com um grupo de assessoramento permanente formado por servidores oriundos de outras áreas além da TI, que se responsabilize por alinhar os investimentos de TI com os objetivos da entidade e apoiar a priorização de projetos a serem atendidos com os seguintes objetivos e responsabilidades:

1. Propor, avaliar e revisar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, submetendo os resultados à apreciação da Diretoria.
2. Assessorar a Direção em questões relativas a TI.
3. Priorizar as atividades de TI a serem realizadas.
4. Propor melhoramento contínuo ao plano existente.
5. Acompanhar o desempenho das atividades da área de TI.
6. Publicar todos os documentos, portarias e resoluções relativas às políticas de TI.
7. Divulgar as atividades de informática em andamento.
8. Propor programas de treinamento para a área de TI e Usuários.

O Comitê foi composto através da Ordem de Serviço DES N°03/2013 onde o mesmo está composto por Naira Maria da Silva Duarte – Presidente, Icilma Pazos Pio e Natália Maria Sudsilowsky tendo como suplentes Andre Luiz Pereira Cerqueira Filho, Andreia Nunes Teixeira e Maria Tereza Moraes Cruz, em 16 de outubro de 2013.

Ocorreu duas reuniões no período de 2016 para tomadas de decisões quanto ao processo de implantação do ERP MXM Manager e seus impactos no Regional.

Abaixo apresentamos quadro dos principais sistemas de informação da UPC.

Sistemas	Descrição	Área de Utilização	Área Responsável	Proprietário do Sistema	Suporte	Desenvolvimento	Criticidade
Avaliação de Premiação	Sistema para a gestão de premiação de desempenho	SENAC/BA	GETIN	SENAC/BA	GETIN	Interno	Baixa
Central Telefônica	Sistema para a gestão de Telefonia	SENAC/BA	GETIN	Telsystem	Telsystem e Getin	Terceiro	Media
Colibri	Sistema para a gestão dos Restaurantes	CEH-CAC e CEH- PEL	GETIN	Esys Colibri	Netoworkin e Getin	Terceiro	Media
E-Portal	Sistema para a gestão para os SITES do Regional	SENAC/BA	GETIN	Tao Interativa	Tao Interativa e Getin	Terceiro	Media
Girasol	Sistema para a gestão dos Almozarifados dos Restaurantes	CEH-CAC e CEH-PEL	GETIN	Esys Colibri	Netoworkin e Getin	Terceiro	Media
Help Desk	Sistema de gerenciamento e acompanhamento de Suporte Técnico.	SENAC/BA	GETIN	Evolua Software	Getin	Terceiro	Media
DirectWeb	Sistema para a gestão para o EAD	SENAC/ EAD	GETIN	Jet News	Jet News e Getin	Terceiro	Alta
DBA	Gestão aos Bancos de Dados (Oracle e SQL)	SENAC/BA	GETIN	Provide	Getin	Terceiro	Alta
Protocolo	Sistema para a gestão de tramite de documentação	SENAC/BA	GETIN	SENAC/BA	Getin	Interno	Media
Sapiens	Sistema de Administração e Finanças	Supaf, Geraf's, Un. Operativas e Funcionais.	GETIN	Sênior Sistemas	Help Gestão e Getin	Terceiro	Alta
SIAA	Sistema para a gestão Acadêmica	SUPAF, GERAF, Unidades Operativas e Funcionais.	GETIN	SENAC/BA	GETIN e Softwell	Interno	Baixa

Sistemas	Descrição	Área de Utilização	Área Responsável	Proprietário do Sistema	Suporte	Desenvolvimento	Criticidade
SIBOP	Sistema para a gestão de Encaminhamento ao Mercado de Trabalho	GERIN, Banco de Oportunidades e Un. Operativas.	GETIN	SENAC/BA	GETIN e Softwell	Interno	Media
SEI	Sistema para a gestão Acadêmica	SENAC/BA	GETIN	DR/GO	DR/GO e Getin	Terceiro (outro Regional do Senac)	Alta
SIEP	Sistema para a gestão Acadêmica	GERAF, Unidades Operativas e Funcionais.	GETIN	SENAC/BA	GETIN	Interno	Baixa
SIS	Sistema para a gestão de Atendimento ao Cliente.	SENAC/BA	GETIN	SENAC/BA	GETIN e Softwell	Interno	Baixa
MXM	Sistema de Administração e Finanças	SENAC/BA	GETIN	SENAC/BA	GETIN E MXM	Terceiro	Alta
Vetorh	Sistema para a gestão de Pessoal	GERAF/PE, GERHU, Unidades Operativas e Funcionais.	GETIN	Sênior Sistemas	Help Gestão e Getin	Terceiro	Alta

5.3.2.1 Segurança da Informação

O sistema da Política de Segurança da Informação (PSI) da Instituição tem a finalidade de definir as responsabilidades e orientar a conduta dos profissionais e usuários de TI (tecnologia da informação) do Senac Bahia na utilização dos recursos computacionais, visando proteger a integridade e a confidencialidade das informações. Os recursos da tecnologia da informação disponibilizados são destinados, exclusivamente, às atividades da Instituição, de acordo com a Lei nº 9.609 de 19 de fevereiro de 1998. Os processos e procedimentos que norteiam a PSI da Instituição estão descritos e disponíveis no Manual de Procedimentos e Normas da Gerência da Tecnologia da Informação, onde estão descritas as responsabilidades e os critérios de utilização dos recursos disponibilizados.

Quadro 11 - Gestão de Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	Monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	Aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativo de TI.
	Aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI,

	com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	Aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	Aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2016.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2016, plano de auditoria (s) interna (s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2016, por iniciativa da própria instituição:	
X	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2016.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecidas em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.

6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

Fonte: Gerencia de Tecnologia da Informação 2016

5.3.2.2 Perfil dos Recursos Humanos

O quadro de pessoal alocado em TI é adequado a suas necessidades e composto por funcionários do quadro efetivo de pessoal, com nível técnico, graduados e especialistas na área de tecnologia da informação, conforme demonstrado abaixo:

No regional temos no quadro efetivo da TI 18 servidores/empregados efetivos da carreira de TI e mais 12 tercerizados.

Quadro 12 - Pessoal alocado na Gerência de Tecnologia da Informação

Nome	Matrícula	Lotação	Atividades Desempenhadas	Formação
Naira M ^a da Silva Duarte	10290	GETIN	Gerente de Tecnologia da Informação	Pós-Graduada

Ailton de Jesus Carvalho	7137	GETIN	Programador	Superior Incompleto
Andre Luiz P. Cerqueira Filho	16056	GETIN	Analista de Sistemas	Pós-Graduado
Antonio Santos de Araujo	17841	GETIN	Programador	Graduado
Jucelio Silva de Jesus	19291	GETIN	Assistente de TI	Superior Incompleto
Anderson Luiz Castro	19636	GETIN	Assistente de TI	Superior Incompleto
Anselmo Ferreira de Souza	19417	GETIN	Assistente de TI	Superior Incompleto
Hudson Barbosa Silva	19536	GETIN	Assistente de TI	Graduado
Jorge Luis Santos de Oliveira	92357	GETIN	Assistente de TI	Superior Incompleto
Luciano Pierote Silva	14256	GETIN	Analista de Sistemas	Pós-Graduado
Manuela de Almeida Vinhas Silva	14223	GETIN	Programador	Graduado
Marcelo Nascimento de Moraes	19295	GETIN	Assistente de TI	Graduado
Mariangela Coelho do Nascimento	13289	GETIN	Secretaria de Gerência	Pós-Graduação Incompleta
Murival Macedo Santos	2224	GETIN	Analista de Sistemas	Pós-Graduado
Natã Oliveira Lima	9500	GETIN	Programador	Pós Graduação Incompleta
Roberto Luis Maltez Santana	19074	GETIN	Assistente de TI	Graduado
Rosangela Santana Lima	9444	GETIN	Analista de Suporte	Pós-Graduação Incompleta
Volnei Nunes da Silva	8922	GETIN	Assistente de TI	Ensino Medio
Wendell de Santana	19297	GETIN	Analista de Sistemas	Pós-Graduado

Fonte: Gerência de Tecnologia da Informação 2016

Salientamos que devido às demandas no ano de 2016 não foi apresentado e realizado o plano de capacitação para área de TI no exercício.

PROCESSOS DE GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS TI IMPLEMENTADOS NA UNIDADE

A gerência de TI está responsável pela execução das normas e dos procedimentos relacionados com as atividades e aplicabilidade da tecnologia da informação para o SENAC/BA, atuando direta e indiretamente em todos os processos corporativos e acadêmicos da Instituição, gerindo a equipe de TI com maestria para obter os melhores resultados, preocupando-se inclusive com a inexistência de dependência da terceirização aos serviços de TI.

- Na elaboração, execução e no acompanhamento do planejamento estratégico para a área de TI e fornecer informações para a construção do Planejamento da Instituição.
- Na administração orçamentária e financeira gerindo todos os recursos, considerando sempre os custos versus os benefícios e alinhando as prioridades versus necessidades para que a gestão seja satisfatória e balizada com as diretrizes do Regional.
- Na responsabilidade de todos os ativos lógicos e físicos de TI garantindo-os a integridade e a conservação dos mesmos.
- No assessoramento e no conhecimento em TI para a formulação de projetos e demandas que sejam requisitados.
- Na análise e na informação às especificações técnicas para os processos de atualizações e reparos tecnológicos.
- Na gestão da equipe e estar responsável pela integridade física, moral e emocional de seus participantes.
- Nos levantamentos, nas execuções, nos desenvolvimentos, nas homologações, nos ajustes, nos acompanhamentos, nos monitoramentos e nos treinamentos relacionados com os procedimentos de TI ou de qualquer natureza desde que seja requisitado.
- No processo de informação e disseminação do conhecimento para todos os usuários.

O Gestor, em conjunto com sua Equipe e Parceiros, elabora os planos de trabalho relacionados com as metas que serão executadas no exercício, levando em consideração os objetivos estratégicos, desafios e acordos de resultados, todos alinhados com as diretrizes estabelecidas pela Direção Regional.

Planejamento de Projetos

Nesta etapa o gestor faz o levantamento das necessidades, demandas quanto aos processos de atualizações tecnológicas para os equipamentos, sistemas e serviços, considerando os recursos técnicos e tecnológicos disponíveis e alinhados com a disponibilidade orçamentária da área para atendê-las. Após esta análise, é elaborado um projeto evidenciando os custos e benefícios para a execução do mesmo e endossado com o parecer técnico. Em seguida é protocolado e encaminhado para a Superintendência Administrativa e Financeira.

Assessorar os Gestores na Tecnologia da Informação

Disponibilizar o conhecimento para atender e executar todas as requisições que tenham ênfase na tecnologia da informação.

Gerir a Tecnologia da Informação

Esta é a etapa para a execução de todas as atividades relacionadas a TI. Nela estarão sendo executadas, acompanhadas e mensuradas todas as metas do planejamento estratégico, o programa orçamentário, a capacitação da Área, o programa de integração virtual e a administração de palestras e treinamentos sobre a responsabilidade e atuação do gestor.

Administrar os Recursos Técnicos e Tecnológicos

Consiste no controle de atendimento, de execução, de acompanhamento e treinamento de atividades relacionadas à Infraestrutura, a Desenvolvimento, aos Sistemas e ao Suporte e à correção e melhoria das requisições efetuadas.

Execução de Projetos

Considerando que os projetos apresentados e encaminhados foram aprovados e liberados para execução, caberá ao gestor certificar que o levantamento está de acordo com a demanda apontada. Em caso positivo, serão elaboradas as especificações técnicas para o processo de licitação. Com a conclusão do processo licitatório, cabe a execução das atividades de homologação, testes, treinamento, acompanhamentos e ajustes.

Atendimentos

É a etapa de execução onde estão presentes todos os procedimentos que alicerçam as atividades da gestão da tecnologia da informação.

Atendimento via O.S. (registrado no sistema)

Avaliar todas as solicitações de atendimentos que necessitem de sua intervenção. Nesta etapa serão analisados os impactos direta ou indiretamente aos demais processos do SENAC/BA, além dos custos para possíveis investimentos, como também os benefícios para atender a demanda diagnosticada.

As análises financeiras são levantadas e negociadas antes de serem encaminhadas para o processo de aprovação da Superintendência Administrativa e Financeira e da Direção.

É observado também a PRIORIDADE e o TEMPO para a execução do processo e, diante dessa informação, é encaminhado um informativo com o parecer técnico informando sobre o atendimento. Mediante a aceitação do Cliente, poderá ser solicitada uma reunião para equalizar os itens que não ficaram de acordo. Após o processo de liberação e execução, a contento da ocorrência, a mesma é finalizada com o “aceite do Cliente” no fechamento do atendimento no sistema de Helpdesk.

Atendimento via Telefone

O atendente deverá se certificar se a solicitação de atendimento foi devidamente registrada no sistema de Helpdesk. Em caso negativo, o mesmo deverá se informar se ele pode registrar. Não sendo possível, o atendente deverá efetuar o registro do chamado. O atendente deverá ouvir e analisar o chamado e tentar resolver em 1ª instância. Caso não seja possível, o mesmo deverá encaminhá-lo conforme a natureza do chamado, não esquecendo de efetuar as ocorrências iniciais de seu atendimento na O.S. do sistema de Helpdesk.

REALIZAÇÕES

1. Atualização Tecnológica. (Concluído – 100%).

- Levantar, Elaborar e Executar PROJETOS que atendam às necessidades de atualização tecnológica dos equipamentos, sistemas e serviços de informática, para que permaneçamos com a atualização compatível com o padrão do Mercado.

2. Proporcionar a Gestão da Tecnologia da Informação. (Concluído – 100%).

- Assessor, Gerir e Disponibilizar projetos e recursos em TI.

- Acompanhar e Mensurar os Planos de Trabalho elaborados.
 - Acompanhar e Alinhar as Normas e os Procedimentos de TI.
- 3. Atualizar o Plano de Diretor da Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC – para as novas Diretrizes. (Transferida do PAAR 2017).**
- Elaborar estratégia de Investimento da área de TIC
 - Assegurar a Funcionalidade das Atividades Institucionais.
 - Prover as informações necessárias para investimentos futuros de TI.
 - Publicar e Atualizar o PDTIC.
- 4. Implantar o Projeto de Contingência SENAC/BA. (Transferida do PAAR 2017).**
- Levantar e Estruturar um CPD para ser o CPD de rota alternativa do Regional.
 - Instalar e parametrizar as estruturas físicas e lógicas.
 - Separar as rotas de contingências.
 - Homologar e Liberar.
 - Treinar.
 - Administrar e Suporte.
- 5. Implantar e Estruturar as Redes Lógicas e Físicas para a Categoria 6 dos CPD – Casa do Comercio e os novos que forem aprovados. (Concluído 20%).**
- Levantar e Estruturar o CPD e a Lan para o padrão estruturado.
 - Elaborar e Acompanhar o processo de Licitação.
 - Instalar e Parametrizar as Estruturas Físicas e Lógicas.
 - Adquirir Ativos, Software e Serviços para a Rede.
 - Acompanhar, Implantar e Homologar.
 - Administrar e Suporte.
- 6. Implantar e Estruturar a Solução de Segurança de “automação” de Energia na sua Falha: “no-break”. (Concluído 100%).**
- Levantar e Estruturar o Projeto no-breaks (proteção para os equipamentos nas falhas elétricas).
 - Elaborar e Acompanhar o processo de Licitação.
 - Adquirir Ativos, Software e Serviços para o Projeto.
 - Acompanhar, Implantar e Homologar.
 - Administrar e Suporte.
- 7. Implantar e Consolidar os NOVOS sistemas Administrativo Financeiro, Restaurantes e Acadêmico. (Concluído 80%).**
- Levantar, diagnosticar e mapear todas as atividades sistêmicas para a importação dos processos e os procedimentos.
 - Aplicar, atualizar e ajustar todos os processos e os procedimentos que tiverem aderência.
 - Levantar as necessidades de melhorias sistêmicas e implantá-las – quando possível.
 - Implantar os relatórios essenciais para os processos integrados.
 - Implantar, Homologar, Treinar, Liberar e/ou ajustar.
 - Acompanhar e dar Suporte
- 8. Implantar a ferramenta QlikView – para facilitar os processos Organizacionais e Reduzir os custos Operacionais. (Transferida do PAAR 2017).**
- Levantar e Estruturar o Projeto de BI.

- Elaborar e Acompanhar o processo de Licitação.
- Preparar os Ambientes Operacionais.
- Detalhar os planos de publicações das Aplicações.
- Desenvolver as “visões”.
- Testar e Validar as “visões” com os planos de publicação.
- Implantar os Ambientes Operacionais em Produção.
- Acompanhar e Suporte

9. Atualizar o Manual de Normas e Procedimentos da Getin de acordo com os Novos Sistemas. (Transferida do PAAR 2017).

- Revisar os procedimentos da área de TIC em relacionado com os novos sistemas.
- Implantar os novos procedimentos de TIC junto a Equipe.
- Atualizar o Manual
- Publicar o Manual.

5.3.2.3 Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI

A contratação de Bens e Serviços de TI está relacionada com os projetos apresentados e aprovados pela comissão do PDTIC e sua aquisição é feita através de processos e procedimentos internos alinhados às Normas do CODECO e aos entendimentos da Lei 8.666 naquilo que é aplicável às Instituições enquadradas como Serviços Sociais Autônomos. As contratações de Bens e Serviços de TI no Senac Bahia estão de acordo com a tabela a seguir:

TABELA 34 – CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Nº DO CONTRATO	CONTRADA / LOCADORA	CPF / CNPJ	INÍCIO DA VIGÊNCIA	TÉRMINO DA VIGÊNCIA	OBJETO	VALOR ANUAL/TOTAL	VALOR DESEMBOLSADO 2016	OBSERVAÇÕES
31/2014	Cassio Aparecido Torrezim Campos (Evolua)	68.386.986/0001-13	18/03/2014	17/03/2017	Prestação de serviço de suporte técnico para a licença de uso, não exclusivo, do produto “Cec-Helpdesk (enterprise)”, que envolve os módulos Cec-Aplicativo, Cec-Web, Cec-SPY, Cec-B.I., Cec-Message.	R\$ 29.121,00	R\$ 28.335,75	
36/2014	Comdados Comércio e Serviços Eletrônicos Ltda	34.203.752/0001-71	25/07/2014	17/02/2017	Contratação do serviço de implantação e execução da Rede Física e Lógica para as Unidades e Núcleos (Alagoinhas, Aquidabã, Camaçari, Comércio, Chile, Ilhéus, Pelourinho, Praça da Sé, Santo Antônio de Jesus e Vitória da Conquista).	R\$ 3.519.398,80	R\$ 21.532,00	
61/2015	Comdados Comércio e Serviços Eletrônicos Ltda	34.203.752/0001-71	28/09/2015	27/09/2018	Aquisição de Licenças de Uso e Garantias para os equipamentos da JUNIPER, já instalados e em uso na Unidade Operacional do SENAC Centro de Educação Hoteleira Casa do Comércio (CEH/CAC), localizado na Avenida Tancredo Neves, nº 1.109, Ed. Casa do Comércio, Pituba, Salvador/BA.	R\$ 530.000,00	R\$ 0,00	

41/2016	Comdados Comércio e Serviços Eletrônicos Ltda	34.203.752/0001-71	14/07/2016	09/09/2016	Fornecimento de equipamentos de informática (switch e cabo de empilhamento), incluindo os serviços de instalação, configuração, garantia e suporte técnico, para o CPD's de diversas Unidades e Núcleos do SENAC na Bahia (Casa do Comércio, Aquidabã, Pelourinho, Comércio, Praça da Sé, Camaçari, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Porto Seguro e Lençóis).	R\$ 2.323.680,00	R\$ 2.323.680,00	
Contrato s/n	Enter Net - Oliveira Rodrigues e Cia Ltda	05.542.357/0002-04	05/03/2015	04/03/2017	Prestação de Serviços Técnicos de manutenção corretiva e preventiva nos equipamentos de propriedade da CONTRATANTE.	R\$ 33.488,04	R\$ 35.546,70	
41/2013	Fusão Telemicro Ltda	06.879.625/0001-51	11/10/2013	10/02/2017	Serviços de manutenção preventiva em equipamentos de informática.	R\$ 44.978,76	R\$ 44.978,76	
Contrato s/n	Help Informática Ltda	42.108.274/0001-49	01/10/2015	30/09/2016	Contrato de licença de uso, manutenção e suporte de software do Sistema Sapiens Administrativo - Módulos: Mercado, Suprimentos, Finanças, Controladoria e Qualidade (multiempresa), com 05 conexões flutuantes (acesso simultâneo).	R\$ 144.613,20	R\$ 199.956,21	
Contrato s/n	Help Informática Ltda	42.108.274/0001-49	01/10/2015	30/09/2017	Contrato de Licença de uso, manutenção e suporte de software dos sistemas: 1) Senior Gestão de Pessoas (Vetorh) Multiempresa/Multiusuário, para SGBD MS SQL Serve para até 2.100 colaboradores, com os módulos Rubi Windows, Ronda P1510 Win, Recrutamento e Seleção Win, Treinamento Win, Cargos e Salários Win, Quadro de Lotação Win, Benefícios	R\$ 31.538,76	R\$ 23.654,07	

					Win; 2) Gestão de Acesso e Segurança, módulos: Ronda Ponto Online para 13 terminais, Ronda Acesso Controle de Acesso para até 01 ponto de acesso, Ronda Administração de Portaria para até 01 usuário. Incluindo 01 visita técnica mensal com duração de 4 horas do Sistema Vetorh.			
Contrato s/n	ITGVBR - Instituto de Tecnologia, Pesquisa, Gestão e Educação Virtual Brasil	10.745.078/0001-99	01/09/2016	31/01/2017	Atualização da versão da ferramenta Moodle para as atividades dos cursos à distância (EAD), com o upgrade da versão 2.7 para a versão 3.0.	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00	
Contrato s/n	Jet News Broadcast Comércio e Serviços em Informática Ltda	03.046.220/0001-44	14/04/2016	13/04/2017	Prestação de serviços de servidor simi dedicado Moodle e prestação de suporte técnico ao administrador Moodle da Contratante (o servidor é disponibilizado em regime de comodato)	R\$ 42.804,00	R\$ 28.538,96	
Contrato s/n	Jet News Broadcast Comércio e Serviços em Informática Ltda	03.046.220/0001-44	14/04/2011	13/04/2017	Prestação de serviços de servidor simi dedicado Moodle e prestação de suporte técnico ao administrador Moodle da Contratante (o servidor é disponibilizado em regime de comodato)	R\$ 38.544,00	R\$ 12.897,20	
71/2015	MXM Sistemas e Serviços de Informática S/A	39.847.728/0001-99	02/10/2015	01/03/2016	Licenciamento de Uso do Sistema MXM-WebManager, por usuários nomeados em caráter definitivo e não exclusivo, na forma de código-objeto, bem como a prestação dos serviços técnicos para instalação e implantação dos seguintes módulos contratados: I. Módulo Contábil: Contabilidade / Patrimônio /	R\$ 604.414,91	R\$ 86.618,73	

					Orçamento; II. Módulo Financeiro: Contas a pagar / Contas a receber / Tesouraria; III. Módulo Operacional: Estoque / Gestão de Processos / Compras / Contratos de Compras / Faturamento.			
72/2015	MXM Sistemas e Serviços de Informática S/A	39.847.728/0001-99	12/01/2016	12/01/2017	Prestação dos serviços de manutenção evolutiva e corretiva do Sistema MXM-WebManager, pelo período de 12 (doze) meses, mantendo o Sistema constantemente atualizado e em perfeito estado de funcionamento.	R\$ 163.270,92	R\$ 301.602,00	
12/2007	NetoWorks Informática Ltda	00.186.103/0001-98	10/06/2007	30/06/2017	Prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica em informática através de Suporte Técnico para manutenção dos sistemas colibri e/ou Girassol ao SENAC, mediante alocação de 1 ou mais profissionais quando necessário, no restaurante Casa do Comércio	R\$ 11.491,56	R\$ 10.865,88	
50/2009	NetoWorks Informática Ltda	00.186.103/0001-98	01/12/2009	30/11/2017	Prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica em informática através de Suporte Técnico para manutenção dos sistemas colibri e/ou Girassol ao SENAC, mediante alocação de 1 ou mais profissionais quando necessário, no restaurante Pelourinho	R\$ 9.120,48	R\$ 8.563,33	
02/2012	RCR Treinamento e Tecnologia Ltda	15.006.567/0001-42	01/03/2012	28/02/2017	Prestação dos serviços de: 1) Suporte ao servidor de banco de dados, instalação de atualizações, resolução de problemas, manutenção para o bom funcionamento do mesmo e sugestões de melhoria; 2) Suporte telefônico, remoto e/ou	R\$ 68.863,20	R\$ 67.181,97	

					presencial para manutenção do perfeito funcionamento dos servidores, diagnósticos e solução de problemas correlatos.			
87/2015	Tao Interativa Ltda EPP	04.637.354/0001-00	15/01/2016	14/01/2018	Prestação de serviços de suporte técnico, manutenção evolutiva e redação para o portal e a intranet do SENAC.	R\$ 241.200,00	R\$ 289.455,80	
Contrato s/n	Telsystem Telecomunicações e Sistemas Ltda.	34.298.935/0001-18	01/11/2009	27/09/2016	Locação de equipamentos para Central Telefônica na Casa do Comércio, Aquidabã, Pelourinho, Comércio (CEUM), Praça da Sé, Vitória da Conquista, Feira de Santana) e de Call Center na Praça da Sé.	R\$ 140.677,32	R\$ 140.677,32	
70/2015	Totalcad Comércio e Serviços em Informática Ltda	08.175.591/0001-40	07/10/2015	06/10/2016	Aquisição de 05 (cinco) Licenças de Uso do software SKETCHUP – EDUCACIONAL, pelo período de 12 (doze) meses, com garantia de suporte técnico, através de Skype, telefone e/ou e-mail, para utilização pela Gerência de Engenharia e Manutenção (GEREM) do SENAC/BA.	R\$ 855,00	R\$ 0,00	
40/2016	VLP Indústria Eletrônica Ltda	12.215.178/0001-39	14/07/2016	02/10/2016	Fornecimento de equipamentos de informática (Nobreak), incluindo os serviços de instalação, configuração, garantia e suporte técnico, para o CPD's de diversas Unidades e Núcleos do SENAC na Bahia (Casa do Comércio, Aquidabã, Pelourinho, Comércio, Praça da Sé, Camaçari, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Porto Seguro e Lençóis).	R\$ 350.000,00	R\$ 350.000,00	

TOTAL	R\$ 8.345.059,95	R\$ 3.991.084,68	
-------	------------------	------------------	--

Fonte: GERAF/Coordenação de Licitações e Contratos

Legenda:

Nº do contrato: número do contrato firmado com terceiros na área de Tecnologia da Informação. Caso exista um número representativo de contratos, só devem ser consignados no quadro os mais representativos em termos de valor e, adicionalmente, aqueles mais estratégicos para a unidade, considerando a sua contribuição para o desenvolvimento dos macroprocessos finalísticos.

Objeto: descrição sucinta do objeto do contrato.

Vigência: período de início e término do contrato, com mês e ano.

Fornecedores:

CNPJ: número do CNPJ

Denominação: nome ou razão social da empresa contratada

Custo: valor total do contrato.

Valores desembolsados 2016: valores pagos em razão da execução do contrato.

5.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

O Senac Bahia vem adotando os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e materiais, e na contratação de obras, separação de resíduos recicláveis e descarte de materiais. Com esse objetivo, implantou o Programa Ambiental Senac Mais Verde desde 2011, com o objetivo de despertar a consciência socioambiental nos funcionários e alunos da instituição, estimulando o uso adequado, a reutilização e reciclagem dos recursos. O Programa desenvolve ações de coleta seletiva, campanhas para redução do consumo de copos plásticos, energia elétrica, água e papel, acompanhamento do descarte de resíduos sólidos, além de coleta de óleo saturado, pilhas e embalagens para reciclagem. Em 2016 o Programa contou com as seguintes parcerias: Terracycle do Brasil (reciclagem de resíduos de difícil reciclabilidade); HP Planet Partners Brasil (Reciclagem de cartuchos e tonners de impressoras); Flextronics International Tecnol Ltda (Reciclagem de cartuchos e tonners de impressoras da CAC); RCW Pioneira (coleta de óleo saturado); Fábrica Cultural (envio de banners para confecção de ecobags); SUPAT – Superintendência de Patrimônio do Estado da Bahia (descarte de lâmpadas); Prefeitura de Salvador (descarte de lâmpadas e de resíduos recicláveis no Ecoponto – atrás do Hiperposto); Salvador Shopping (entrega de pilhas que são coletadas nas unidades de Salvador); Coopcicla – Cooperativa de catadores de material reciclável; CRUN – Cooperativa de reciclagem União Nazaré; Camapet - Cooperativa de Coleta Seletiva Processamento de Plástico e Proteção Ambiental; COOPERS - Cooperativa de reciclagem e serviços do Estado da Bahia; ACRB - Associação de Catadores De Resíduos do Recôncavo Baiano (Senac Santo Antonio de Jesus).

Nos projetos de obras e serviços de engenharia são incluídas determinações que visam diminuir o desperdício de matéria-prima e o consumo de energia, devido à preocupação com as questões ligadas ao meio ambiente, aos aspectos ecológicos e à sustentabilidade. Os critérios são observados desde a concepção arquitetônica na medida em que a instituição busca possibilitar a edificação de aproveitamento máximo da iluminação e ventilação naturais, na escolha dos materiais e na implantação como forma de agredir o mínimo possível ao meio ambiente. Nos projetos complementares, são exigidas, dos consultores, soluções que busquem, também, alternativas de diminuição do consumo de energia elétrica e água fornecida por concessionárias. Nos projetos elaborados para a requalificação das instalações, as empresas projetistas são orientadas a apresentar soluções e especificação de materiais e equipamentos com a preocupação ambiental e sustentável. Nos editais de obras tem sido incluído o item “Retirada do Material”, definindo que o restante do material remanescente das demolições e remoções deverá ser retirado do local da obra pela empresa contratada, com os cuidados e procedimentos recomendados no projeto. O entulho deverá ser transportado devidamente ensacado e, preferencialmente separado por tipos que facilitem a reciclagem por parte da prefeitura. O destino final do material deverá ser feito em área autorizada.

Além das atividades internas direcionadas aos funcionários, foram realizadas diversas palestras sobre Logística Reversa para a Sustentabilidade, Meio Ambiente e Qualidade de Vida, exposições de acervo relacionado ao tema meio ambiente e educação ambiental nas unidades do Senac da

capital e do interior do estado, voltadas para alunos da instituição e comunidade em geral. As ações tiveram como objetivo a sensibilização dos participantes sobre o tema da sustentabilidade.

No período de outubro à novembro de 2016 foi realizado um trabalho de Auditoria Ambiental nas Unidades do Senac, com o objetivo acompanhar e fortalecer as ações desenvolvidas pelas Unidades, a fim de alavancar o comprometimento do público interno com as questões ambientais e de segurança no trabalho. Como critérios de avaliação, foi aplicada a metodologia 5S: Seiri (Utilização), Seiton (arrumação), Seiso (limpeza), Shitsuke (Disciplina) Seiketsu (higiene). Além disso, foram observados os vários aspectos de segurança no trabalho e identificados os riscos de acidentes de acordo com cada área visitada.

Após a realização desse trabalho foi emitido um relatório pontuando os aspectos positivos e negativos encontrados nas unidades e o registro de sugestões para a melhoria da gestão ambiental da instituição.

Na oportunidade, também foi lançado o Guia de Segurança do Trabalho, orientando os funcionários e adequando as regras de segurança às atividades desenvolvidas.

Quadro 13 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
	Em algumas licitações estão inclusas determinações que visam diminuir o desperdício de matéria-prima e o consumo de energia.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela Unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela UJ é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora, bem como por materiais que não prejudicam a natureza (p. ex., produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis). <u>Avaliação:</u> Em algumas licitações o procedimento da aquisição de produtos que não prejudiquem a natureza é adotado. Por exemplo, nas aquisições de materiais de limpeza, através das licitações, as especificações dos produtos constam a exigência de que os mesmos sejam biodegradáveis.		X			
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX)		X			

<p>realizados pela Unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (p. ex.: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>	<p>Em alguns procedimentos licitatórios estão sendo exigidos, para a habilitação das empresas, a comprovação de que os papéis fornecidos sejam certificados pelo FSC, bem como o ISO.</p>				
<p>5. No último exercício, a Unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (p. ex.: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p>			X		
	<p>São utilizadas lâmpadas econômicas, torneiras automáticas e descargas com duas opções de uso.</p>				
<p>6. No último exercício, a Unidade adquiriu bens/produtos reciclados (p. ex.: papel reciclado).</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p>			X		
<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>		X			
<p>8. No modelo de execução do objeto, são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).</p>		X			
<p>9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe, anexo, o plano de gestão de logística sustentável da Unidade.</p>			X		
<p>10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.</p>					X
<p>11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levam à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p> <p>Avaliação: Nos projetos de obras e serviços de engenharia estão sendo incluídas determinações que visam diminuir o desperdício de matéria-prima e o consumo de</p>			X		

energia. Isto devido à preocupação com as questões ligadas ao meio ambiente, aos aspectos ecológicos e à sustentabilidade.					
12. Na Unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
<p>Considerações gerais: Todas as Unidades Operativas do Senac estão trabalhando com o objetivo de reduzir e reciclar os resíduos. Os resíduos recicláveis estão sendo recolhidos por cooperativas de catadores e enviados também para a TERRACYCLE, mas não na sua totalidade, pois nem todas as cidades onde possuímos unidades fixas oferecem a possibilidade de se destinar a coleta seletiva de forma adequada.</p>					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

O Senac produz e mantém diversas ferramentas de comunicação formal que promovem a interação institucional com seus públicos estratégicos. Esses canais de relacionamento buscam uma maior interação e proximidade com seus públicos interno e externo. Para obter informações sobre os serviços prestados pelo Senac, a sociedade dispõe do Serviço de Informação Senac, uma central de atendimento telefônico (71 3186-4000), e o e-mail “Fale Conosco”, disponível no site da Instituição. Estes canais também podem ser utilizados para que o público possa enviar críticas, elogios e sugestões à Instituição. Estes serviços são vinculados à Gerência de Relações Institucionais.

Os canais de comunicação externa são:

SIS – Serviço de Informação Senac: tel.: 71 3186-4000

E-mail – senac@ba.senac.br

Site – www.ba.senac.br

Facebook – www.facebook.com/senacbahia

Youtube – www.youtube.com/senacbahia

Como canais de comunicação interna, a instituição dispõe de:

Intranet, Murais e e-mail corporativo.

Em 2016, 9.585 e-mails, enviados através do Fale Conosco do Site, foram respondidos aos clientes que buscaram informações sobre cursos e demais serviços do Senac. Além das respostas, todos os clientes receberam a programação de cursos do Senac como forma de divulgar as ofertas das unidades.

O Serviço de Informação Senac recebeu 121.930 ligações. O segmento de Turismo & Hospitalidade foi o mais procurado, com 27.914 registros, o que representa 31% do total. Os cursos nas áreas de Beleza, Gestão e Saúde tiveram procura que superou as demais áreas de atuação, perfazendo o total de 42.086 registros, o que representa 47% do total da procura por cursos no Senac.

Em 2016 foram atualizados o site e intranet, criadas páginas específicas de ações no site e foi intensificado o relacionamento com o cliente através da fanpage oficial. Através desse canal foram veiculadas no total 469 notícias e matérias, com maior foco em assuntos como: aberturas de novas vagas em cursos, comemoração dos 10 anos do Museu da Gastronomia Baiana, dicas de culinárias com os chefs do SENAC, eventos em que a instituição atuou, promovendo ou como parceiro, que geraram 473 matérias/notícias em telejornais, entrevistas em rádio e nos jornais de circulação no estado.

O facebook continuou sendo a rede social utilizada pelo Senac Bahia em 2016 para promoção de produtos e aproximação do público. No Alcance das publicações no Facebook, registramos uma alta

de 162%, na comparação de 2015 com 2016. No primeiro ano, tivemos 1.804.465 pessoas impactadas pelos conteúdos do Senac Bahia no Facebook, enquanto em 2016 houve um aumento para 4.742.891 pessoas. Esse resultado é fruto da criação de conteúdos a partir da análise dos públicos da página, assim como da inserção de editoriais, a criação de anúncios segmentados e também da humanização da marca no ambiente digital. No ano de 2016 houve um grande aumento no número de fãs da página, que passou de 44 mil. Foi registrado um aumento anual de 70%, sendo que todos os meses, apresentaram aumento no número de likes, na comparação com 2015.

O site institucional apresentou redução de acesso. Em 2015 foram 2.354.792 e, já em 2016, foram 1.554.111. Assim, registramos uma redução de 34%. Essa diminuição de visualização da página ocorreu por que os cursos foram migrados para um hot site específico que obteve, em 2015, cerca de 553.300 visualizações, e em 2016 registrou 1.219.089 visualizações, um aumento de 120% no número de visualizações da página específica de cursos do Senac Bahia.

6.2. Carta de Serviços ao Cidadão

Não se aplica ao Senac, uma vez que está relacionada às entidades integrantes do Poder Público Federal.

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos/usuários

O Departamento Nacional do Senac realiza, periodicamente, as Pesquisas de Avaliação dos Egressos, e de satisfação da clientela dos cursos do Programa Senac de Gratuidade e do Pronatec. Os resultados das avaliações servirão de subsídio para acompanhamento, medição de resultados e eventuais propostas de revisão dos Programas. Os indicadores a serem trabalhados inicialmente são: qualidade; inserção/adequação do perfil dos egressos; matrículas gratuitas; atendimento à demanda atual e futura do Setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; receita de contribuição destinada à gratuidade; e eficiência operacional e sustentabilidade (custos).

As mesmas contam com indicadores calculados por Departamento Regional. A Metodologia consiste na aplicação de questionários aos alunos em processo ou aos egressos, de acordo com o tipo da pesquisa e dos resultados a serem obtidos.

Em nível regional, são aplicados questionários, opinários, e outros instrumentos visando aferir o grau de satisfação da clientela com os serviços oferecidos pela Instituição. Por meio do “Fale conosco”, e-mails e redes sociais, são respondidas as solicitações e verificadas as demandas dos alunos, egressos e candidatos aos cursos ofertados pela Instituição.

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade

As informações relevantes sobre a Instituição são publicadas no site do Senac Bahia (www.ba.senac.br), na página destinada aos Dados de Gestão e Transparência. Esclarecemos que estamos em fase de construção do novo Portal e as informações que porventura ainda não constem no sítio, estarão disponíveis na nova estrutura.

Todas as informações constam em relatórios específicos, aprovados pelo Conselho Regional e divulgados amplamente para a sociedade também pelos meios impresso e eletrônico.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Imobilizado

	31 de dezembro de 2016
Bens móveis	28.327.488,78
Equipamentos e Mob. em Geral	10.761.028,29
Equipamentos de Informática	14.460.385,81
Veículos	3.060.043,53
Outros Bens Móveis	46.031,15
(-) Depreciação de Bens Móveis	-16.334.759,80
Bens imóveis	54.243.771,54
Terrenos	7.317.135,80
Construções em Curso	67.737,34
Edificações	45.758.649,92
Benfeitorias	1.100.248,48
(-) Depreciação de Bens Imóveis	-3.243.462,09
(-) Amortização de Bens Imóveis	-777.834,92

Para determinar o valor contábil bruto de cada item do Ativo Imobilizado, tomamos o custo de aquisição/construção acrescido das despesas acessórias. A depreciação calculada pelo método linear considerando o desgaste físico, perda da utilidade por uso ou obsolescência, conforme determina tabela abaixo, exceto os Terrenos.

A depreciação do Ativo se inicia quando o bem está disponível para uso, em condições de funcionamento da forma pretendida pela Administração.

Classificação	Taxa anual	Vida útil
Edifícios	4%	25 anos
Móveis e Utensílios	10%	10 anos
Equipamentos em Geral	10%	10 anos
Computadores e periféricos	20%	5 anos
Veículos	20%	5 anos

Os itens de maior representatividade econômica são os Bens Imóveis, composto pelos Terrenos, Edificações, Construções em Curso e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros, apresentando em 31 de dezembro de 2016 um Patrimônio Imobilizado líquido no total de R\$ **50.222.474,53**.

7.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Não se aplica ao Regional.

7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade e cálculos referentes a gratuidade dos cursos

Demonstrativo do Cumprimento da Aplicação de Recursos no Programa de Gratuidade

RECEITAS	Valor
Receita de Contribuição Compulsória Bruta	R\$ 68.586.941,67
(-) Contribuições para Federação do Comércio	-R\$ 2.016.455,97
(-) Contribuições ao órgão arrecadador	-R\$ <u>1.371.738,69</u>
(=) Receita de Contribuição Compulsória Líquida (RCCL)	R\$ 65.198.747,01
(+) Receitas de subvenções e auxílios do DN	R\$ 4.610.360,85
(=) Receita total do Exercício	R\$ 69.809.107,86
Compromisso de Aplicação no Programa de Gratuidade	R\$ 48.078.365,37
Percentual da Receita Líquida de Contribuição Destinado à Gratuidade 66,67%	R\$ 43.468.004,52
Percentual da Subvenção Destinado à Gratuidade 100%	R\$ 4.610.360,85
Apuração do Resultado do PSG	
Execução do PSG Exercício 2016	R\$ 56.895.286,71
(-) Compromisso da Aplicação PSG 2016	R\$ 48.078.365,37
(+/-) Saldo a maior no PSG 2016	R\$ 8.816.921,34
(+/-) Saldo a maior de Exercícios Anteriores	R\$ 40.278.194,70
(=) Excesso de execução do PSG	R\$ 49.095.116,04
DESPESAS	
Despesas Correntes	R\$ 89.889.676,09
Investimentos	R\$ 3.240.904,56
Despesas Totais	R\$ 93.130.580,65
*Cálculo do Aluno/Hora-Aula Real do Exercício	R\$ 13,12
Aluno-hora total realizado	6.926.300
Aluno-hora total realizado em Gratuidade	4.336.531
Resultado do Cumprimento do Programa de Gratuidade	R\$ 49.095.116,04
Percentual da Receita Líquida de Contribuição Destinado à Gratuidade	66,67%

7.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Encontra-se nos Anexos e Apêndices

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Quadro 14 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

RECOMENDAÇÕES DO TCU					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa					
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC - Administração Regional na Bahia /					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
1		Não se aplica			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					
TCU/SECEX-BA					
Descrição da deliberação					
Solicita indicação de dois responsáveis para o envio eletrônico do relatório de gestão e acesso ao E-contas					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					
Superintendência de Administração e Finanças					
Síntese da providência adotada					
Indicada a Gerente de Planejamento e Desenvolvimento e a Coordenadora de Contas a Pagar e Receber					
Síntese dos resultados obtidos					
Relatório enviado com sucesso					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve					

Quadro 15 – Situação das Deliberações / Recomendação do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

RECOMENDAÇÕES DO TCU					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa					
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC - Administração Regional na Bahia /					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
1		Não se aplica			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					
TCU/SECEX-BA					
Descrição da deliberação					
Não houve determinação e recomendação do TCU no exercício					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					
Síntese da providência adotada					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

8.2 Tratamento de recomendações da CGU

Quadro 16 - Cumprimento das deliberações da CGU no exercício

RECOMENDAÇÕES DA CGU					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa					
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC - Administração Regional na Bahia /					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
1		Não se aplica			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					
Descrição da deliberação					
"Não houve determinação e recomendação da CGU no exercício".					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					
Síntese da providência adotada					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro 17 - Situação das deliberações da CGU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

RECOMENDAÇÕES DA CGU					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa					
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC - Administração Regional na Bahia /					
Deliberações da CGU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
1		Não se aplica			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					
Descrição da deliberação					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					
Superintendência de Administração e Finanças					
Síntese da providência adotada					
Síntese dos resultados obtidos					
Não houve					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve					

8.3 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

Não se aplica ao Senac.

O Departamento Regional da Bahia acata todas as recomendações do Conselho Fiscal. Algumas providências são realizadas de imediato e outras, que dependem de implantações/ implementações nos sistemas informatizados ou outro fator podem demorar um pouco mais, porém sempre são resolvidas conforme determinado.

8.4 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Não se aplica ao Senac.

8.5 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993

Não se aplica ao Senac.

9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

O Senac reafirma seu compromisso com o Brasil e, sobretudo, com sociedade baiana através da oferta de programas de educação profissional na capital e em diversos municípios do Estado da Bahia, visando atender principalmente às demandas sociais e ao mercado de trabalho, estabelecendo parcerias e realizando atuações conjuntas com as esferas pública e privada. Os programas do Senac são ofertados por meio de uma extensa programação de cursos e da realização de projetos de inclusão social, geração de renda e colocação de egressos no mercado de trabalho. O público-alvo das ações educacionais do Senac compreende desde a juventude, como por exemplo a aprendizagem profissional comercial, candidatos ao primeiro emprego, pessoas em busca de atualização de conhecimentos; ao adulto, através do atendimento a empresários, prestadores de serviços, profissionais autônomos e comunidade em geral, possibilitando a inserção e manutenção no mercado de trabalho, a geração de trabalho e renda ou complementação da renda familiar; até o idoso, com programas específicos de Educação Profissional.

No exercício de 2016, o Senac Bahia atendeu a um total de 83.302 pessoas em cursos e demais ações extensivas à educação profissional. Com base no planejamento definido, ultrapassou a meta prevista em 4,13%, oferecendo cursos com uma proposta pedagógica atualizada e programações que apresentam maior demanda, de acordo com as tendências do mundo do trabalho. Para desenvolvimento dos cursos, foram utilizados todos os espaços disponíveis nas unidades operativas, nas carretas do Senac Móvel, além de espaços alugados ou cedidos pela comunidade e parceiros.

Na Gestão de Pessoas, o Senac Bahia desenvolve uma política de Gestão voltada para a valorização de pessoas e equipes, tendência comum às Organizações modernas e competitivas, que preservam o seu maior bem: o Capital Intelectual Humano.

O Programa de Educação Corporativa, que é parte integrante da Gestão de Pessoas, possibilita o aperfeiçoamento técnico contínuo dos empregados, como também a promoção de mais saúde e qualidade de vida. Dentre as principais ações do Programa de Educação Corporativa em 2016, podemos citar: Escola de Liderança, Programa de Bolsa de Estudos para servidores, Curso de Especialização em Docência para Educação Profissional, Cursos de Capacitação para Docentes e Técnicos para Implantação do Modelo Pedagógico do Senac, Programas de Intercâmbio de Educação para o Trabalho ou outras atividades de interesse da Instituição.

Através do presente Relatório, pode-se concluir que o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, Administração Regional na Bahia, atuou em consonância com os objetivos definidos no seu Planejamento Estratégico, dando resposta aos anseios da sociedade, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão dos Serviços Sociais Autônomos, atingindo as metas e objetivos traçados para o exercício de 2016.

Salvador, 20 de fevereiro de 2017.

Carlos de Souza Andrade
Presidente do Conselho Regional do Senac Bahia

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

DEPARTAMENTO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

Anexos e Apêndices

DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- Notas Explicativas

- Demonstrações Contábeis

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

DEPARTAMENTO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1 – Contexto Operacional

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC criado pelo Decreto-Lei nº 8.621 de 10 de janeiro de 1946, sob a forma de Serviço Social Autônomo é uma instituição de direito privado sem fins lucrativos, que tem como atividade principal a Educação Profissional no país. Possui imunidade tributária, estabelecida na Constituição Federal.

Compete ao Senac, ofertar cursos de capacitação técnica e profissional aos trabalhadores brasileiros nas áreas de Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

A principal fonte de receita do Senac refere-se à Receita de Contribuições oriunda dos empregadores do Comércio e de atividades assemelhadas na forma da lei. A arrecadação é realizada concomitante com as Contribuições para o INSS (Instituto Nacional da Seguridade Social), conforme determina o Decreto nº 61.843/67 e repassada pelo órgão arrecadador.

Com sede localizada na Avenida Tancredo Neves nº 1109 – Caminho das Árvores, Salvador – BA, o Departamento Regional tem a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, por meio de ações educacionais voltadas à Aprendizagem Profissional, observando os indicadores de qualidade e atendimento às demandas do Setor de Comércio de Bens, Serviços e Turismo, promovendo a inclusão social e a busca por sustentabilidade e governança corporativa.

A meta do Senac-Bahia para 2016 foi inicialmente projetada em **93.000** atendimentos, distribuídos entre a capital e o interior do Estado, mas devido à crise econômica vivenciada no país, gerando retenção no comércio em nível nacional, e conseqüentemente a diminuição da Receita Compulsória, e a não efetivação de pactuações com o Governo Federal para execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, a instituição compreendeu a necessidade de reduzir sua projeção para **80.000** atendimentos e finalizou o Exercício com um total de **83.302** atendimentos.

Com base no planejamento definido, o Senac Bahia ultrapassou a meta prevista em **4,13%**, oferecendo cursos com uma proposta pedagógica atualizada e programações que apresentam maior demanda, de acordo com as tendências do mundo do trabalho. Para desenvolvimento dos cursos, foram utilizados todos os espaços disponíveis nas Unidades Operativas, as carretas do Senac Móvel, além de espaços alugados ou cedidos pela comunidade.

Alinhado às tendências e cenários evidenciados, o Senac Bahia vem ampliando o atendimento e diversificando seu portfólio de programações, oferecendo diversas oportunidades de qualificação

e aperfeiçoamento a públicos diversificados que vão desde jovens em busca do primeiro emprego, a estudantes e trabalhadores, capacitando-os para que consigam se inserir e permanecer no mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente.

Nesse sentido, em 2016 continuou a implantação do Modelo Pedagógico Nacional que busca alinhar a oferta educacional do Senac, estabelecendo matrizes curriculares unificadas para todo o Brasil, porém respeitando as peculiaridades de cada região, realizando a execução de **2.465** matrículas nesses novos modelos de cursos; a finalização de **824** matrículas através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, programa do Governo Federal que prevê a oferta de cursos gratuitos para estudantes e trabalhadores. No Programa Senac de Gratuidade – PSG, foram capacitadas **13.225** pessoas em programas de Educação Profissional em todo o estado da Bahia. Essa oferta visa atender o compromisso firmado com o Governo Federal que prevê a alocação de parte dos recursos do Senac para a oferta de cursos gratuitos de Formação Inicial e Continuada e de Educação Profissional Técnica de Nível Médio totalmente gratuitos.

Com o objetivo de oferecer educação profissional e ações de qualidade de vida e bem-estar, o Senac Bahia mantém convênios e parcerias com instituições públicas e privadas que oferecem suporte operacional aos projetos da área na capital e no interior do Estado, entre elas Secretarias Estaduais, Prefeituras Municipais e também com Instituições privadas e ONGs, entre outras, com a finalidade de disponibilizar acesso à educação profissional à pessoas e empresas, democratizando o acesso ao conhecimento por meio da **ampliação das oportunidades e oferta de educação à sociedade em geral.**

Destacamos também a participação da instituição em eventos gastronômicos nacionais e regionais a exemplo do Festival Gastronômico de Comida Baiana em Montevideu no Uruguai, Desafio Gastronômico – Shopping Salvador, Festival Gastronômico Sabores da Terra em Santo Antonio de Jesus e Festival Tempero do Forte em Praia do Forte, durante os quais o Senac marcou presença e confirmou o título de referência no segmento gastronomia.

Visando fornecer suporte tecnológico às ações educacionais e administrativo-financeiras, a Gestão da Tecnologia da Informação foi priorizada nesse Exercício, no qual as equipes técnica e administrativa se empenharam no desenvolvimento de ações que viabilizasse a integração do sistema de gestão acadêmica, SEI – Sistema Educacional Integrado ao novo sistema Financeiro MXM, garantindo, dessa forma, a precisão e a confiabilidade das informações.

Quanto ao fomento à Política de Recursos Humanos, ação estratégica do Programa de Governança Corporativa, o Senac Bahia ao adotar uma postura voltada para a valorização de pessoas através do Programa de Educação Corporativa, vem desenvolvendo ações educacionais nos níveis gerencial, técnico, administrativo e do corpo docente da Instituição. Com recursos do Senac Bahia e do Senac Nacional, foram contemplados, principalmente, o Programa de Bolsa de Estudos para os cursos de Graduação e Pós-Graduação dos servidores que estejam diretamente

relacionados às áreas de atuação/competências da função que exercem, ampliando a possibilidade de melhorar seu nível de escolaridade e, conseqüentemente, a qualidade do seu trabalho; o curso Programa Escola de Liderança para 20 servidores gestores; capacitação de 207 docentes no Modelo Pedagógico Nacional.

As ações aqui apresentadas reafirmam o compromisso institucional de responder, de forma efetiva, às necessidades de incluir, social e profissionalmente, pessoas que não teriam acesso à educação profissional de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Estado da Bahia.

2 – Base para elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei nº 4.320/64, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e às disposições do Código de Contabilidade e Orçamento – CODECO, aprovado pela Resolução SENAC nº 1039 de 04 de dezembro de 2015. As principais práticas contábeis adotadas pelo SENAC para elaboração das demonstrações estão definidas a seguir, comparadas com o Exercício Anterior e expressa em (R\$).

3 – Caixa e Equivalente de Caixa

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Caixa	10.936,86	12.754,53
Bancos - c/movimento	1.488.099,47	1.019.071,52
Bancos - c/Aplicação no Mercado Aberto	34.096.904,47	37.011.940,87
	35.595.940,80	38.043.766,92

As aplicações financeiras são remuneradas ao percentual de 1,0528 % no tipo CDB/DI no Banco do Brasil e 1,1316% no tipo CDB/RDB na Caixa Econômica Federal.

4 – Créditos a Curto Prazo

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Créditos a Curto Prazo	14.867.666,55	12.040.330,26
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.156.657,49	804.213,27
Estoques	468.395,97	721.081,22
VPD - Pagas Antecipadamente	63.809,04	73.771,41
	16.556.529,05	13.639.396,16

Os créditos de Curto Prazo são compostos pelos valores a receber referente a apropriação da Receita de Contribuição do INSS, proveniente dos empregadores do comércio e de atividade assemelhadas na forma da lei, das movimentações entre Regionais e das Receitas a Receber das matrículas dos alunos.

O Regional adota como prática para constituição de Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD os títulos vencidos acima de 180 dias, mantendo no registro contábil o equivalente a 01 (um) ano de inadimplência, cfe. Resolução nº 42/2015; onde foram feitos os devidos ajustes na constituição da provisão de acordo com o que determina no documento, para que o Regional pudesse adotar as devida PECLD.

O grupo de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo é composto pelos valores a receber a título de Adiantamentos concedidos a Empregados, Débitos de Terceiros e Cauções Contratuais.

Os estoques do Senac Bahia estão representados por **R\$ 468.395,97** para aplicação nas atividades Educacionais, nas Unidades Pedagógicas bem como na área Administrativa/Financeira.

No grupo de VPD – Pagas Antecipadamente no valor de **R\$ 63.809,04** destacam-se os pagamentos referentes a apólices de seguros e demais despesas pagas antecipadamente.

A variação relevante no grupo de Créditos a Curto Prazo ocorreu em função do aumento crescente das vendas dos cursos e nos Restaurantes através da utilização de cartão de crédito.

O grupo Outros Débitos da Administração Nacional foi efetuado um lançamento ref. aos ajustes de alunos evadidos de PRONATEC do período de 2011 a 2015, cfe. Circular DN nº 1782 de 16/11/2015, cujo o valor está agora sendo repassado para o Regional.

5 – Ativo Realizável a Longo Prazo

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Créditos a Longo Prazo	249.273,39	24.779,60
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	10.106.798,05	5.568.553,53
	10.356.071,44	5.593.333,13

O valor apresentado compõe Valores em Transição e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, decorre de depósitos judiciais referentes a processos judiciais trabalhistas. Variação decorrente do Depósito Judicial da Montante Integral Contribuição Previdenciária Patronal e do SAT/RAT que está sendo depositado em juízo cfe. Processo nº 2007.33.00.012125-4/BA.

6 – Imobilizado

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Bens móveis	28.327.488,78	26.014.341,32
Equipamentos e Mob. em Geral	10.761.028,29	11.000.187,56
Equipamentos de Informática	14.460.385,81	11.908.079,08
Veículos	3.060.043,53	3.060.043,53
Outros Bens Móveis	46.031,15	46.031,15
Bens imóveis	54.243.771,54	53.972.202,09
Terrenos	7.317.135,80	7.317.135,80
Construções em Curso	67.737,34	91.079,63
Edificações	45.758.649,92	45.667.570,29
Benfeitorias	1.100.248,48	896.416,37
Valores líquidos de depreciação e amortização	-20.356.056,81	-17.019.420,54
Depreciação Acumulada de Bens Móveis	16.334.759,80	13.760.384,49
Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	3.243.462,09	2.577.166,99
Amortização Acumulada de Bens Imóveis	777.834,92	681.869,06

O critério de mensuração utilizado para determinar o valor contábil bruto de cada item é o custo de aquisição ou construção acrescido das despesas acessórias, sujeitos à depreciação, calculada pelo método linear, considerando o desgaste físico, perda da utilidade por uso ou obsolescência, cfe. percentual abaixo, exceto os Terrenos: conforme tabela abaixo

Classificação	Taxa anual	Vida útil
Edifícios	4%	25 anos
Móveis e Utensílios	10%	10 anos
Equipamentos em geral	10%	10 anos
Computadores e periféricos	20%	5 anos
Veículos	20%	5 anos

Os itens de maior representatividade econômica são os bens imóveis, composto pelos Terrenos, Edificações, Construções em Curso e Benfeitorias em imóveis de terceiros, apresentando em 31 de dezembro de 2016 um Patrimônio Imobilizado líquido de depreciação no total de R\$ **50.222.474,53**.

7 – Obrigações a Pagar de Curto Prazo

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Obrigações Trabalhistas	10.057.480,70	6.595.541,16
Fornecedores e Contas a Pagar	1.427.967,77	1.268.535,72
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.168.611,04	1.348.910,01
	13.654.059,51	9.212.986,89

Na rubrica de Obrigações Trabalhistas destacam-se as provisões de férias acrescidas dos respectivos encargos que são constituídas de acordo com a legislação trabalhista vigente e o período aquisitivo de cada empregado e pelas Retenções e Obrigações a Recolher bem como as obrigações patronais. Os Fornecedores e Contas a Pagar representam as apropriações das obrigações a pagar com as aquisições dos insumos, materiais de consumo, bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal das atividades, reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Na rubrica de Demais Obrigações são apresentados os valores referentes aos contratos de prestação de serviços a executar, créditos contratuais, e valores restituíveis a terceiros.

A variação relevante no grupo de Obrigações Trabalhistas ocorreu em função da Contribuição Previdenciária Patronal e do SAT/RAT que está sendo depositado em juízo cfe. Processo nº 2007.33.00.012125-4/BA.

8 – Provisões a Longo Prazo

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Provisões para Contingências Trabalhistas	1.670.000,00	2.230.000,00
Provisões para Contingências Fiscais	524.536,83	326.602,69
Provisões para Contingências Cíveis	29.500,00	0,00
	2.224.036,83	2.556.602,69

O Regional é parte envolvida em ações judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal que estão sendo discutidos em esferas apropriadas. Apoiado na opinião/parecer e nas estimativas de seus advogados, o Senac/BA considera que as provisões para riscos prováveis são suficientes para cobrir as eventuais perdas.

Relação das Assessorias Jurídica terceirizada: Cerqueira & Mota Advogados Associados, Sérgio Couto Advogados Associados e Oliveira & Burgos Advogados Associados.

Principais Processos:

Trabalhistas

Demandante:

Davi Alves de Souza – processo nº 0000478-57-2015.5.05.0021 – R\$ 70.000,00

Edmilson Ribeiro dos Santos – processo nº 0000897-31.2012.5.05.0038RT – R\$ 100.000,00

Jorge Antonio Santos Araújo – processo nº 0092900-74.2008.5.05.0028RT – R\$ 1.000.000,00

Maurina da Cruz Albuquerque – processo nº 0000748-17.2015.5.05.0010 – R\$ 500.000,00

Fiscais

Autor:

Consultec - processo nº 4551-95.2013.4.01.3300 – R\$ 322.536,83

Lojas Riachuelo S.A. – processo nº 1975-74.2014.4.01.3307 – R\$ 200.000,00

9 – Patrimônio Líquido

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Superávit ou déficit do exercício	-3.897.377,83	-11.700.250,29
Superávit ou déficit de exercícios anteriores	108.474.029,50	119.554.385,07
Ajustes de exercícios anteriores	4.268.996,79	619.894,72
	108.845.648,46	108.474.029,50

O Patrimônio Líquido é constituído pelos Resultados Acumulados e ajustes de Exercícios Anteriores, sofrendo variações em decorrência de Superávit ou Déficit apurado anualmente. A retração do cenário econômico juntamente com o alto índice de desemprego no país, resultou numa diminuição da Arrecadação Compulsória e uma elevação dos preços dos insumos e serviços, acarretando assim um desequilíbrio, o Regional registrou no Exercício de 2016 um Déficit de R\$ - 3.897.377,83 em 2017 será implementado medidas objetivando equilibrar o resultado econômico.

Na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores foram registradas regularizações na PECLD para se adequar as orientações contidas na Resolução nº 42/2015, lançamentos na conta de Retenção e Obrigações a Recolher, Faturas e registro de realizados dos alunos evadidos do PRONATEC do período de 2011 a fevereiro/2015.

10 – Resultado Patrimonial e Orçamentário

O Senac/BA obteve, no período, um Déficit Patrimonial de R\$ - 3.897.377,83, considerando os saldos das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas em 31 de dezembro de 2016, elevando o saldo acumulado do Patrimônio Líquido para R\$ 108.845.648,46 visto que o Déficit de 2016 foi a menor em relação ao de 2015.

Apresentando uma redução de 66,69% em relação ao Exercício Anterior.

Em relação ao Resultado Orçamentário foi apurado um Déficit Orçamentário de R\$ - 3.358.109,50, conforme detalhado abaixo:

Receita Orçamentária	Prevista	Arrecadada
Receita de Contribuição	74.034.000,00	73.562.392,05
Receita Patrimonial	5.055.000,00	5.057.318,66
Receita de Serviços	10.944.000,00	11.088.797,71
Outras Receitas Correntes	141.000,00	63.962,73
Receita de Capital	11.331.000,00	0,00
Total	101.505.000,00	89.772.471,15
Despesa Orçamentária	Prevista	Executada
Pessoal e Encargos Sociais	53.256.000,00	47.563.122,73
Outras Despesas Correntes	44.901.000,00	42.326.553,36
Despesas de Capital	3.348.000,00	3.240.904,56
Total	101.505.000,00	93.130.580,65
Resultado Orçamentário		- 3.358.109,50

A variação observada entre o Resultado Patrimonial e Orçamentário decorre de despesas de natureza econômica evidenciadas nas Variações Patrimoniais, inerentes as transações que não sensibilizam o Orçamento do Exercício, como: baixas do imobilizado por doações e/ou obsolescência, depreciações, provisões e reversões de contingências, e ainda, a movimentação patrimonial do imobilizado, demonstrado na composição abaixo.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Resultado Patrimonial	-3.897.377,83	-11.700.250,29
Outras VPD de Pessoal e Encargos (PROVISÃO)	0,00	1.664.602,69
Depreciação e Amortização	3.861.769,78	3.717.749,00
Ajuste de Perdas de Créditos	119.914,83	1.560.676,13
Provisões para Contingências	29.500,00	0,00
VPDs Fatos Geradores Diversos Não Orçamentários	131.054,14	49.069,28
Reversão de Provisões	(362.065,86)	(100.000,00)
Aquisição de Bens Móveis	(3.240.904,56)	(3.691.769,58)
Resultado Orçamentário	-3.358.109,50	-8.499.922,77

11 – Programa Senac de Gratuidade - PSG

Resultado de um protocolo firmado entre o Senac e o Governo Federal, o PSG visa oferecer ações educacionais com custo zero à população brasileira de baixa renda. Dessa forma, o Senac comprometeu-se a alocar, a partir de 2014, 66,67% de seus recursos líquidos oriundos da Contribuição Compulsória à oferta de vagas gratuitas em cursos de Formação Inicial e Continuada e de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade presencial e EAD.

O Departamento Regional da Bahia, em cumprimento ao compromisso regulamentar da Instituição com a oferta de cursos gratuitos aplicou no exercício o percentual de 67,70% ficando com um acumulado ao final de 2016 de R\$ 49.095.116,04 que equivale a 672.022 horas.

12 – Principais Índices Econômicos

Índices	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	Interpretação
Liquidez Imediata	2,61	4,13	Demonstra a capacidade em cumprir seus compromissos de forma imediata com os recursos disponíveis em caixa e equivalente de caixa, para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto prazo
Liquidez Corrente	3,82	5,61	Apresenta a disponibilidade de recursos em bens e direitos para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto prazo.
Liquidez Geral	3,94	4,87	Indica recurso disponível em bens e direitos de curto e longo prazo para a liquidação de cada R\$ 1,00 das obrigações.
Imobilização do Patrimônio Líquido	57%	58%	Retrata o percentual de comprometimento dos recursos próprios aplicados em bens tangíveis e intangíveis.
Endividamento Geral	13%	10%	Verifica o risco ou dependência a terceiros, por parte da empresa.
Reserva Técnica	4,75	4,72	Evidencia o período remanescente, suficiente para cobrir os gastos médios operacionais da entidade, sem que haja a entrada de recursos.

Maria do Carmo de Queiroz

Contadora

CRC/BA-015103/0-2

C.P.F. 275.631.975-91



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL -

DEPARTAMENTO REGIONAL NO ESTADO
DA BAHIA

BALANÇO FINANCEIRO

Exercício 2016

:

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
	2016	2015	2016	2015
RECEITA ORÇAMENTÁRIA			DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	73.562.392,05	74.849.886,92	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.563.122,73
RECEITA PATRIMONIAL	5.057.318,66	5.894.321,79	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.326.553,36
RECEITA DE SERVIÇOS	11.088.797,71	10.747.576,78	INVESTIMENTOS	3.240.904,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	63.962,73	316.784,88	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	42.310,00		
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS			PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	2.827.336,29
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	0,00	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	352.444,22
ESTOQUES	252.685,25	0,00	ESTOQUES	0,00
VPDs PAGAS ANTECIPADAMENTE	9.962,37	0,00	VARIAÇÕES PATRIM.DIM. PAGAS ANTECIP	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.762.738,31
OBRIG TRAB.PREV.E ASSISTENCIAIS PAGAR A CP	3.461.939,54	2.457.593,00	OBRIG TRAB.PREV.E ASSISTENCIAIS PAGAR A CP	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CP	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CP	0,00
FORNECEDOR CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	159.432,05	848.285,00	FORNECEDOR CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CP	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CP	0,00
PROVISÃO A CURTO PRAZO	0,00	0,00	PROVISÃO A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	819.701,03	1.044.821,55	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LP	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LP	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LP	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LP	0,00
PROVISÃO A LONGO PRAZO	0,00	2.556.602,69	PROVISÃO A LONGO PRAZO	332.565,86
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00

RESULTADOS ACUMULADOS	4.268.996,79	679.565,56	RESULTADOS ACUMULADOS	0,00	0,00
OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.664.602,69
REAVALIAÇÃO, RED A VL RECUP E AJUSTES PARA PERD/	0,00	0,00	REAVALIAÇÃO, RED A VL RECUP E AJUSTES PARA PERDAS	119.914,83	1.560.676,13
CONSTITUIÇÃO DE PROVISÃO	0,00	0,00	CONSTITUIÇÃO DE PROVISÃO	29.500,00	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES DE AJUSTE DE PERDAS	362.065,86	100.000,00	REVERSÃO DE PROVISÕES DE AJUSTE DE PERDAS		
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR			SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	38.043.766,92	44.367.296,13	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	35.595.940,80	38.043.766,92
TOTAL	137.151.020,96	143.905.044,30	TOTAL	137.151.020,96	143.905.044,30

CARLOS DE SOUZA ANDRADE
 Presidente do Conselho Regional
 C.P.F.035.755.195-87

MARINA VIANNA ALVES DE ALMEIDA
 Diretora Regional
 C.P.F. 063.960.465-04

LUIS CARLOS A S DE SOUSA
 Superintendente de Adm. e Finanças
 C.P.F. 069.324.878-53

MARIA DO CARMO DE QUEIROZ
 Coord. de Orç. e Contabilidade
 C.R.C. BA. 015103/0-2
 C.P.F. 275.631.975-91

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

- DEPARTAMENTO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício : 2016

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
RECEITAS CORRENTES	95.901.000,00	90.174.000,00	89.772.471,15	401.528,85
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	79.785.000,00	74.034.000,00	73.562.392,05	471.607,95
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	79.785.000,00	74.034.000,00	73.562.392,05	471.607,95
Contribuições para o SENAC	79.785.000,00	74.034.000,00	73.562.392,05	471.607,95
RECEITA PATRIMONIAL	5.868.000,00	5.055.000,00	5.057.318,66	-2.318,66
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	48.000,00	39.000,00	36.534,95	2.465,05
Taxa de Ocupações de Outros Imóveis	48.000,00	39.000,00	36.534,95	2.465,05
RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.820.000,00	5.016.000,00	5.020.783,71	-4.783,71
Remuneração de Depósito Bancário	5.820.000,00	5.016.000,00	5.020.783,71	-4.783,71
RECEITA DE SERVIÇOS	9.996.000,00	10.944.000,00	11.088.797,71	-144.797,71
SERVIÇOS EDUCACIONAIS	9.996.000,00	10.944.000,00	11.088.797,71	-144.797,71
Serviços Educacionais	9.996.000,00	10.944.000,00	11.088.797,71	-144.797,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	252.000,00	141.000,00	63.962,73	77.037,27
MULTA E JUROS DE MORA	0,00	9.000,00	7.853,46	1.146,54
MULTA E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITA	0,00	9.000,00	7.853,46	1.146,54
Outras Multas e Juros de Mora	0,00	9.000,00	7.853,46	1.146,54
RECEITAS DIVERSAS	252.000,00	132.000,00	56.109,27	75.890,73
Outras Receitas	252.000,00	132.000,00	56.109,27	75.890,73
RECEITAS DE CAPITAL	36.000,00	12.000,00	0,00	12.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	36.000,00	12.000,00	0,00	12.000,00
Alienação Outros Bens Móveis	36.000,00	12.000,00	0,00	12.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS(I)	95.937.000,00	90.186.000,00	89.772.471,15	413.528,85
DÉFICIT			3.358.109,50	3.358.109,50
TOTAL	95.937.000,00	90.186.000,00	93.130.580,65	-2.944.580,65
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.319.000,00	11.319.000,00	0,00	11.319.000,00
SUPERAVIT FINANCEIRO				42.470.176,19
Reabertura de créditos adicionais		0,00		

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

- DEPARTAMENTO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício :	2016	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		107.256.000,00	101.505.000,00	93.130.580,65	8.374.419,35
DESPESAS CORRENTES		106.092.000,00	98.157.000,00	89.889.676,09	8.267.323,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		58.728.000,00	53.256.000,00	47.563.122,73	5.692.877,27
APLICAÇÕES DIRETAS		58.728.000,00	53.256.000,00	47.563.122,73	5.692.877,27
Vencimentos e Vantagens Fixas		39.252.000,00	37.200.000,00	32.628.336,61	4.571.663,39
Obrigações Patronais		14.916.000,00	12.300.000,00	11.354.702,12	945.297,88
Outras Despesas Variáveis		2.520.000,00	1.500.000,00	1.041.700,90	458.299,10
Setenças Judiciais - Pessoal e Encargos		0,00	216.000,00	185.456,95	30.543,05
Indenizações e Restituições Trabalhistas		2.040.000,00	2.040.000,00	2.352.926,15	-312.926,15
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		47.364.000,00	44.901.000,00	42.326.553,36	2.574.446,64
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS		2.208.000,00	1.926.000,00	2.016.455,97	-90.455,97
Contribuições		2.208.000,00	1.926.000,00	2.016.455,97	-90.455,97
APLICAÇÕES DIRETAS		45.156.000,00	42.975.000,00	40.310.097,39	2.664.902,61
Diárias		828.000,00	480.000,00	466.638,71	13.361,29
Auxílio Financeiro a Estudantes		78.000,00	318.000,00	235.814,00	82.186,00
Material de Consumo		13.272.000,00	10.200.000,00	9.940.487,54	259.512,46
Passagens e Despesas com Locomoção		1.260.000,00	885.000,00	877.802,05	7.197,95
Serviços de Consultoria		2.142.000,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços Terceiros - P. Física		4.662.000,00	3.840.000,00	3.506.986,16	333.013,84
Locação de Mão de Obra		24.000,00	3.720.000,00	3.334.331,26	385.668,74
Outros Serviços Terceiros - P. Jurídica		22.710.000,00	23.412.000,00	21.878.862,25	1.533.137,75
Obrigações Tributárias e Contributivas		180.000,00	120.000,00	69.175,42	50.824,58
DESPESAS DE CAPITAL		1.164.000,00	3.348.000,00	3.240.904,56	107.095,44
INVESTIMENTOS		1.164.000,00	3.348.000,00	3.240.904,56	107.095,44
APLICAÇÕES DIRETAS		1.164.000,00	3.348.000,00	3.240.904,56	107.095,44
Obras e Instalações		168.000,00	468.000,00	301.485,21	166.514,79
Equipamentos e Material Permanentes		996.000,00	2.880.000,00	2.939.419,35	-59.419,35
INVERSOES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS		0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Imóveis		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS		107.256.000,00	101.505.000,00	93.130.580,65	8.374.419,35

SUPERÁVIT				0,00	0,00
TOTAL GERAL	107.256.000,00	101.505.000,00		93.130.580,65	8.374.419,35

CARLOS DE SOUZA ANDRADE
Presidente do Conselho Regional
C.P.F.035.755.195-87

MARINA VIANNA ALVES DE ALMEIDA
Diretora Regional
C.P.F. 063.960.465-04

LUIS CARLOS A S DE SOUSA
Superintendente de Adm. e
Finanças
C.P.F. 069.324.878-53

MARIA DO CARMO DE QUEIROZ
Coordenadora de Orçamento e
Contabilidade
C.R.C. BA. 015103/0-2
C.P.F. 275.631.975-91



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA
BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO

EXERCÍCIO: 2016

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	52.152.469,85	51.683.163,08	PASSIVO CIRCULANTE	13.654.059,51	9.212.986,89
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.595.940,80	38.043.766,92	Obrigações Trab.,Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	10.057.480,70	6.595.541,16
Créditos a Curto Prazo	14.867.666,55	12.040.330,26	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.156.657,49	804.213,27	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.427.967,77	1.268.535,72
Estoques	468.395,97	721.081,22	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
VPDs - Pagas Antecipadamente	63.809,04	73.771,41	Provisões a Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	2.168.611,04	1.348.910,01
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	72.571.274,95	68.560.456,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	2.224.036,83	2.556.602,69
Ativo Realizável a Longo Prazo	10.356.071,44	5.593.333,13	Emprestimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Imobilizado	62.215.203,51	62.967.122,87	Provisões a Longo Prazo	2.224.036,83	2.556.602,69
Intangível	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
			TOTAL DO PASSIVO		

				15.878.096,34	11.769.589,58
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
			Patrimônio Líquido	108.845.648,46	108.474.029,50
			Resultados Acumulados	108.845.648,46	108.474.029,50
			Total do Patrimônio Líquido	108.845.648,46	108.474.029,50
Total do Ativo	124.723.744,80	120.243.619,08	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	124.723.744,80	120.243.619,08
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO *	62.508.541,29	57.276.496,21	PASSIVO FINANCEIRO *	15.878.096,34	11.769.589,58
ATIVO PERMANENTE *	62.215.203,51	62.967.122,87	PASSIVO PERMANENTE *	-	-
SALDO PATRIMONIAL *				108.845.648,46	108.474.029,50
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Saldo dos Atos Potenciais do Ativo **	108.090.179,45	134.682.744,75	Saldo dos Atos Potenciais do Passivo ***	1.441.135,39	1.372.590,96
TOTAL	108.090.179,45	134.682.744,75	TOTAL	1.441.135,39	1.372.590,96

CARLOS DE SOUZA
ANDRADE
Presidente do
Conselho Regional
C.P.F.035.755.195-87

LUIS CARLOS A S DE
SOUSA
Superintendente de
Adm. e Finanças
C.P.F. 069.324.878-53

MARINA VIANNA ALVES DE ALMEIDA

Diretora Regional
C.P.F. 063.960.465-04

MARIA DO CARMO DE QUEIROZ

Coordenadora de Orçamento e Contabilidade
C.R.C. BA. 015103/0-2
C.P.F. 275.631.975-91

DEPARTAMENTO REGIONAL NO ESTADO DA
BAHIA

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL -
DESMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES
PATRIMONIAIS

Exercício : 2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
QUANTITATIVAS

	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-90.134.537,01	-91.950.880,37
CONTRIBUIÇÕES	-73.562.392,05	-74.849.886,92
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	-73.562.392,05	-74.849.886,92
VENDA DE BENS E SERVIÇOS	-11.125.332,66	-10.791.866,04
VENDA DE MERCADORIAS	0,00	0,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E EXPLORAÇÃO DE BENS	-11.125.332,66	-10.791.866,04
VPAs		
FINANCEIRAS	-5.066.761,44	-6.066.011,93
JUROS E ENCARGOS DE EMPR. E FINANC.CONCEDIDOS	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	-7.853,46	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS CAMBIAIS	0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	-38.124,27	-215.979,40
REMUNERAÇÃO DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	-5.017.778,00	-5.787.784,71
OUTRAS VPA FINANCEIRAS	-3.005,71	-62.247,82
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-380.050,86	-243.115,48
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	-362.065,86	-100.000,00
DIVERSAS VPAs	-17.985,00	-143.115,48

DEPARTAMENTO REGIONAL NO ESTADO DA
BAHIA

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL -
DESMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES
PATRIMONIAIS

Exercício : 2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
QUANTITATIVAS

	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	94.031.914,84	103.651.130,66
PESSOAL E ENCARGOS	51.954.845,87	53.870.921,44
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	33.670.037,51	33.924.534,54
ENCARGOS PATRONAIS	11.354.702,12	12.452.212,63
BENEFÍCIOS A PESSOAL	4.391.723,14	3.879.636,30
OUTRAS VPD - PESSOAL E ENCARGOS	2.538.383,10	3.614.537,97
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	39.222.437,56	45.520.500,42
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	9.940.487,54	12.509.922,85
SERVIÇOS	25.420.180,24	29.292.828,57
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	3.861.769,78	3.717.749,00
VPDs		
FINANCEIRAS	252.538,22	194.209,33
JUROS E ENCARGOS EMPR. E FINANC. OBTIDOS	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	27,19	0,02
VARIAÇÕES MONETÁRIAS CAMBIAIS	0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	252.511,03	194.209,31
OUTRAS VPDs FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2.016.455,97	2.020.176,14
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.016.455,97	2.020.176,14
DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS	119.914,83	1.560.676,13
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VL RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	119.914,83	1.560.676,13
PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS	69.175,42	110.231,92

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	69.175,42	110.231,92
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	0,00
OUTRAS VPDs	396.546,97	374.415,28
PRIMIAÇÕES	178,83	8.334,00
INCENTIVOS	235.814,00	317.012,00
CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	29.500,00	0,00
DIVERSAS VPDs	131.054,14	49.069,28
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	(3.897.377,83)	(11.700.250,29)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da Execução orçamentária)

	2016	2015
INCORPORAÇÃO DO ATIVO	3.240.904,56	3.691.769,58
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	42.310,00

**CARLOS DE SOUZA
ANDRADE**

Presidente do
Conselho Regional
C.P.F.
035.755.195-87

**MARINA
VIANNA ALVES
DE ALMEIDA**

Diretora
Regional
C.P.F.
063.960.465-04

**LUIS CARLOS A
S DE SOUSA**
Superintendente
de Adm. e
Finanças
C.P.F.
069.324.878-53

**MARIA DO CARMO
DE QUEIROZ**
Coordenadora de
Orçamento e
Contabilidade

C.R.C. BA. 015103/0-2
C.P.F. 275.631.975-91



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercício: 2016

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
RESULTADO PATRIMONIAL	- 3.897.377,83	- 11.700.250,29
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO PATRIMONIAL AO FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES	3.992.823,92	3.724.508,28
DEPRECIACAO	3.735.888,16	3.570.297,68
AMORTIZAÇÃO	125.881,62	147.451,32
BAIXA DO IMOBILIZADO	131.054,14	49.069,28
OUTRAS VPDs	-	-
OUTRAS VPAs	-	- 42.310,00
REAVLIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-
VARIAÇÃO DO ATIVO E PASSIVO OPERACIONAIS	697.632,35	5.301.672,38
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	- 2.827.336,29	- 270.683,12
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	- 352.444,22	- 265.540,55
ESTOQUES	252.685,25	- 216.173,94
VPDs PAGAS ANTECIPADAMENTE	9.962,37	- 46.619,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	- 4.762.738,31	- 494.178,81
OBRIG. TRAB/ PREV/ASSIST. A PAGAR A C. PRAZO	3.461.939,54	2.457.593,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	-	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR C. PRAZO	159.432,05	848.285,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-	-
PROVISÕES A CURTO PRAZO	-	- 992.000,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	819.701,03	1.044.821,55
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	-	-
PROVISÕES A LONGO PRAZO	- 332.565,86	2.556.602,69
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	-	-
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.268.996,79	679.565,56
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	793.078,44	- 2.674.069,63



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercício: 2016

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	-	42.310,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	42.310,00
DEEMBOLSOS	- 3.240.904,56	- 3.691.769,58
AQUISIÇÃO NÃO CIRCULANTE	- 3.240.904,56	- 3.691.769,58
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	- 3.240.904,56	- 3.649.459,58
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
RESULTADO DO FLUXO DE CAIXA	- 2.447.826,12	- 6.323.529,21
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.447.826,12	6.323.529,21
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	38.043.766,92	44.367.296,13
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	35.595.940,80	38.043.766,92

CARLOS DE SOUZA ANDRADE
Presidente do Conselho Regional
C.P.F.035.755.195-87

MARINA VIANNA A. DE ALMEIDA
Diretora Regional
C.P.F. 063.960.465-04

LUIS CARLOS A S DE
SOUSA
Superintendente de Adm. e
Finanças
C.P.F. 069.324.878-53

MARIA DO CARMO DE
QUEIROZ
Coord. de Orç. e
Contabilidade
C.R.C. BA. 015103/0-2
C.P.F. 275.631.975-91